



Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Reabilitação e Ampliação do Conservatório Nacional de Música

Inês Abrantes Ferreira de Almeida Cayolla

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Arquitetura

(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador da vertente teórica:

Professora Doutora Ana Vaz Milheiro, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

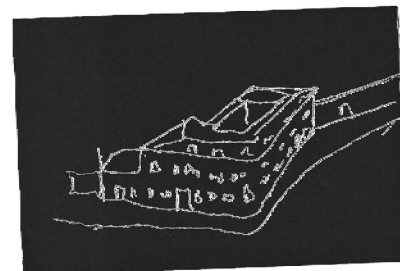
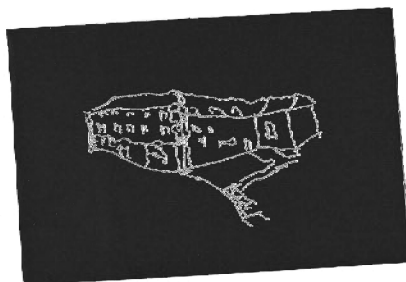
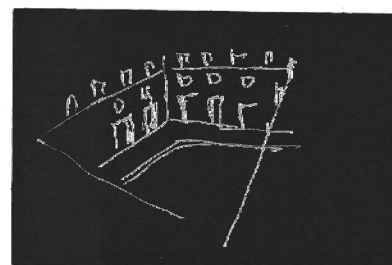
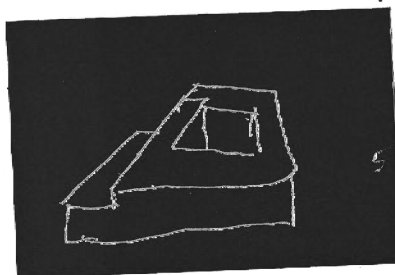
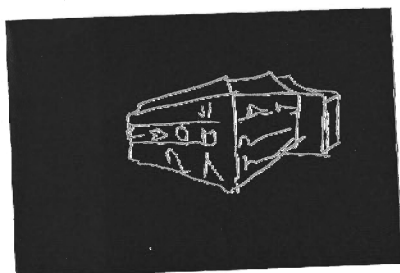
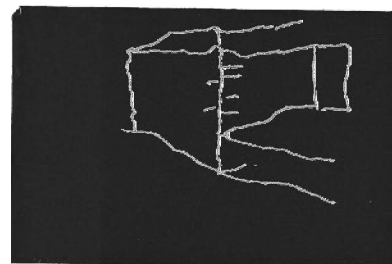
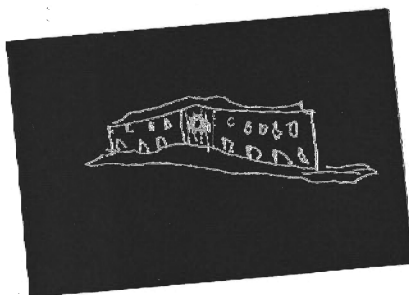
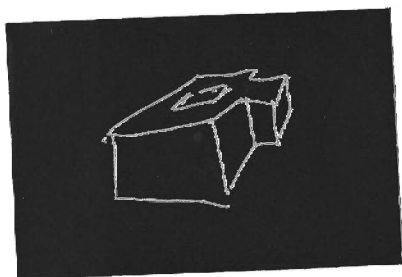
Tutor da vertente prática:

Professor Doutor José Neves, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL

Outubro 2015

Índice Geral

	PARTE I - VERTENTE PROJECTUAL-CONSERVATÓRIO NACIONAL DE MÚSICA
008	O Conservatório Nacional de Música
020	A Proposta- Reabilitação e Ampliação do Conservatório
035	PARTE II - VERTENTE TEÓRICA - A CIDADE (DES)CONTINUA
	Arquitectura e a Construção do Debate Identitário
	A cidade
	Continuidades
153	BIBLIOGRAFIA
161	ANEXOS



Bairro Alto e o Conservatório

8 |

Acidade de Lisboa, indissociável da sua topografia, define uma matriz de cidade onde o traçado geométrico se interrompe nas colinas e, onde, nestas, se situam as vias sinuosas em que a cidade tem a sua origem. Nestas vias, a estrutura morfológica do conjunto urbano, reproduz, numa adaptação necessária, a topografia do terreno. O Bairro Alto, exemplo referencial dum primeiro momento do urbanismo português, em que de origem medieval e por questões militares, toma presença na cota mais elevada da cidade de Lisboa.

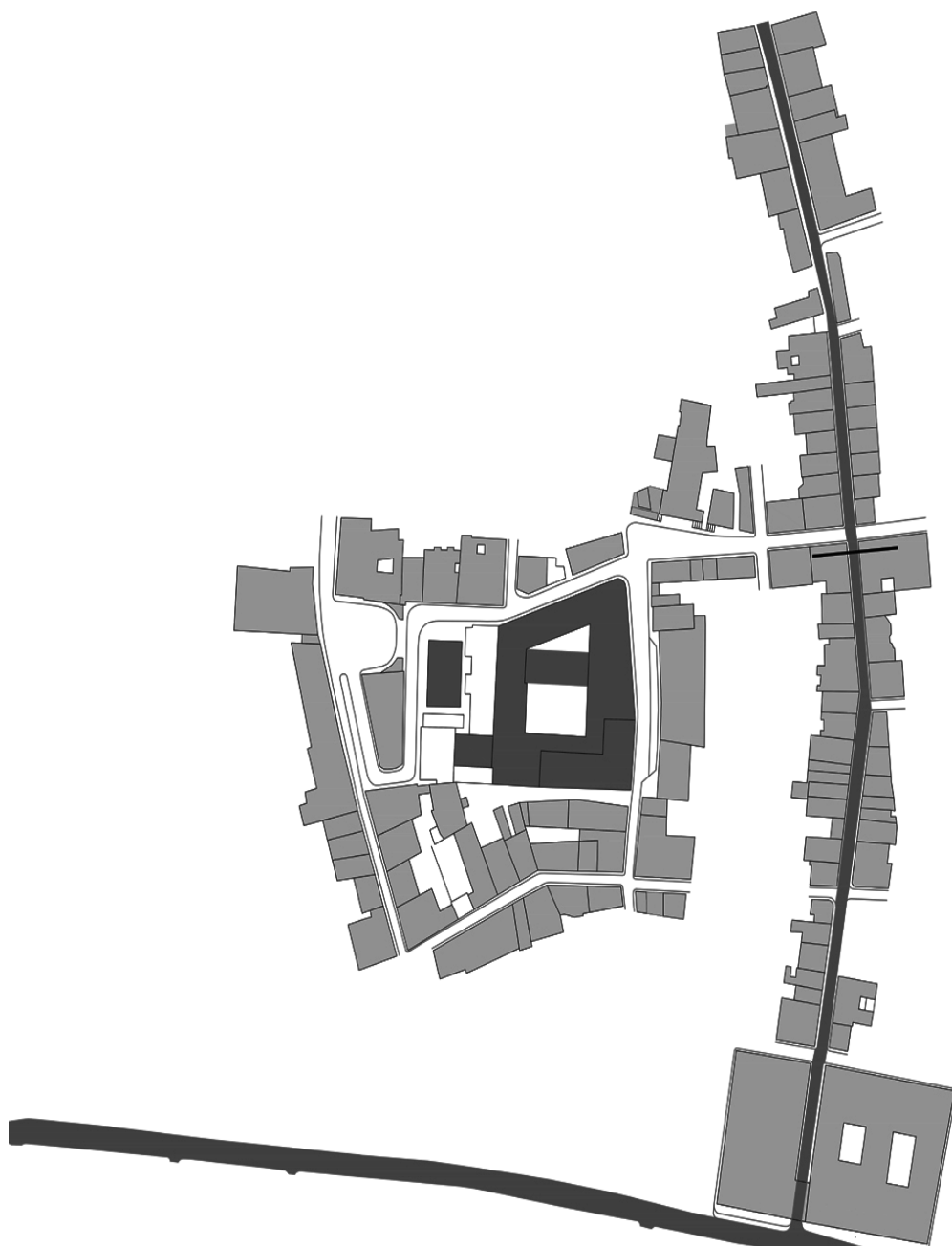
Construído por sucessivas expansões urbanas, em que a muralha as limitava, e em que o parcelamento de quarteirões é fruto dum sistema viário pré-existente, produzido pela relação com a topografia do terreno, o Bairro Alto revela-se um sistema urbano complexo. Partindo de uma hierarquia de vias, em que é observável diversas ruas dominantes que desaguam em travessas, de menor dimensão. Travessas que geralmente cruzam o percurso estruturador e que definem um traçado em espinha. Formam uma malha regular, em que o conjunto urbano é limitado pelas principais vias de circulação à cidade e constituído, na sua maioria, por quarteirões rectangulares e estreitos. Onde se assinalam, por vezes, espaços de transição entre traçados. Diferenças, estas, motivadas por uma grande diferença de cotas que obriga a uma interrupção do tecido ou por restrições urbanas anteriormente estabelecidas: muralhas, edifícios monumentais ou de limite anterior entre cidade e rural.

A área mais heterogénea do Bairro Alto localiza-se na zona Oeste, num espaço que outrora fora considerado periférico à cidade, e onde toma presença a maioria dos edifícios de escala monumental do bairro. Exemplos destes são o antigo Convento e Colégio dos Inglesinhos e o antigo Convento dos Caetanos, situados na Travessa dos Inglesinhos e na Rua dos Caetanos, respectivamente

É nas antigas instalações do Convento dos Caetanos que o Conservatório Nacional de Música se situa. Num quarteirão que é limitado pela Rua João Pereira da Rosa, as travessas dos Inglesinhos e Queimada, que constituem um eixo fundamental da circulação do Bairro Alto que liga a Rua da Rosa à Rua do Século.





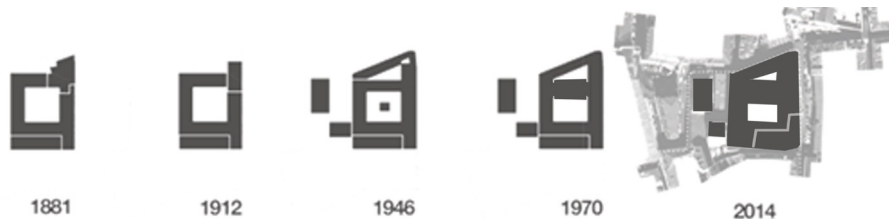


O Conservatório

12 |

O exercício da vertente prática do Projecto Final de Arquitectura propõe uma análise aprofundada de um dos edifícios mais emblemáticos da cidade de Lisboa. Localizado no que é o centro histórico urbano, o edifício do Convento dos Caetanos, actualmente Conservatório Nacional de Música, impõe-se na cidade pela cota superior à envolvente urbana que o rodeia e pela fachada de pedra trabalhada que anuncia o seu protagonismo mas onde a sua presença é silenciada pela grande densidade do edificado que o rodeia. Anteriormente, vocacionado para dar lugar a um programa religioso, o Conservatório numa primeira aproximação, é em muito semelhante ao que conhecemos por um edifício conventual.

Identifica-se na concepção do que é um edifício deste cariz, o pátio que, por regra, é o centro do edifício e gerador, no seu interior, de corredores principais que o delineiam e que estruturam uma organização simples e rectangular. Anteriormente, de um forte cariz simbólico, o corredor é dotado de um ritmo que os vãos definiam e que estabeleciam um contacto permanente com o resto do edifício para uma realidade fortemente interiorizada deste mas que é, paradoxalmente, exterior – o claustro.





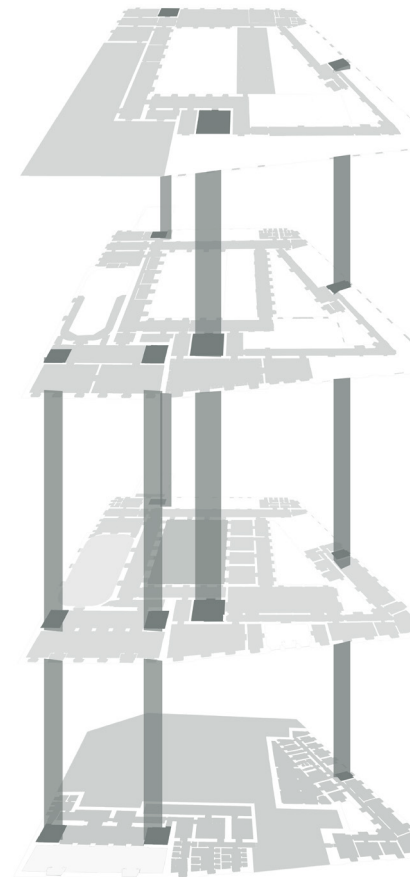
14 | Contudo, o Conservatório Nacional de Música, actualmente, não é tão simples quanto isso.

Alvo de diversas adaptações para o que uma instituição de ensino exige, o Conservatório perde a estrutura organizacional de um corredor dominante não interrompido para o que podemos considerar, actualmente, para uma organização labiríntica. Esta adaptação iniciou-se nos fins do século XIX até actualmente, sendo que vários arquitectos em diferentes épocas participaram neste projecto desde do arquitecto Raul Tojal ao arquitecto Duarte Pacheco.

As adaptações, referentes não apenas ao interior do edifício, mas também ao seu exterior, estabeleceram várias contradições entre o que é o “novo” e o que é o que é anterior. Dentro destas, destaca-se o anexo que encerra o claustro dividindo-o em um pequeno claustro e um saguão inacessível.

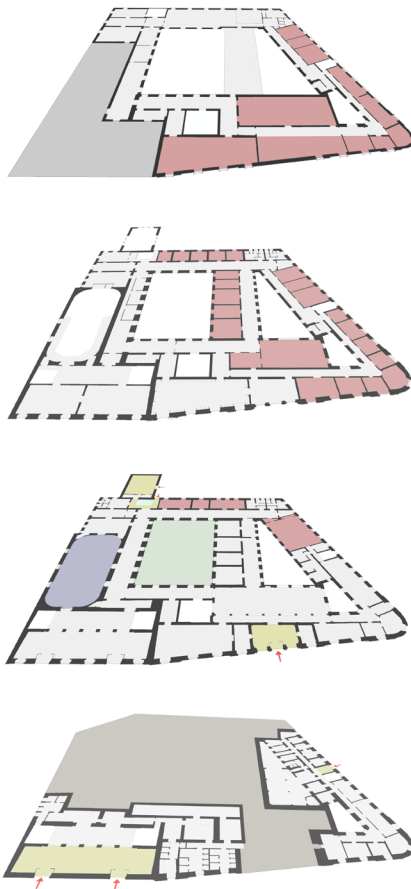
Por serem várias as intervenções arquitectónicas e por estas serem pontuais, o Conservatório resalta-se por uma falta de homogeneidade no seu conjunto, esta ainda é reforçada pelo facto do Conservatório de Música e o Conservatório de Dança dividirem o mesmo edifício. Este “convívio” entre escolas díspares entre si, resultou no encerramento de diversos acessos dentro do presente edifício resultando em pontos de circulação encerrados e labirínticos.

Figura 5- Esquema da circulação vertical do edifício existente.



O Conservatório Nacional de Música

Descrição do Edifício



Atualmente, o edifício do Conservatório registra princípios de degradação que impossibilitam o funcionamento de algumas partes do edifício. Correntemente em uso mas em discrepância às necessidades exigidas pelo programa e ao número de alunos este visa uma urgente intervenção.

O edifício proeminentemente horizontal desenvolve-se em quatro pisos de configuração quadrangular atingindo os limites do quarteirão em que esta contido. Do exterior é percebido como um volume imponente embora no seu interior seja vazado por um pátio retangular e dois saguões triangulares. As fachadas, tal como é tradicional nos edifícios deste cariz e nesta localização, possuem um conjunto de elementos-chave: um embasamento de pedra que aparenta fechar o edifício à cidade e aos transeuntes que o circundam; após o embasamento, panos rebocados ou revestidos a pedra, de vãos alinhados e equidistantes tomam presença e alguns, estrategicamente, evidenciados por sobreposições trabalhadas em calcário. Podemos referenciar como principais constituintes do edifício a alvenaria mista, o betão armado, o ferro forjado, a cantaria de calcário, a madeira e o reboco pintado.

Figura 6- Esquema programático do edifício existente. A vermelho, as salas de aula; a azul, o salão nobre; a verde, as entradas para o edifício; a amarelo, o pátio.

A estrutura programática do Conservatório é bastante extensa resultando num edifício complexo que comporta diversas dinâmicas de privacidade próprias de uma escola acrescentando a complexidade dos espaços necessários à particularidade do que é uma escola de música.

O edifício revela incompatibilidades relativamente ao programa, das quais, proeminentemente acústicas e de carência de espaços de convívio necessários a um ambiente escolar. O espaço exterior de convívio cinge-se ao pequeno claustro que, pelas suas precárias condições de manutenção se encontra, na maioria do ano lectivo encerrado. O convívio é realizado nos grandes corredores que delinham parcialmente o pátio. O que resulta numa particular vivência da escola, o espaço de estar/convívio é também o de percurso, propiciando um ambiente controlado e em permanente proximidade de todos os órgãos escolares independentemente da sua hierarquia.

O edifício é dividido em diversas alas em que as salas de aula são alinhadas junto aos alçados Este, Norte e Oeste e agrupadas pelo tipo de instrumento musical. O edifício conta também com instalações como a biblioteca e sala de audições e, principalmente, na ala Sul, com o Salão Nobre. Este é considerado o “coração” do Conservatório, onde muitos dos eventos culturais desenvolvidos pela escola são aí apresentados.

Provido de um foyer de entrada independente à restante circulação do edifício, que se caracteriza por uma ambiência própria onde o pé direito alto, as paredes revestidas a mármore e as escadarias trabalhadas se destacam.

O edifício assume uma presença significativa na memória da cidade e no valor arquitectónico associada a esta, é tido como uma referência pelo valor cultural que representa através das funções artísticas de escala nacional que o Conservatório Nacional desempenha e contribui para a criação de uma ambiente cultural associado a esta zona da cidade.

O Conservatório Nacional de Música Proposta de Reabilitação e Ampliação



O Conservatório

Construções anexas e o Edifício da Dança

18 | Nestas destacam-se um volume paralelepipedico de apenas uma água e de fachada semelhante à fachada posterior do edifício principal.

Estes volumes são elevados à cota da rua por um embasamento que chega a vencer, na zona de maior declive topográfico, uma cota de 12 metros. Este embasamento caracteriza-se por uma fachada de contenção de aparência tosca e que promulga o carácter “fechado” à cidade do complexo da Escola de Musica do Conservatório Nacional. Posterior a este, e de contacto com a Rua o Século, localiza-se o edifício que, actualmente, a Escola de Dança ocupa.

O edifício da Escola de Dança do Conservatório Nacional, tido como edifício integrante da proposta aqui explanada, possui uma forma irregular e de presença anterior ao traçar da via viária e pedonal que o circunda. De fachada tradicional pombalina desenvolve-se em cinco pisos sendo o último caracterizado como a mansarda do edifício.

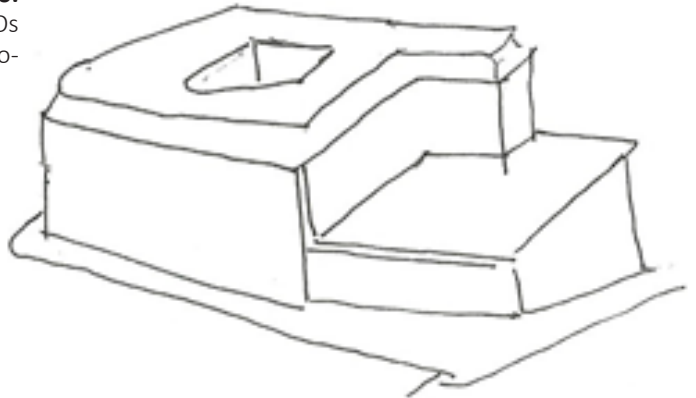


A Proposta

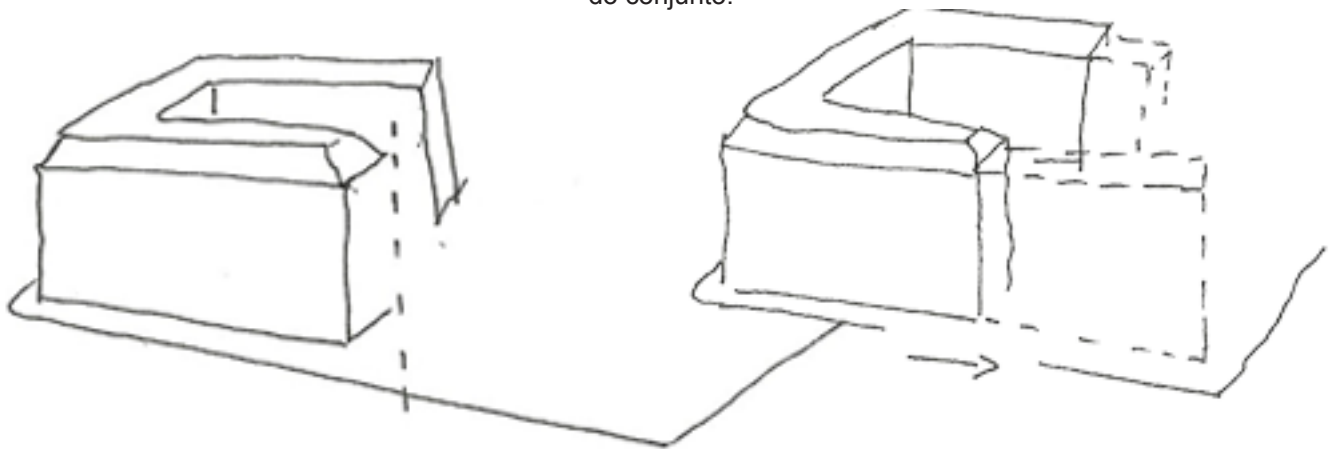
“Compreendi, definitivamente, que o argumento histórico é tão total como qualquer outro argumento; posso desenhar qualquer forma, ou compô-la ou re-arranjá-la, que ela, mesmo que “de rotura” se inscreverá, a partir daí, na ordem do existente, ela pertencerá ao passado, queira-se ou não, ela será, como qualquer majestosa porta de Michael Graves ou cobertura pneumática querida a Bruno Zevi ou proa de pedra num socalco do Minho” (Dias, 1986)

O actual edifício do Conservatório age como uma peça simbólica na memória de Lisboa. Ao percorrer a Travessa dos Inglesinhos e ao cruzar desta, a cidade confronta-se com a volumetria pesada e brutalista da fachada de pedra, onde a minúcia escultural do calcário contrapõe uma subtilidade. O edifício é um forte, mas a rua dobra-o, e deixa que a cidade continue. Deste forte sai música, e com este, ao descer a rua, a cidade prossegue, aleia ao que o edifício encerra.

O volume do edifício fecha-se, assim, sobre ele próprio, constituindo um sistema complexo com múltiplas adições. Conhecer e respeitar o passado não impede a atitude crítica relativamente ao conjunto. Antes exige a correcta interpretação dos factos: funcionalidade e contexto temporal e urbano. A proposta aqui explanada não pretende constituir mais um acrescento, pretende a partir da **complexidade, hierarquiza-la**, e a partir do que se encerra entre as fachadas emblemáticas, configurar uma realidade que se coadune com as necessidades do programa, **prolongando, não acrescentando**. Assim, o edifício alonga-se e abrange todo o quarteirão. Os anexos que polarizavam e desequilibravam o complexo escolar são eliminados.

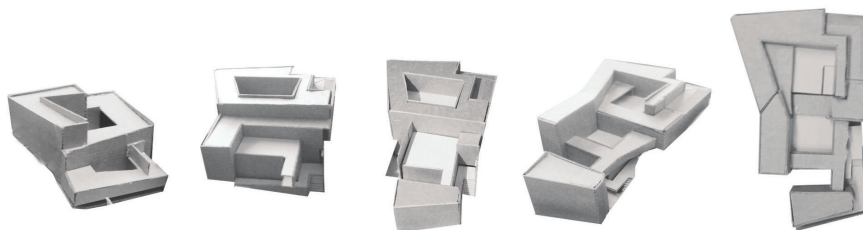


É imperativo que a fachada emblemática seja preservada e que o edifício conserve as suas características específicas. Procura-se uma reinterpretação da estrutura organizacional de um convento. O espaço que o edifício presentemente encerra é insuficiente e a abertura deste é considerada essencial para uma ideia de conjunto da totalidade do quarteirão que, na proposta, abriga somente o Conservatório Nacional de Música. Coadunando-se com uma hegemonia entre o pré-existente e a proposta, o pátio é prolongado a poente, onde ao redor deste se desenvolve todo o projecto. Para esta abertura foi necessária a demolição do corpo poente que encerrava o edifício do restante lote e da vista sobre a cidade. Uma estratégia brutalista mas que se adquiriu, progressivamente, como necessária ao longo do processo de projecto face a uma desejada harmonia do conjunto.

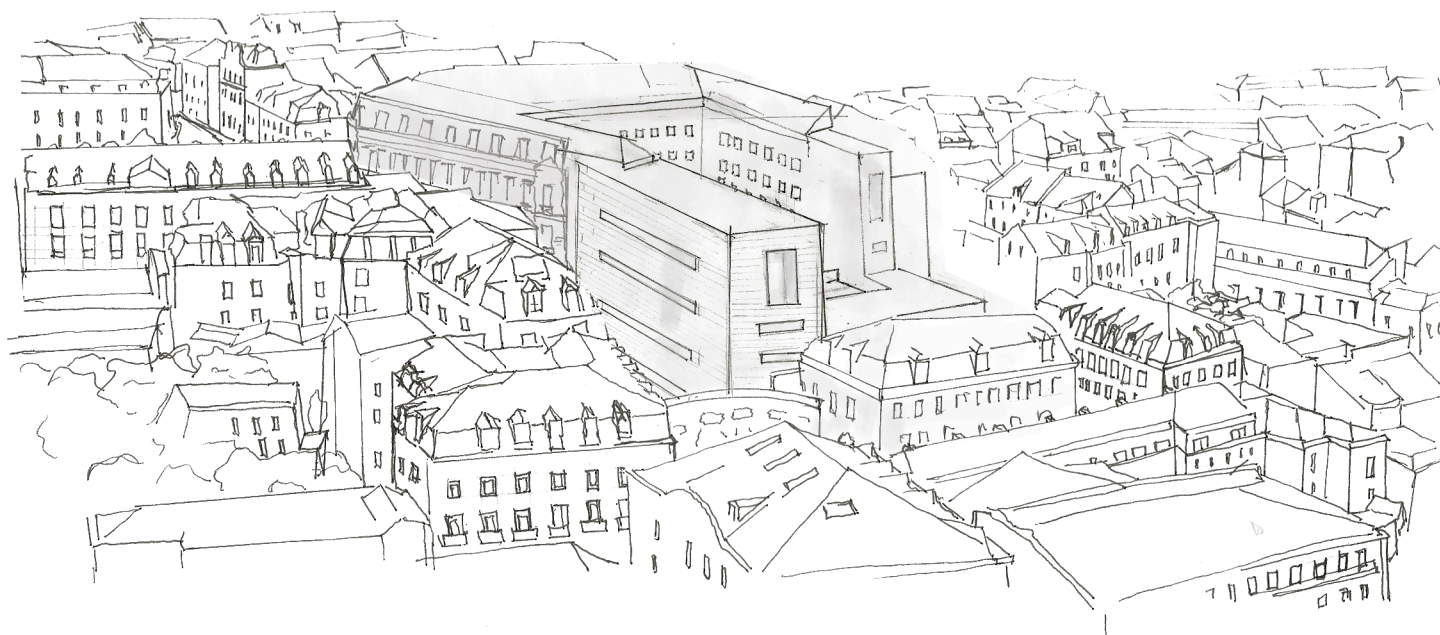


Este gesto de demolição dá origem a “duas feridas” e em que a partir destas surge uma nova postura à cidade- um prolongamento através de dois corpos, um que abriga o ensino de música e outro que assinala um programa de cariz público – auditório e salão nobre – o da apresentação da música. Dois corpos que agora delineiam o grande pátio e que se debruçam sob a cidade através de um grande vão, respetivamente, como que dois olhos que observam o urbano e que afirmam a presença do Conservatório.

O grande corpo que tem origem numa destas “feridas”, o corpo que abriga o ensino musical, foi desenhado a partir de um movimento de alinhamento com a envolvente e de forma a definir uma forma geométrica do pátio. Aquando da entrada deste corpo no “antigo pátio”, elevado em relação ao novo, este abriga serviços como bar, cantina e espaço de convívio coberto em permanente contacto visual com o exterior.



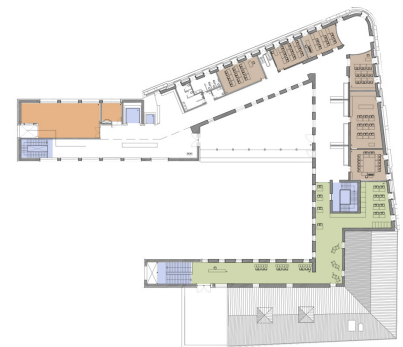
O Conservatório Nacional de Música Proposta de Reabilitação e Ampliação



26|

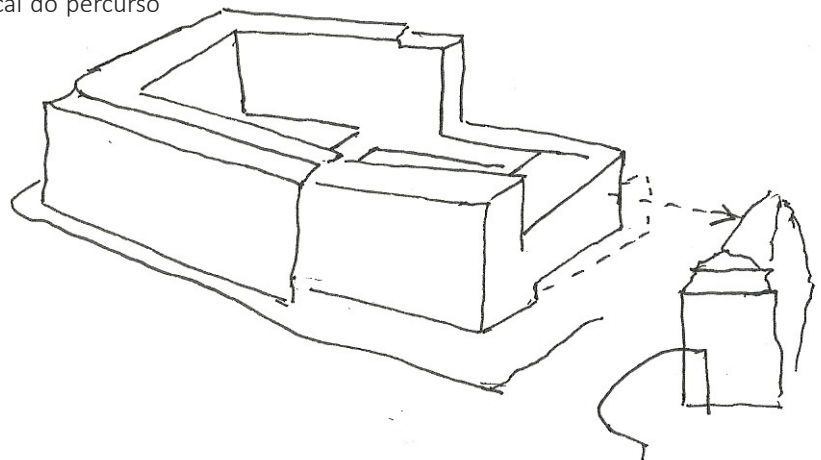
O projecto é constituído por três núcleos principais: o corpo existente, que abriga a zona do ensino geral, o novo corpo que agrega o ensino musical e o corpo enterrado junto com o eixo de percurso público proveniente do salão nobre que incorpora as zonas de espetáculo e de abertura ao público em geral, ligando o foyer existente do Salão Nobre, com o foyer do novo auditório e com o café-concerto que toma lugar no edifício actualmente ocupado pela escola de dança. Ao longo deste percurso é proposto um percurso-expositivo com espaços vocacionados para este mesmo efeito e de ligação directa ao exterior.

A circulação vertical situa-se no fim de cada grande corredor que percorre cada um dos núcleos, optando-se por manter as principais escadarias do edifício existente. Fora deste sistema de circulação vertical assinalam-se duas exceções: a escadaria interior de ligação de pátios e a ligação vertical do percurso público ao auditório.

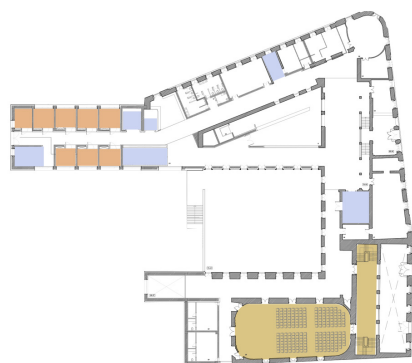


Nível 1- Cota 81.2

- Ensino de Música
- Ensino Regular
- Biblioteca
- Circulação Vertical



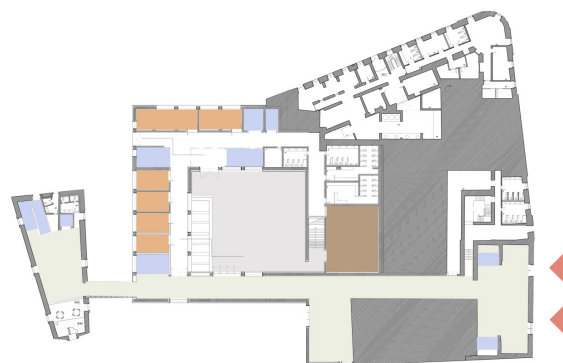
O Conservatório Nacional de Música Proposta de Reabilitação e Ampliação



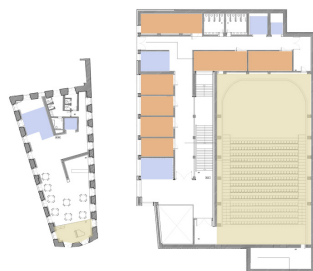
Nível 2- Cota 76 | Entrada da Escola



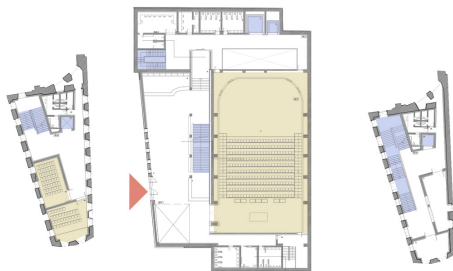
Nível 3- Cota 71.13



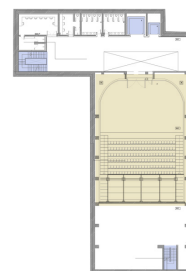
Nível 4- Cota 66.13-Entrada do
Foyer do Salão Nobre



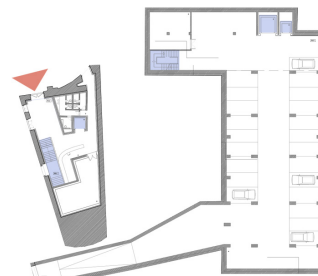
Nível 5- Cota 61



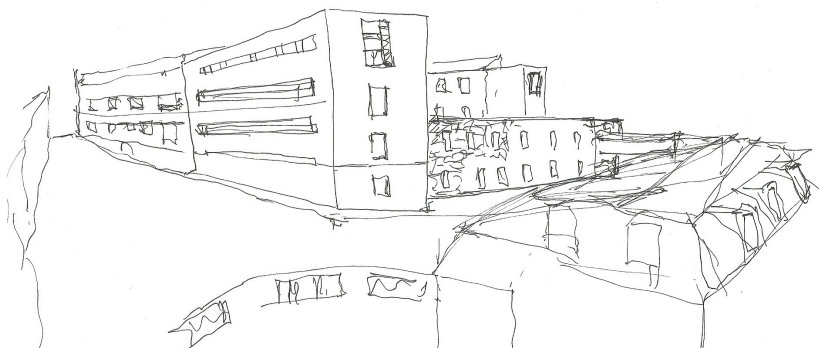
Nível 6- Cota 57- Entrada do Foyer



Nível 7- Cota 54



Nível 8- Cota 51- Estacionamento



A postura tida relativamente ao edifício do Conservatório e a linguagem da nova ampliação foi resultado de uma ponderação sobre a cidade e de análise teórica que apoiaram este confronto de ambivalências entre o que é novo e o que é o velho.

A conceptualização do novo sobre o existente impõe o permanente juízo de valor sobre a realidade construída que se confronta, na articulação de estratégias, de intenções, do novo, em diálogo com a estrutura morfológica e estilística do edifício existente. Edifício construído noutro contexto e noutra registo que o âncora a uma outra realidade, ao qual este é representante, mas que não é a atual.

Como refere Françoise Choay, não se pode fazer ou construir hoje o património passado. O valor patrimonial resulta de uma realidade associada a um espaço e a um tempo, e é um direito e um dever da nossa geração respeitar a autenticidade do existente, mas também a do projetado. Assim, na ampliação que dialoga com o edifício existente, optou-se por um afirmar do contemporâneo, numa postura de autenticidade, definindo e transparecendo uma veracidade do que é a proposta e as pré-existências, contudo, não procurando uma tensão entre estas duas ambivalências.

A Proposta

Entre o Antigo e o Novo

As Fachadas

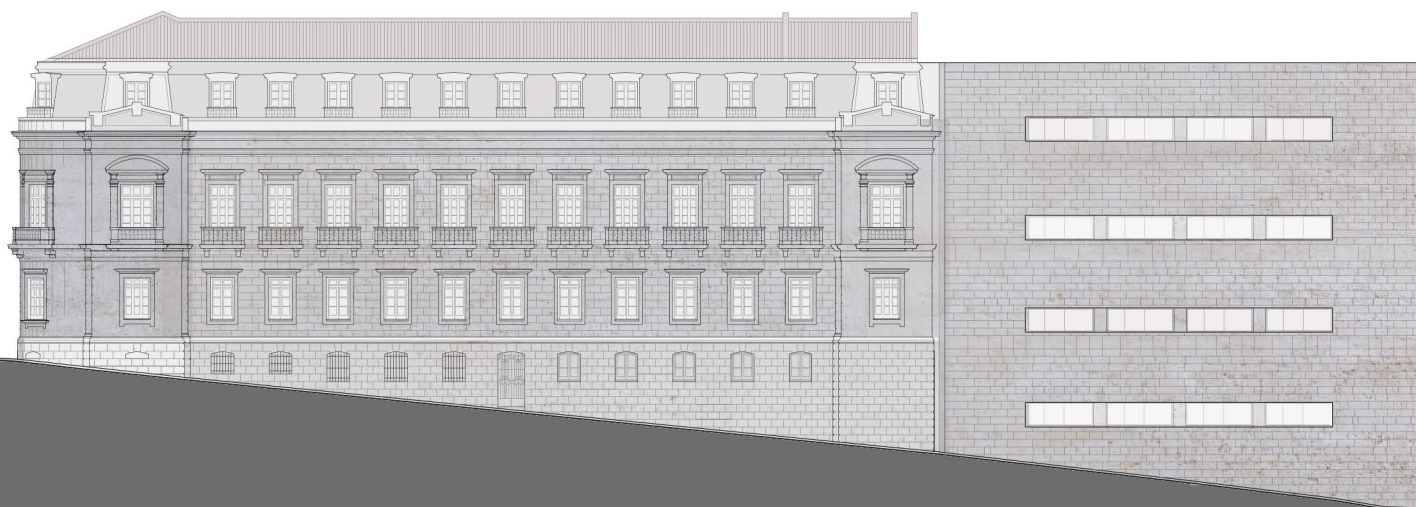
Procurou-se uma ponte entre os tempos através da materialidade e o resgate de alguns elementos formais a respeito das fachadas: a utilização da pedra lioz e uma ideia de embasamento que constitui a entrada para o novo auditório. Na actual fachada, a volumetria do edifício é “escondida” através de vários ornamentos que a pontuam, na fachada proposta anexa ao edifício existente, optou-se por uma depuração do antigo, onde a proposta segue a mesma estereotomia de alvenaria. Aquando de uma demarcação horizontal por relevo proeminente na fachada pré-existente regista-se uma mudança de escala da estereotomia para sugerir essa mesma continuação horizontal. Os vãos são os elementos discordantes e primam-se por um desenho que se pretende afirmar na cidade, de rasgo horizontal, deixam antever o ritmado dos pilares recuados em relação à fachada, ocultando o caixilho e o vidro. Estes transparecem uma concepção de vazio ou de “escavação” na volumetria. Relembrando a horizontalidade que o edifício existente pretende afirmar, e depurando a ideia de uma volumetria imponente na cidade, transposta para a atualidade.

O alçado poente, decompõe os elementos principais da fachada do Conservatório Nacional de Música: a composição em pedra, já referida, que se prolonga e que

em contacto com o programa do foyer do novo auditório dá lugar, a nível térreo, a um plano de alvenaria de espaçamento superior entre si, à semelhança do embasamento, e que se “desloca” do edifício de forma a enunciar a entrada para o auditório e comunicando uma diferença programática entre o bloco de ensino e o bloco do auditório.

Nos alçados do interior do pátio, é estabelecida a intenção de uma continuação do ritmado dos vãos do antigo pátio. Para tal, a “ferida” que a demolição do corpo que restringia o pátio provocou, é colmatada por uma recreação do que este seria anteriormente, os vãos de acesso ao pátio são recreados segundo a fachada frontal e fachada anexa a este. A ampliação do bloco que delinea a rua “entra” dentro do pátio, no último piso, sugerindo um entablamento presente nas fachadas existentes do pátio e rematando o espaço de convívio coberto. Este espaço, no último piso, é recuado relativamente à fachada à semelhança do que acontece no edifício pré-existente.





A Proposta

Intervenção no edifício existente

Na intervenção relativa ao edifício existente do Conservatório Nacional de Música pretende-se um sistema de circulação que resgate uma linearidade de apenas um corredor, que pela sua largura, possibilite não apenas o percurso mas também o convívio entre alunos. Para este efeito, adjacente ao corredor são previstos espaços estratégicos de “desafogo” de contacto visual com a cidade. De forma a demarcar estes mesmos espaços e a entrada para o bar, a cantina e o espaço de convívio coberto, optou-se por um aumento de pé direito relativamente ao resto do corredor.

A entrada da escola dá-se pela entrada já existente e correntemente utilizada, de modo a que o momento de chegada ao edifício seja de um contacto protagonizado pela história do edifício e da instituição de ensino pelo um dos espaços menos alterado ao longo das intervenções ao actual edifício. Composta por uma pequena antecâmara, a entrada do edifício existente, é caracterizada por um lambril de pedra em que a sua prolongação é proposta nos corredores da proposta referente ao programa de ensino. Esta aplicação pretende estabelecer uma maior homogeneidade dos espaços e resgatar o carácter nobre do edifício.

Lateralmente à entrada do edifício intervencionado situam-se os programas logísticos necessários, tal como, a receção, secretaria, gabinete de atendimento aos Encarregados de Educação, e um espaço de espera relativo a este último e ao espaço de reunião. Este espaço situa-se no “cotovelo” do edifício e é configurado sob uma forma circular, procurando responder à configuração existente.

Nos pisos superiores situam-se as salas de aula do ensino regular em que foram criados, para um maior controlo espacial do corredor e para uma questão de transi-

ção entre este e o interior da sala de aula, pequenas antecâmaras abertas onde é possibilitada a colocação de cacifos e de um espaço de espera do professor por parte dos alunos. |33

No último piso, e com uma orientação solar a norte, é prevista uma biblioteca e fonoteca a par de um terraço acessível. O acesso à biblioteca é feito por uma escadaria de contacto visual com o resto da cidade, contacto este mantido ao longo de toda a fonoteca que se situa ao longo do corredor.

Para alcançar um objectivo de sistema de circulação intuitivo e funcional, a estratégia passou pela demolição de algumas paredes de tabique na abertura do corredor existente. De forma a responder ao programa exigido, prevê-se a adição de paredes de alvenaria revestida a reboco para a configuração de espaços.

A intervenção passou por uma preocupação estrutural que se revela na manutenção das fachadas de alvenaria caracterizadas como autoportantes e no prevalecer dos principais planos estruturais do edifício. A demolição de pontuais paredes sugere uma necessária renovação do pavimento e uma manutenção das lajes existentes compostas por vigas de madeira, por razões de eventuais degradações. Esta manutenção passa por um reforço das vigas por perfis

de aço de 30 centímetros e de um reforço da junção destas com as paredes autoportantes através de perfis metálicos. No encerramento de acessos a divisões prevê-se a aplicação de gesso cartonado rebocado e pintado sendo recuado relativamente à parede. Pontualmente, onde o programa justifica, estes encerramentos são dados através de vidro fixo, de forma a existir uma relação visual entre espaços.

A ampliação

O corredor que percorre o edifício existente estende-se pela ampliação proposta, na transição, um pequeno espaço de convívio e uma mudança de pé direito promulgam a distinção entre os dois corpos. Este corredor é limitado por paredes rebocadas e com um lambril de pedra lioz, o pavimento à semelhança do edifício existente, é de soalho de madeira, o tecto falso aparenta não tocar nas paredes, na subtração entre estes é instalada a iluminação artificial. No fim deste corredor um vão de grandes dimensões permite o contacto com a envolvente urbana, ao lado deste situa-se a circulação vertical que percorre todo o edifício.

Esta circulação aqui descrita é a de acesso às salas de ensino musical, nestas são exigidos diversos requisitos acústicos próprios e vários elementos podem ser aplicados para a sua manipulação. Optou-se por uma inclinação do teto falso de forma a possibilitar uma dispersão do som potenciando uma melhor audição do som dentro da sala. Para efeitos de absorção de som é previsto, na composição das paredes que delimitam cada sala, isolamento acústico e uma alvenaria de capacidades absorvedoras acústicas de 14 centímetros. No caso das salas que exigem maiores restrições acústicas é previsto uma parede composta por tabuas de madeira de 50 cm de largura e de 2,20 de altura, dispostas em diferentes inclina-

ções que se coadunem a uma melhor dispersão do som e evitando um maior tempo de reverberação. Esta forma uma caixa de ar entre a sala de aula e o corredor para maiores capacidades de isolamento acústico.

A entrada nestas salas é recuada relativamente ao corredor, pretende-se através desta opção, uma transição entre um espaço de percurso e um espaço de clausura e concentração – o das salas de aulas. Este recuo diferencia esta tipologia de salas de aula das demais e possibilita a colocação de armários exigidos pelo programa e, noutros casos, a aplicação da fachada interior composta de madeira.

O volume, até aqui descrito, aquando do piso em contacto com o novo pátio cria uma circulação em torno deste, criando uma outra extensão que encerra este espaço exterior à cidade. Nesta extensão tomam presença as salas de aula de maior dimensão, no corredor de acesso a estas é possibilitado o acesso ao percurso vocacionado ao público em geral e, consequentemente, ao edifício que é actualmente ocupado pela Escola de Dança. Neste localizam-se as salas de audições, salas que são pontualmente utilizadas e que possuem um carácter de exposição e não de ensino musical.

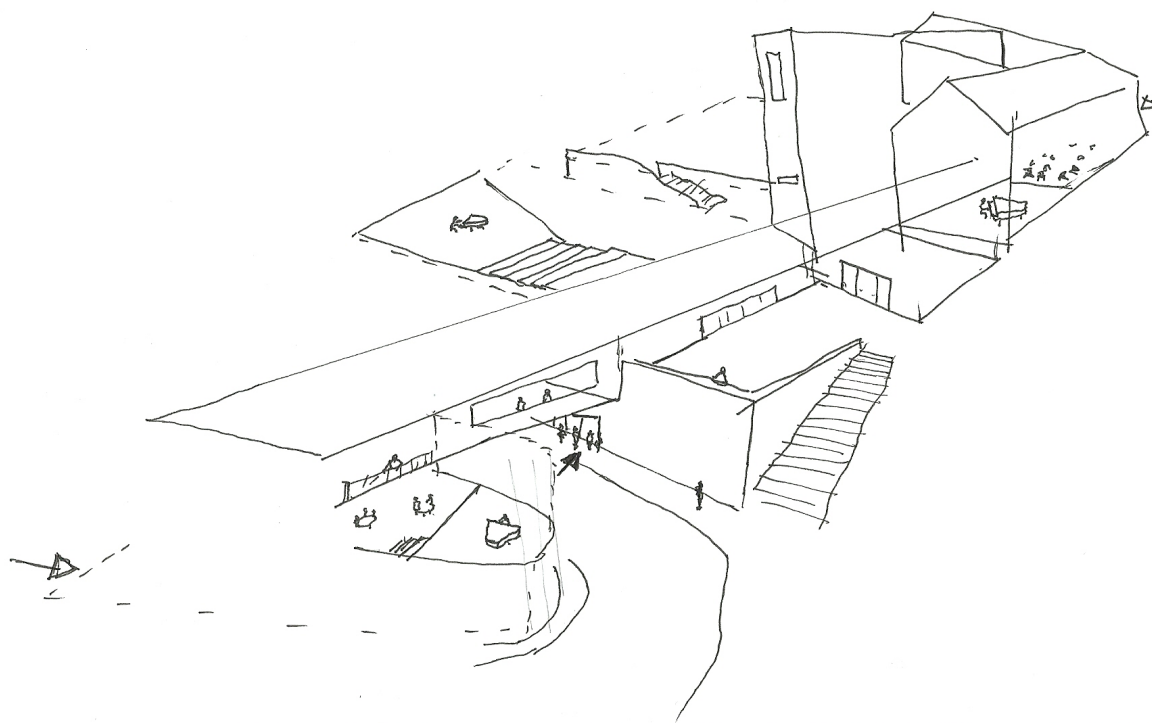


Toda a ampliação é constituída por uma estrutura reticulada de pilares e lajes em betão. Sendo que os pilares possuem uma métrica de 4 metros de distância num eixo longitudinal ao volume e uma distância de 5 metros e 7 metros transversalmente.

O percurso público

Na articulação dos espaços expositivos de carácter público pretende-se uma comunicação fluida entre estes num seguimento de um eixo horizontal que se aproxima, progressivamente, da Rua de O século. Este percurso liga o foyer existente do Salão Nobre, ao novo foyer e auditório e, por fim, um café-concerto e sala de audições. De acesso controlado mas em que é possibilitado o acesso a todo o Conservatório Nacional, esta proposta atravessa toda a intervenção e delinea uma progressiva descoberta da envolvente urbana e da intervenção. Este parte do foyer do Salão Nobre, onde, no seguimento, deste o trajeto é parcialmente enterrado e onde uma luz zenital anuncia a entrada para um espaço expositivo e de acesso ao exterior. Ao continuar o trajeto é oferecido um contacto com o novo pátio, e onde uma escadaria oferece a possibilidade de acesso ao novo auditório e foyer, ou onde um acesso pedonal em consola possibilita a entrada para o café-concerto.

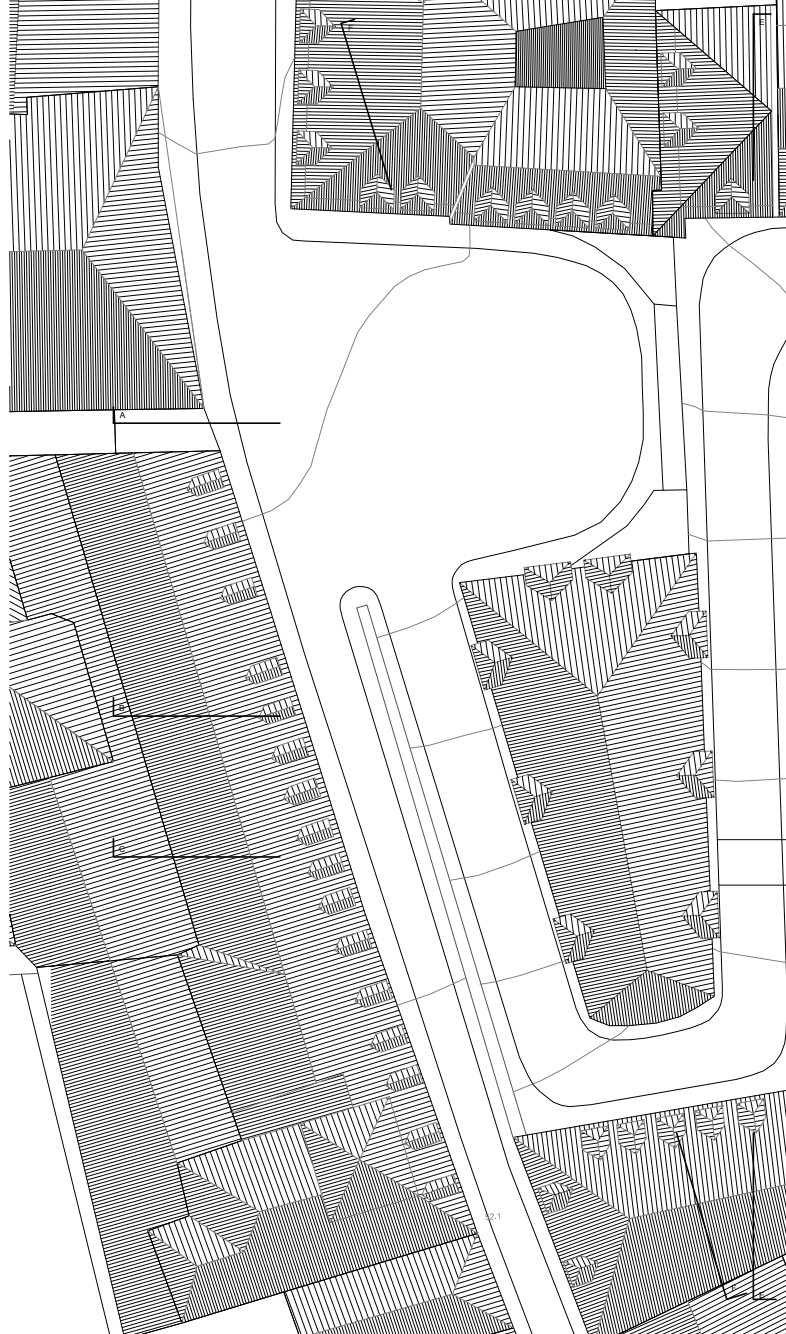




Desenhos técnicos





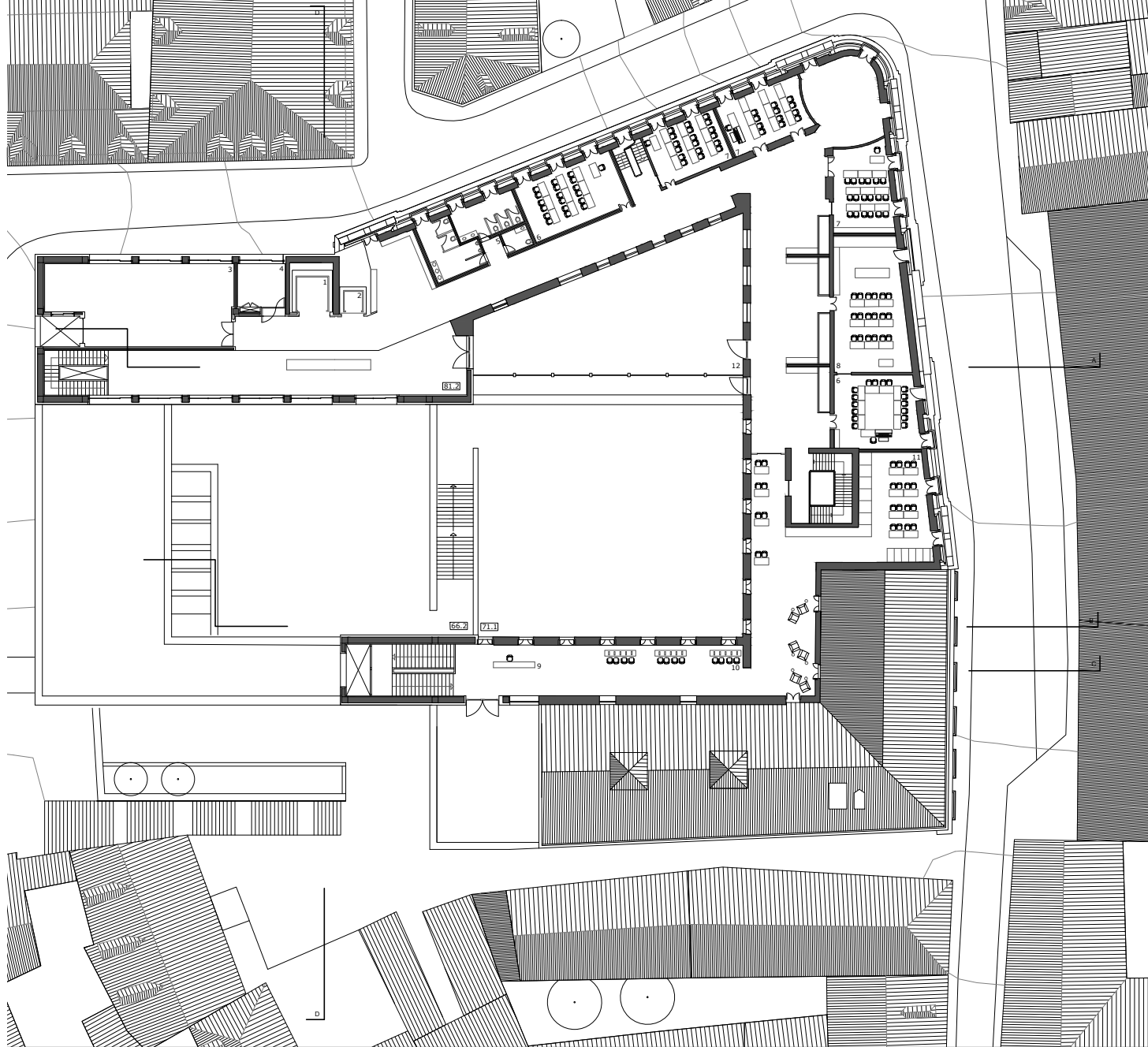


Projecto de Reabilitação e Ampliação

Inês Cayolla | 38645 | Orientador: Arq. José Neves | Projecto Final | 5º ano | Mestrado Integrado em Arquitectura | 2015

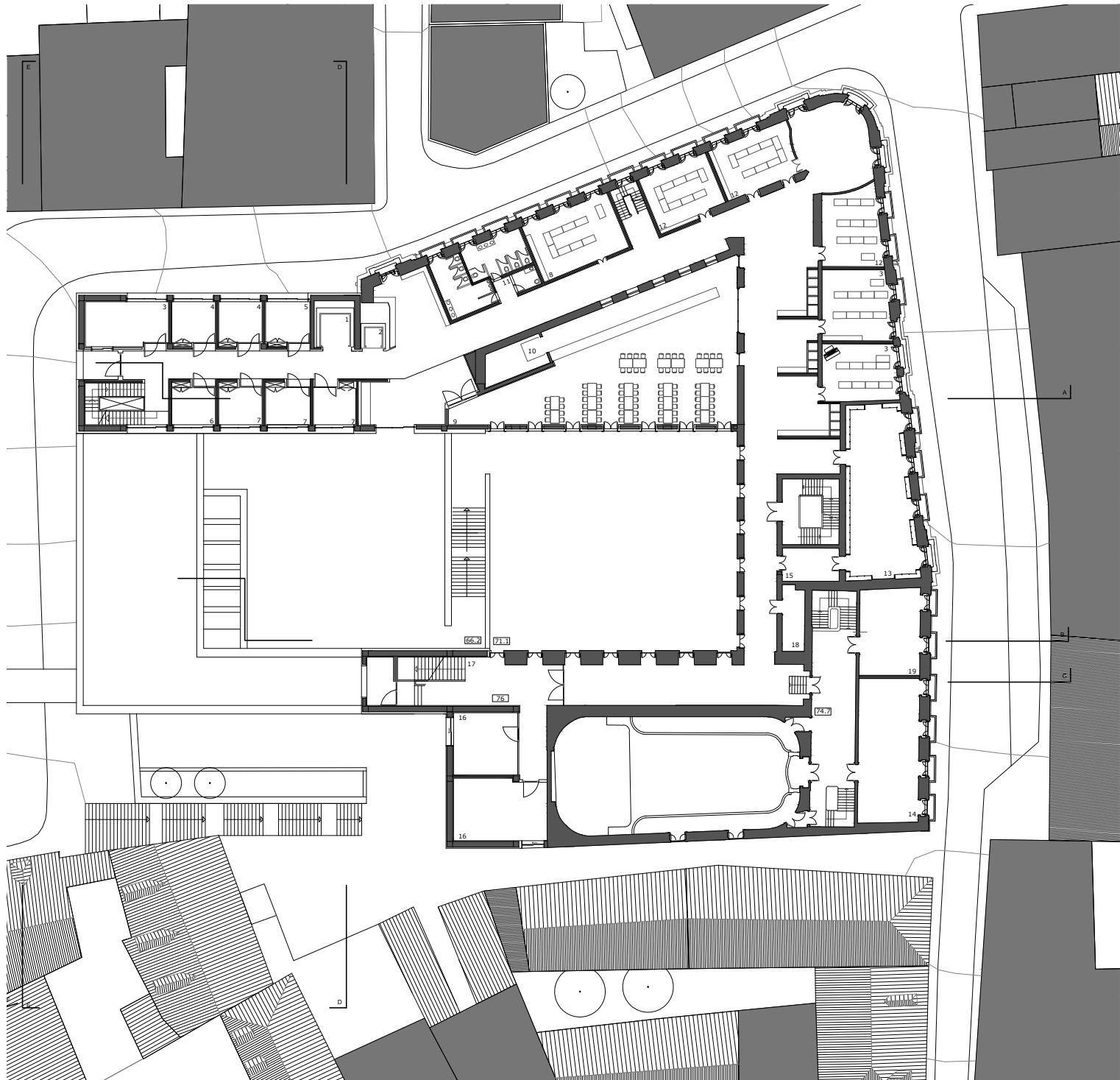
planta a cota 83 da Proposta de Ampliação

Escala 1:500



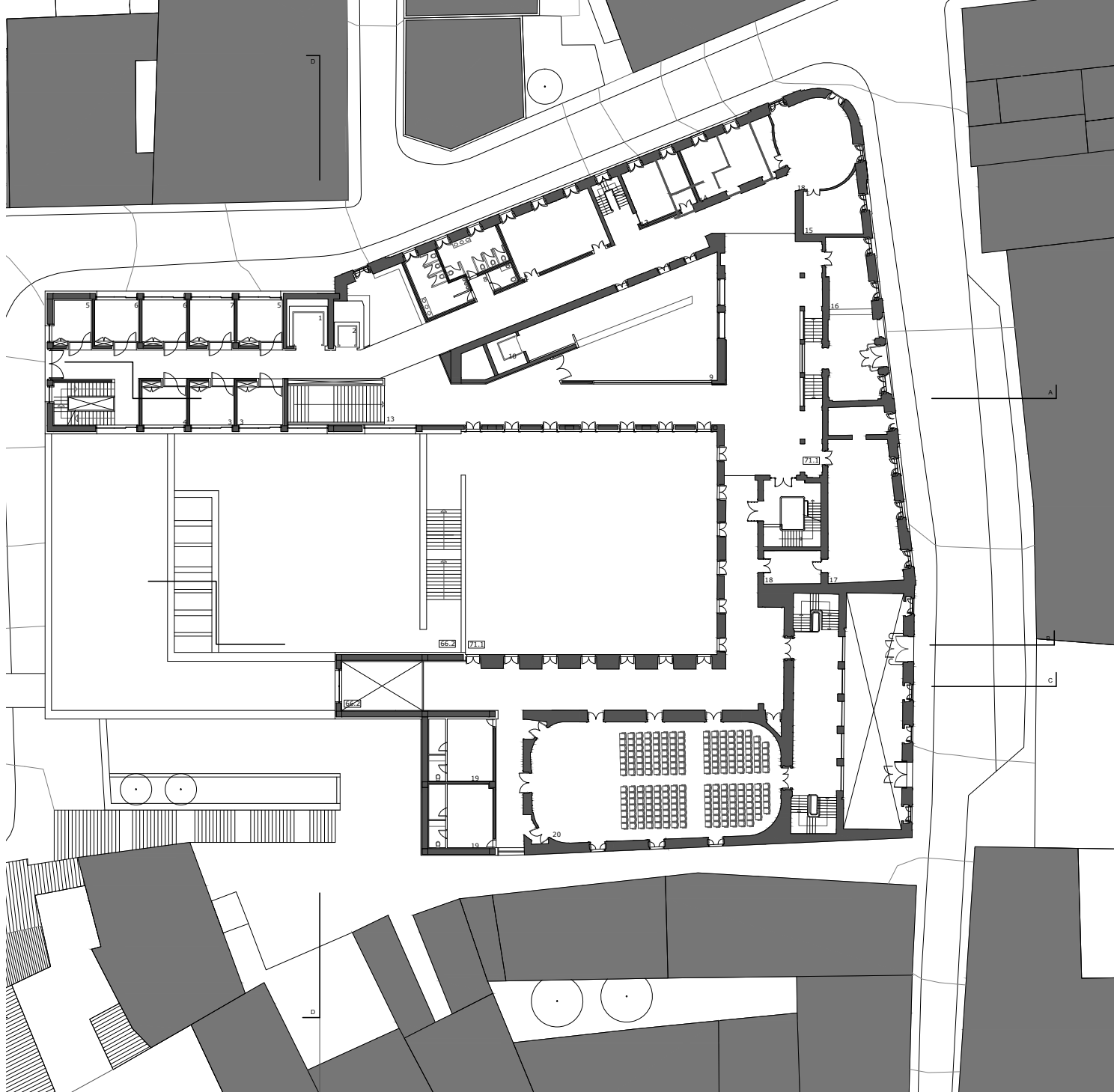
1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Aulas de Orquestra (96 m²) | 4- Acompanhadores (15 m²) | 5- Instalações Sanitárias | 6- Formação Geral (40 m²)
 7 - Aulas Teóricas e de ATC (40 m²) | 8- Ciências e Físico-Química (55 m²) | 9- Recepção Biblioteca | 10- Fonoteca | 11- Biblioteca |
 12- Espaço de Recreio Coberto / Polivalente (200m²)



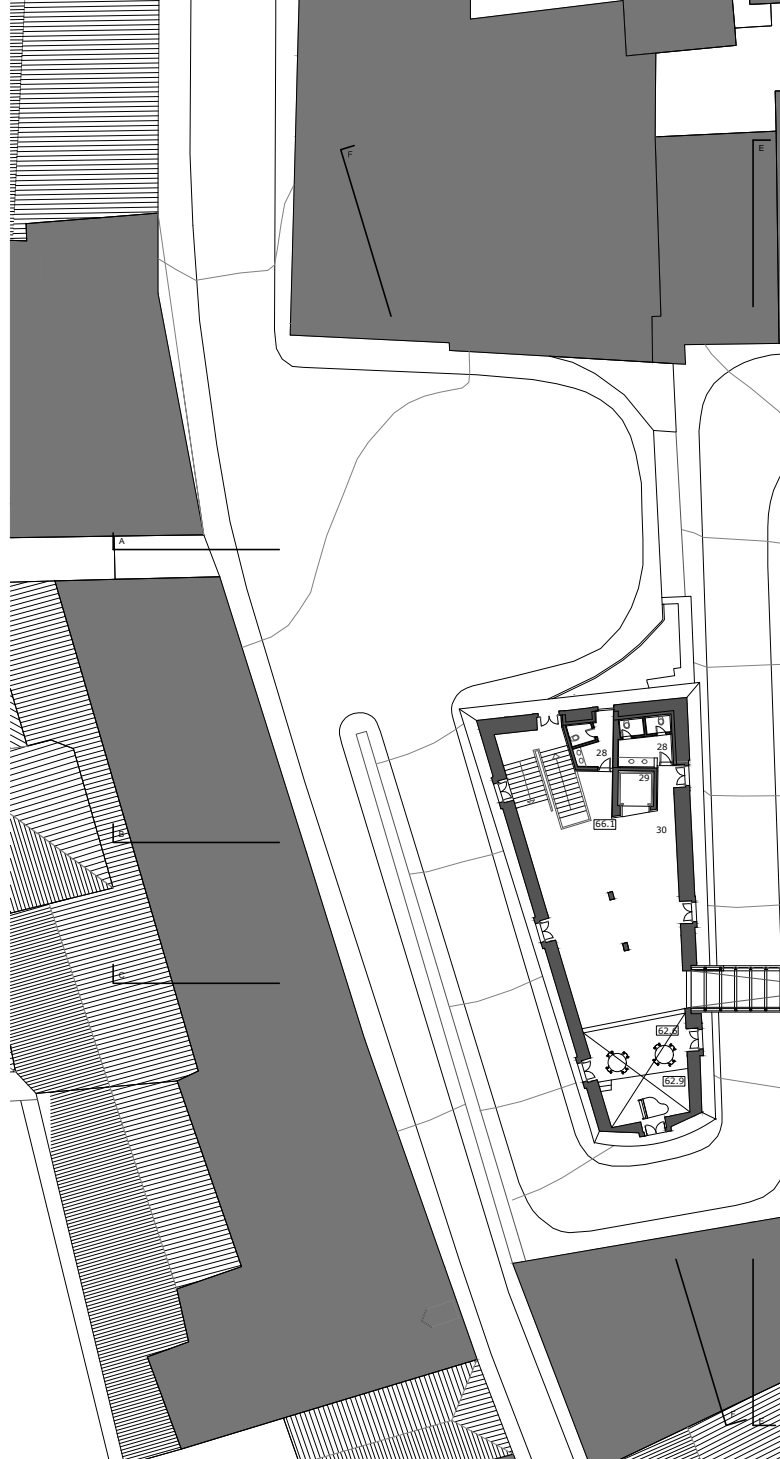


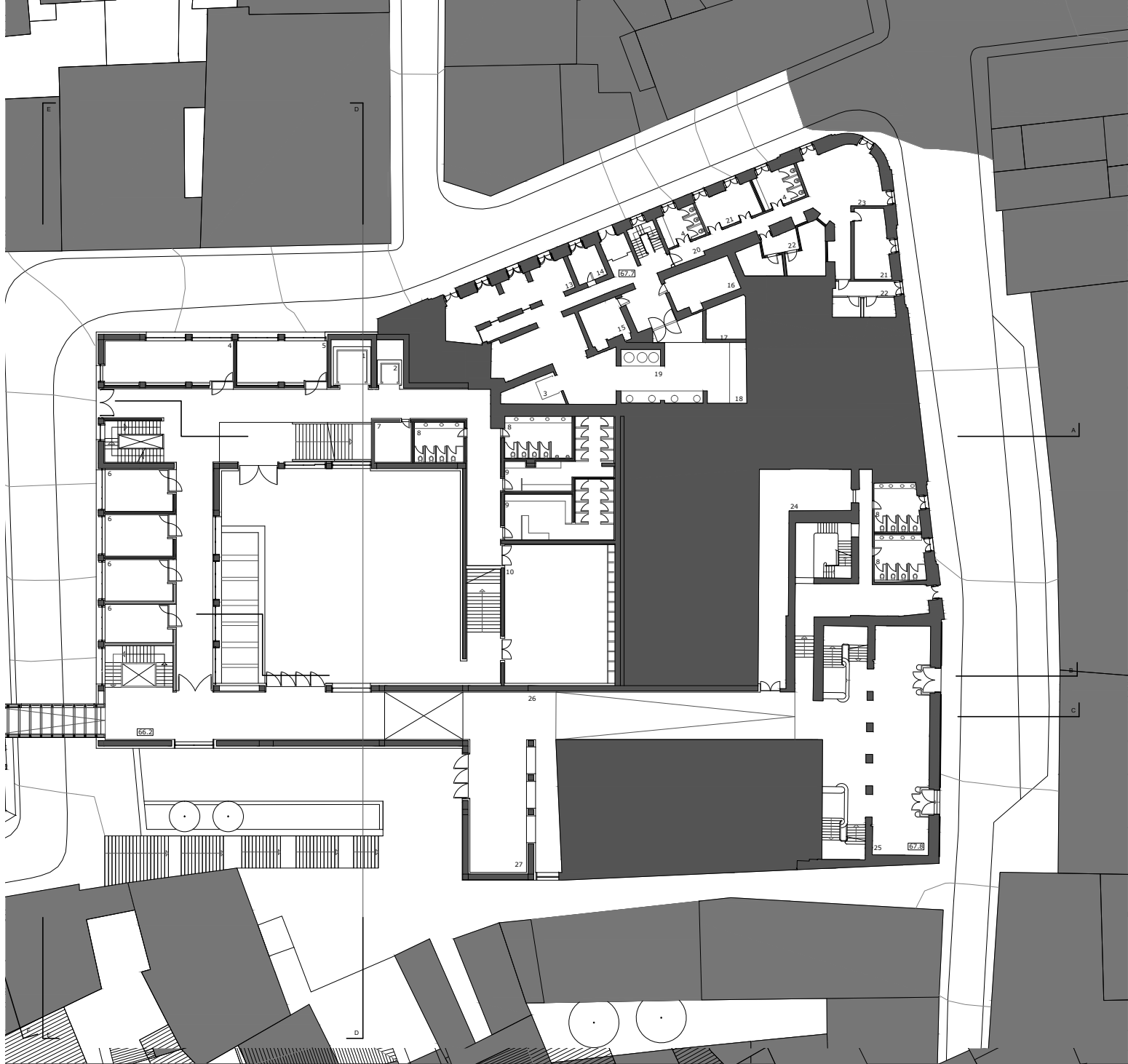
- 1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Sala de Formação Musical (30 m²) | 4- Sala de Violoncelo (15 m²) | 5- Sala de Harpa (15m²) | 6- Sala de Contrabaixo (15 m²)
 7 - Sala de Canto (15 m²) | 8-Sala de EVT (45 m²) | 9- Cantina (capacidade para 80 alunos) | 10- Elevador de Serviço | 11- Instalações Sanitárias
 12- Sala de Formação Geral (40 m²) | 13- Gabinete da Direção (76 m²) | 14- Gabinete de Departamentos (70m²) | 15- Instalações Sanitárias (Docentes)
 16- Sala dos Professores (80 m²) | 17 - Acesso à Biblioteca e Fonoteca | 18 - Arrumos (11 m²) | 19 - Sala de Conferências (43 m²)





1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Violino/Viola (14 m²) | 4- Sala de Acordeão (14 m²) | 5- Sala de Madeiras (12m²) | 6- Sala de Tecla (15 m²) | 7 - Sala de Metais (15 m²) 8-Instalações Sanitárias
 9- Bar | 10- Elevador de Serviço | 11- Escadas Interiores de ligação de Pátios | 12- Formação Musical (44 m²) | 13- Reprográfia (25 m²) | 14- Sala de Reuniões (40m²)
 15- Gabinete de Atendimento ao Enc. de Educação (23m²) | 16- Recepção | 17 - Secretária (70 m²) | 18 - Espaço de Espera | 19- Arquivo próprio da secretária (15 m²) |
 20 - Salão Nobre | 21 - Bastidores do Salão Nobre



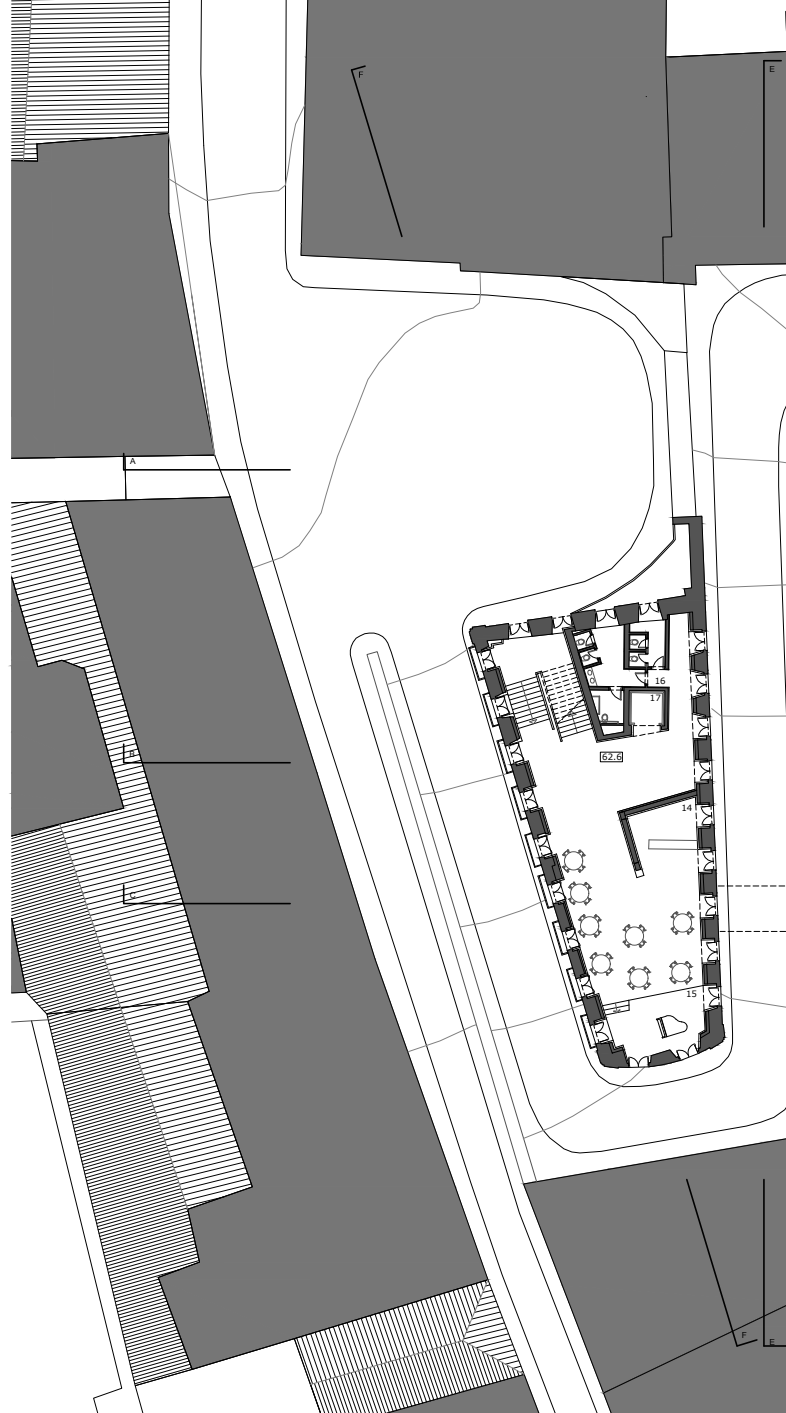


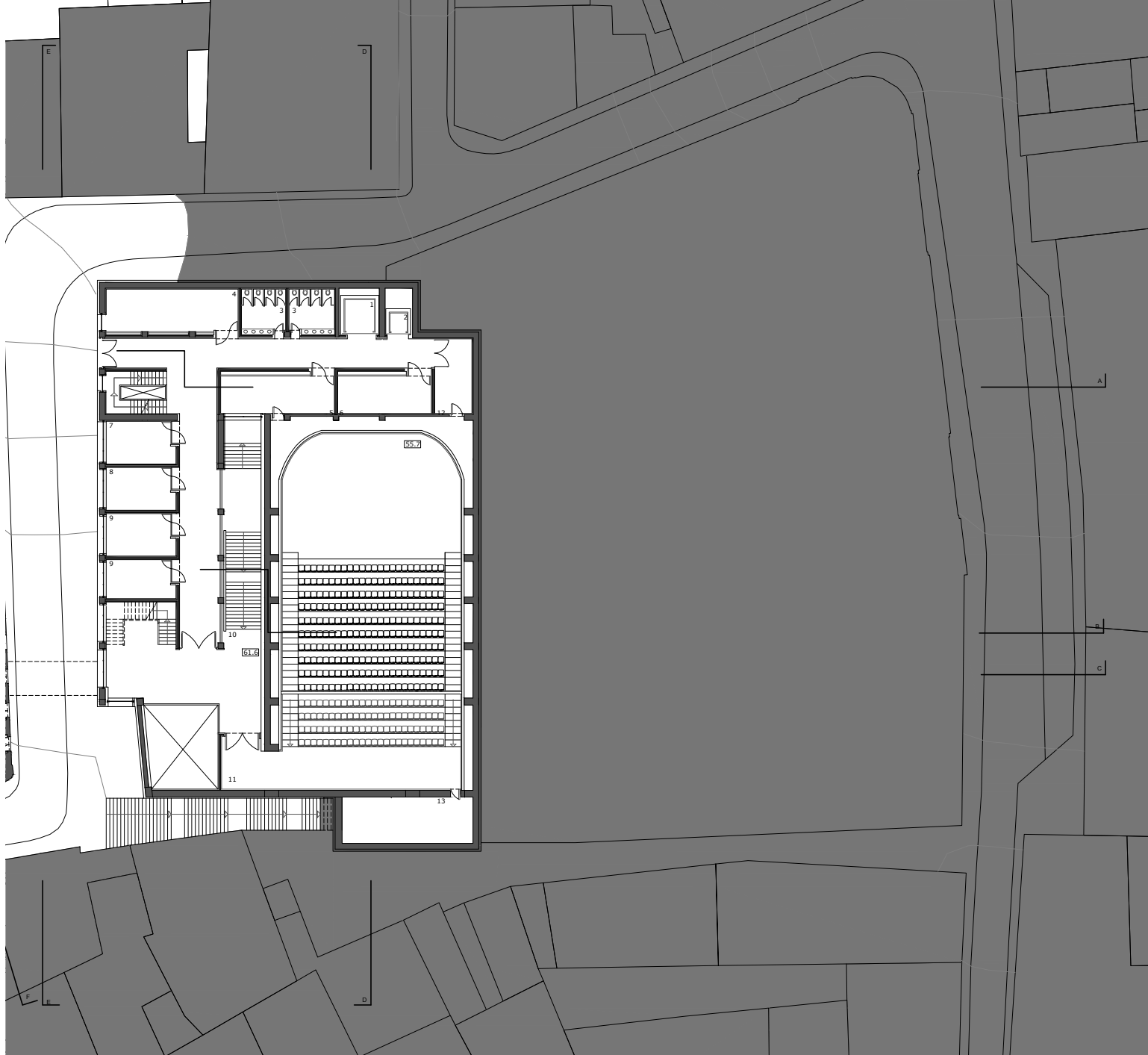
1- Monta-Cargas| 2 - Elevador | 3- Elevador de Serviço | 4 - Sala de Conjunto/Coro (40 m²) | 5 - Sala de Órgão (35 m²) | 6- Sala de Piano (24 m²) | 7- Primeiros-Socorros (15 m²) 8- Instalações Sanitárias
9- Banheiros | 10 - Ginásio (130m²) | 13 - Copa Sujos | 14 - Logística Cantina | 15 - Câmara Frigorífica (de carnes) | 16 - Câmara Frigorífica | 17 - Avac's Cozinha | 18 - Preparação Alimentos | 19 - Fornos
20 - Área de Não Docentes | 21 - Banheiros | 22 - Chuveiros | 23 - Área de Convívio | 24 - Armazém da Exposição (72 m²) | 25 - Foyer do Salão Nobre 26 - Percurso Expositivo
27 - Espaço Multiusos ao público (110 m²) | 28- instalações sanitaria | 29- elevador | 30- espaço expositivo

Projecto de Reabilitação e Ampliação

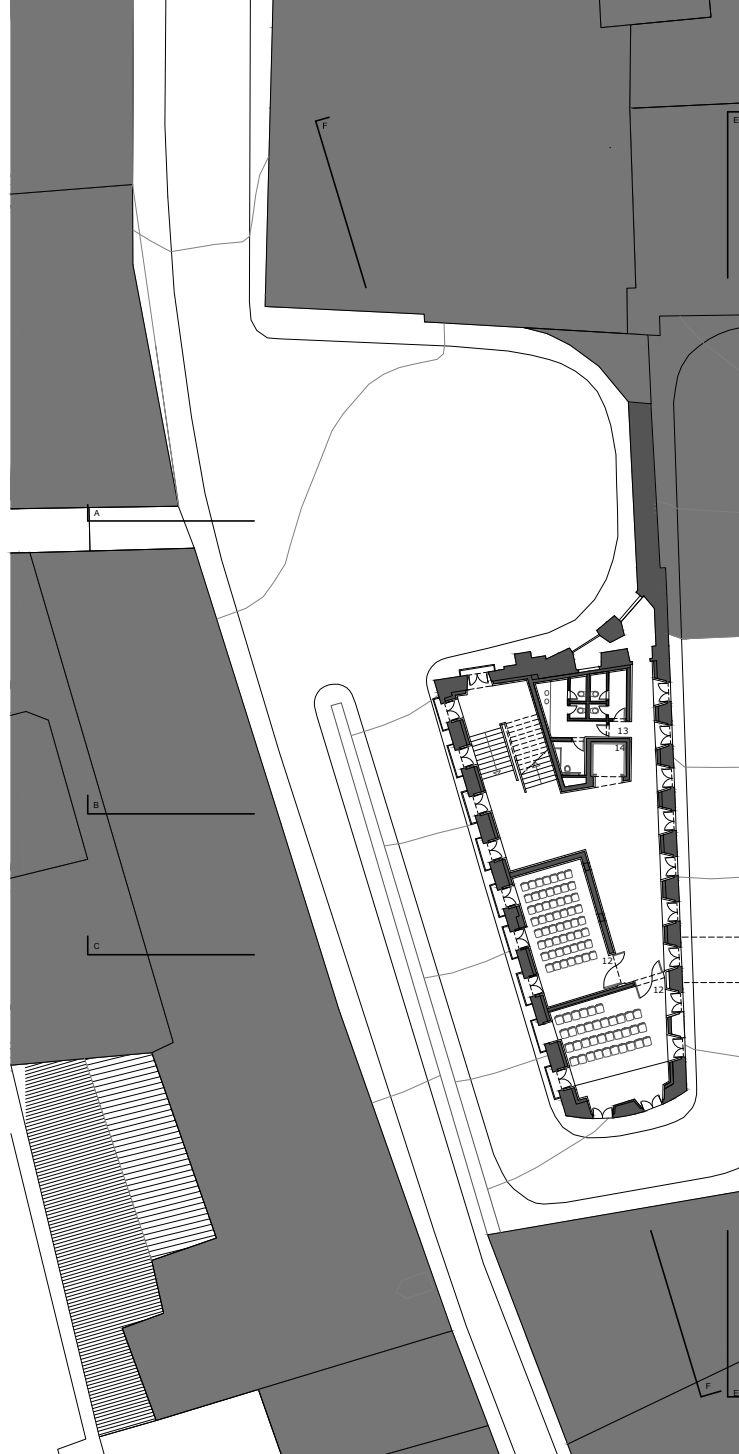
Inês Cayolla | 38845 | Orientador: Arq José Neves | Projecto Final | 5º ano | Mestrado Integrado em Arquitectura | 2015

planta a cota 63.5 da Proposta de Ampliação Escala 1:500





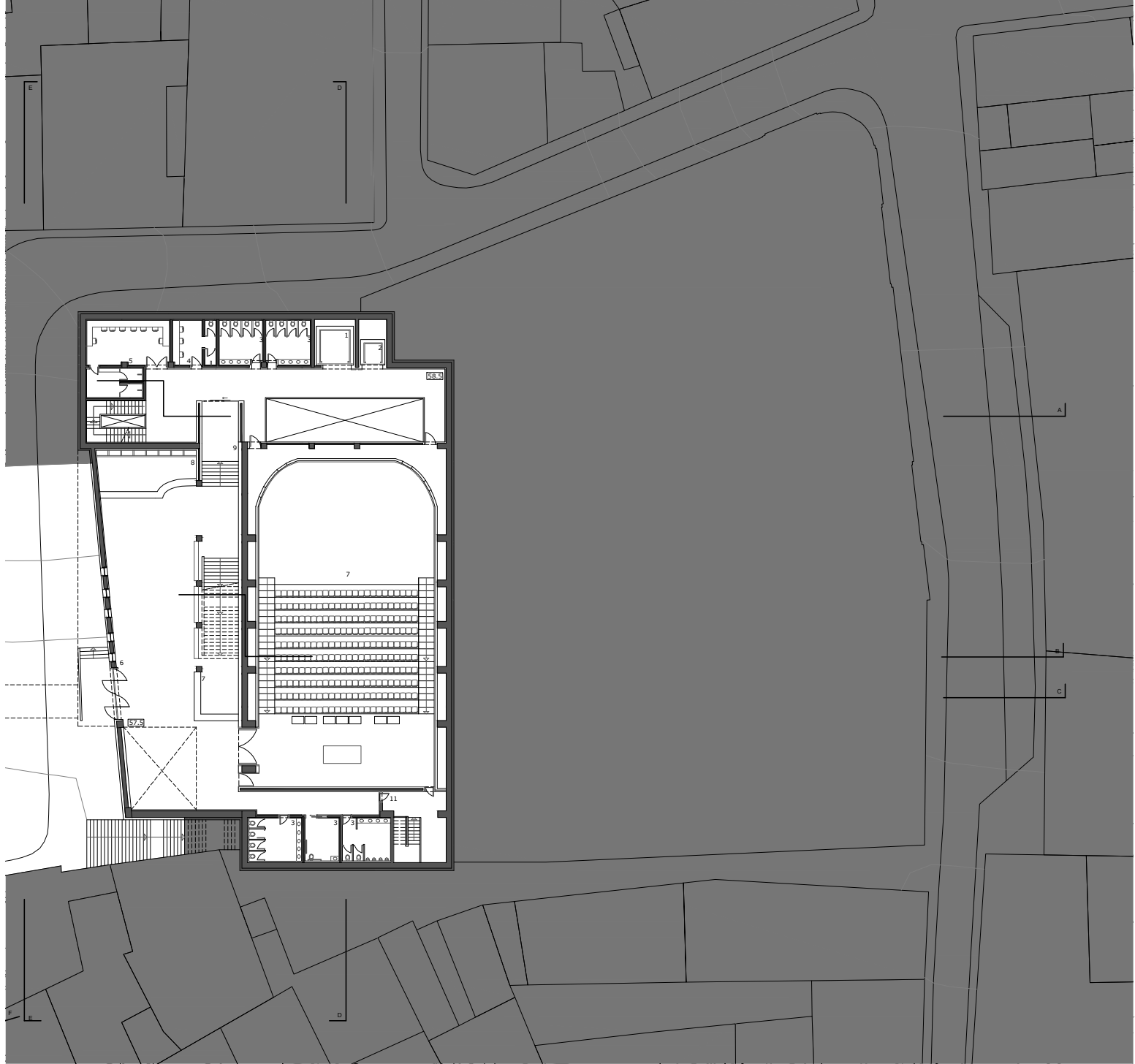
1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Instalações Sanitárias | 4- Sala de Conjunto/Coro (45 m²) | 5- Sala de Percussão (35m²) | 6- Sala de Estudo Instrumentos (33 m²)
 7 - Sala de Piano (25 m²) | 8- Sala de Cravo (25 m²) | 9- Salas de Estudo de Instrumentos (25 m²) | 10- Escadas de Acesso ao Foyer do Auditório
 11- Acesso ao Balcão do Auditório | 12- Acesso Técnico à Cobertura do Auditório | 13- arrumos | 14- café concerto | 15- palco | 16- instalações sanitarias | 17- elevador



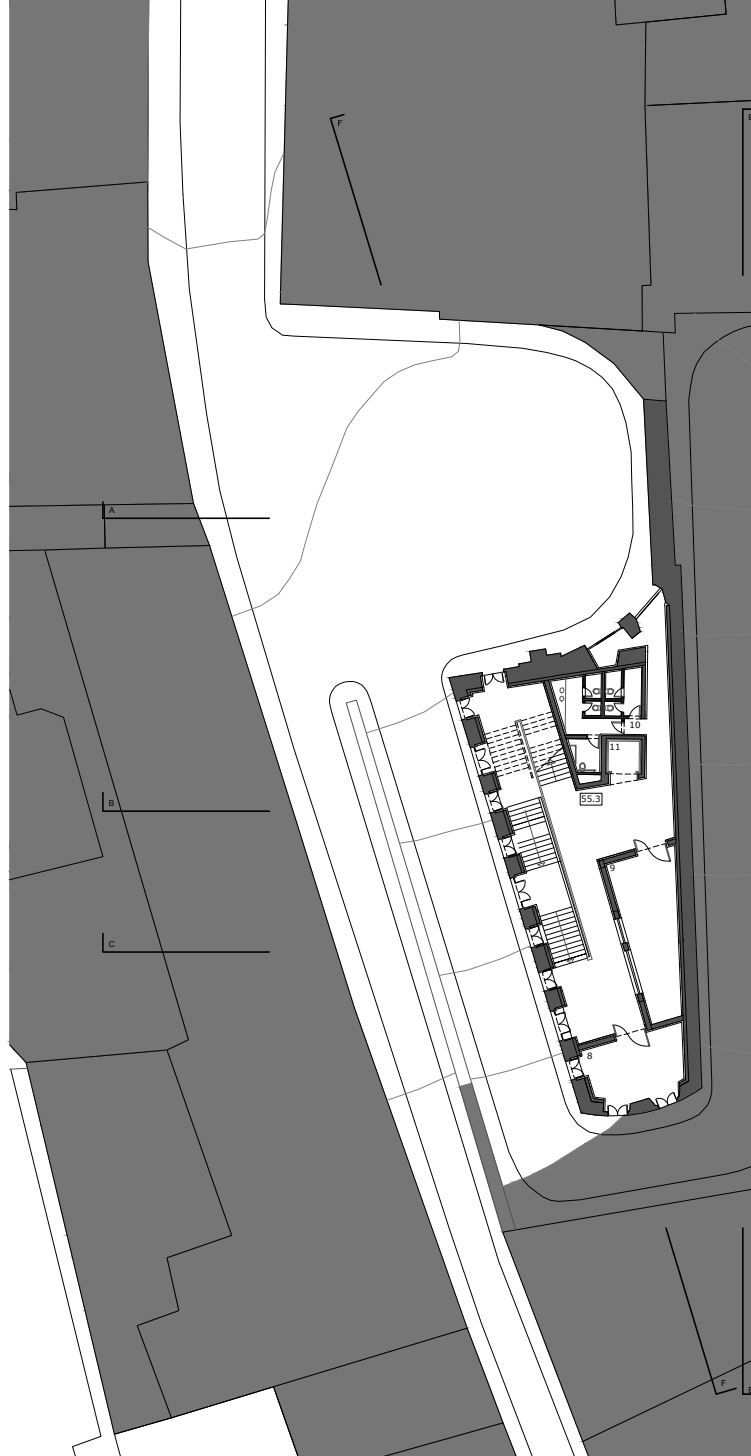
Projecto de Reabilitação e Ampliação

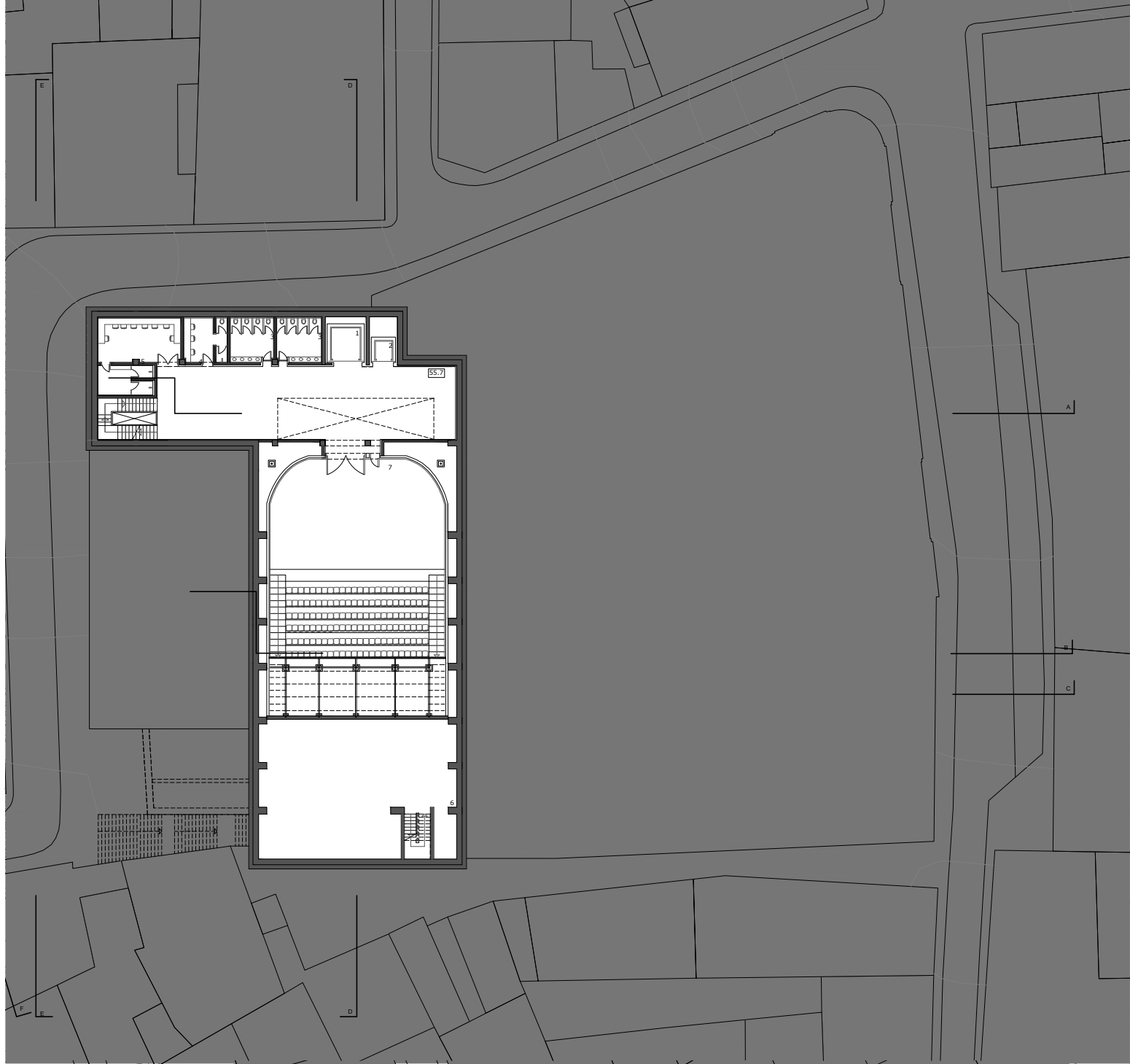
Inês Cayolla | 38645 | Orientador: Arq José Neves | Projecto Final | 5º ano | Mestrado Integrado em Arquitectura | 2015

planta a cota 60 da Proposta de Ampliação Escala 1:500 |

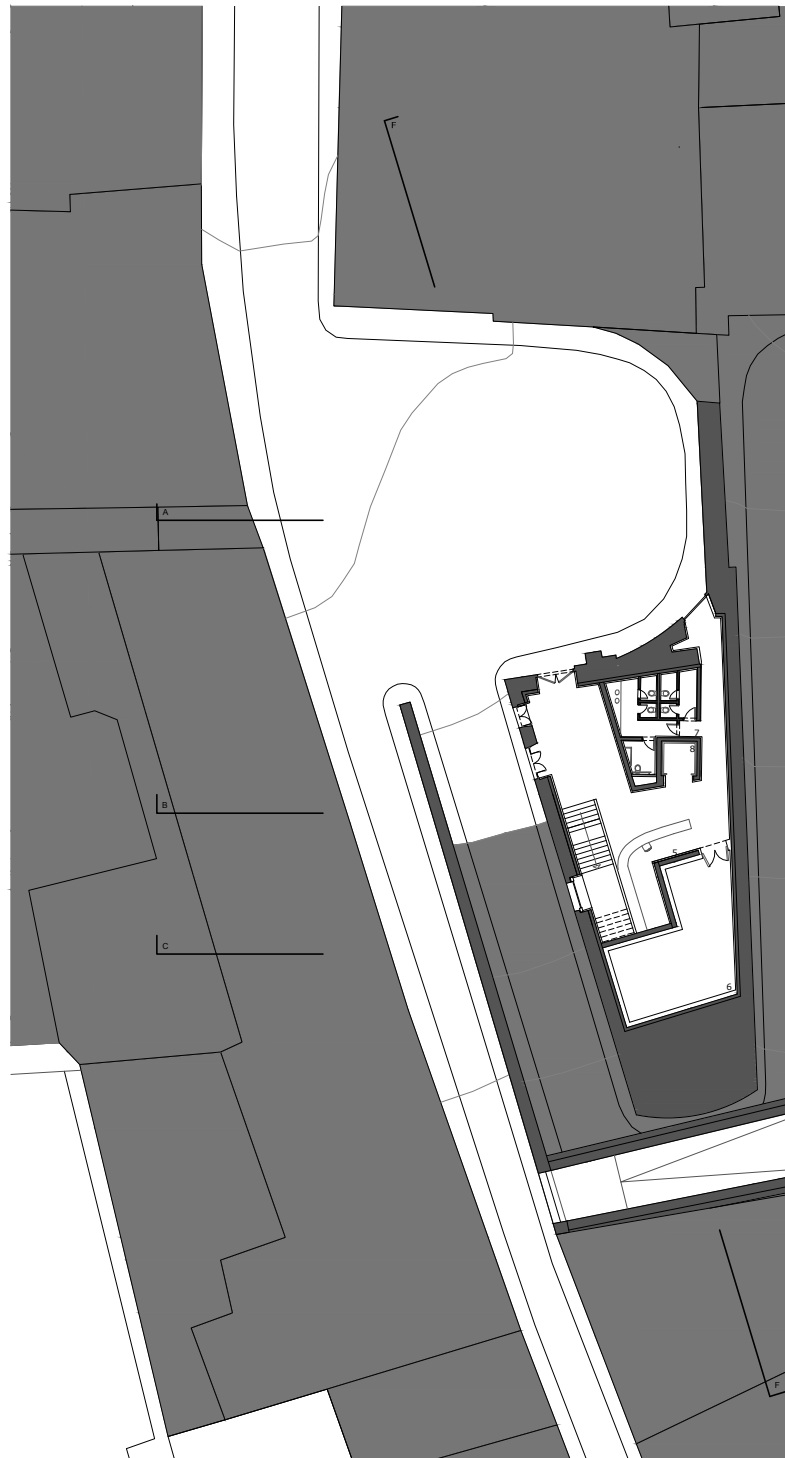


1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Instalações Sanitárias | 4- Camarim Individual (16m²) | 5- Camarim Coletivo (43m²) | 6- Foyer do Auditório (220 m²)
7 - Atendimento/Bilheteira | 8 - Bengaleiro | 9- Entrada dos Artistas | 10- Auditório (280 lugares na plateia) | 11 - Acesso Técnico à casa das máquinas
12- sala de audições | 13 instalações sanitarias | 14- elevador





1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Instalações Sanitárias | 4- Camarim Individual (16m²) | 5- Camarim Colectivo (43m²) | 6- Casa das Máquinas | 7- Auditório (palco 145m²)
8- esp. rec. de material (carp. e Lutherie) | 9- sala de produção | 10- instalações sanitarias | 11- elevador



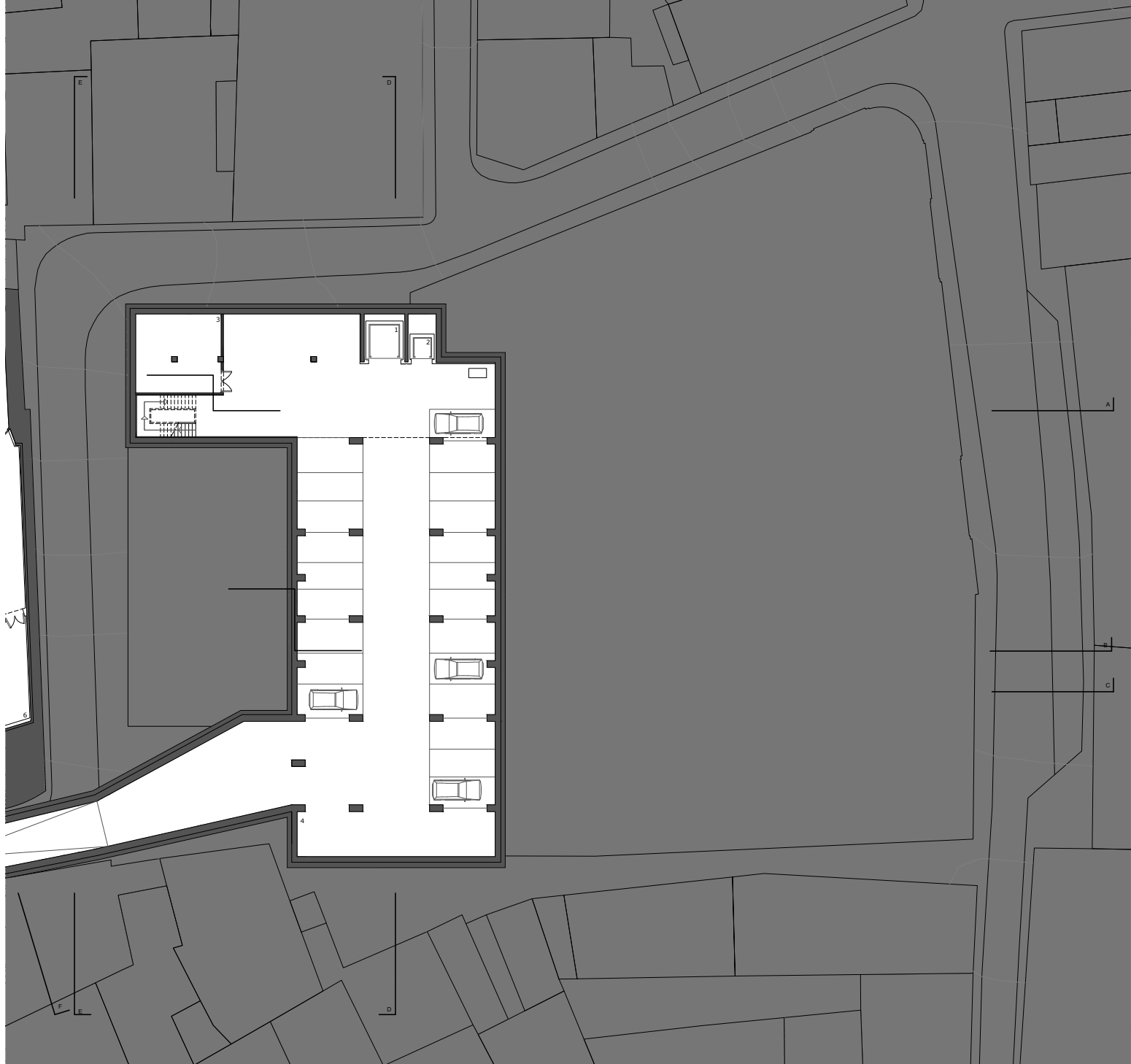
Projecto de Reabilitação e Ampliação
Conservatório Nacional de Música de Lisboa

Inês Cayolla | 38645 | Orientador: Arq José Neves | Projecto Final | 5º ano | Mestrado Integrado em Arquitectura | 2015

planta a cota 53.4 da Proposta de Ampliação

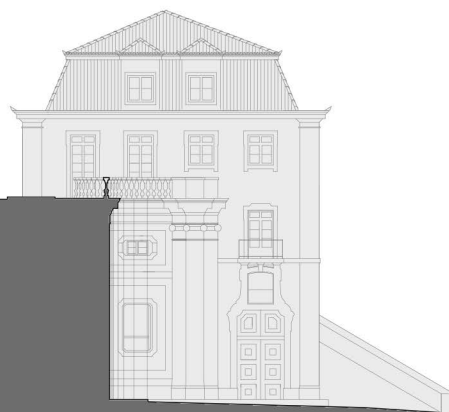
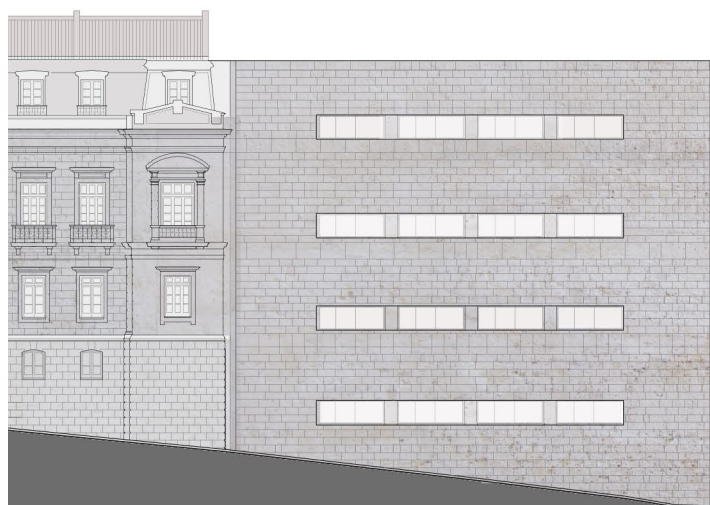
Escala 1:500 N

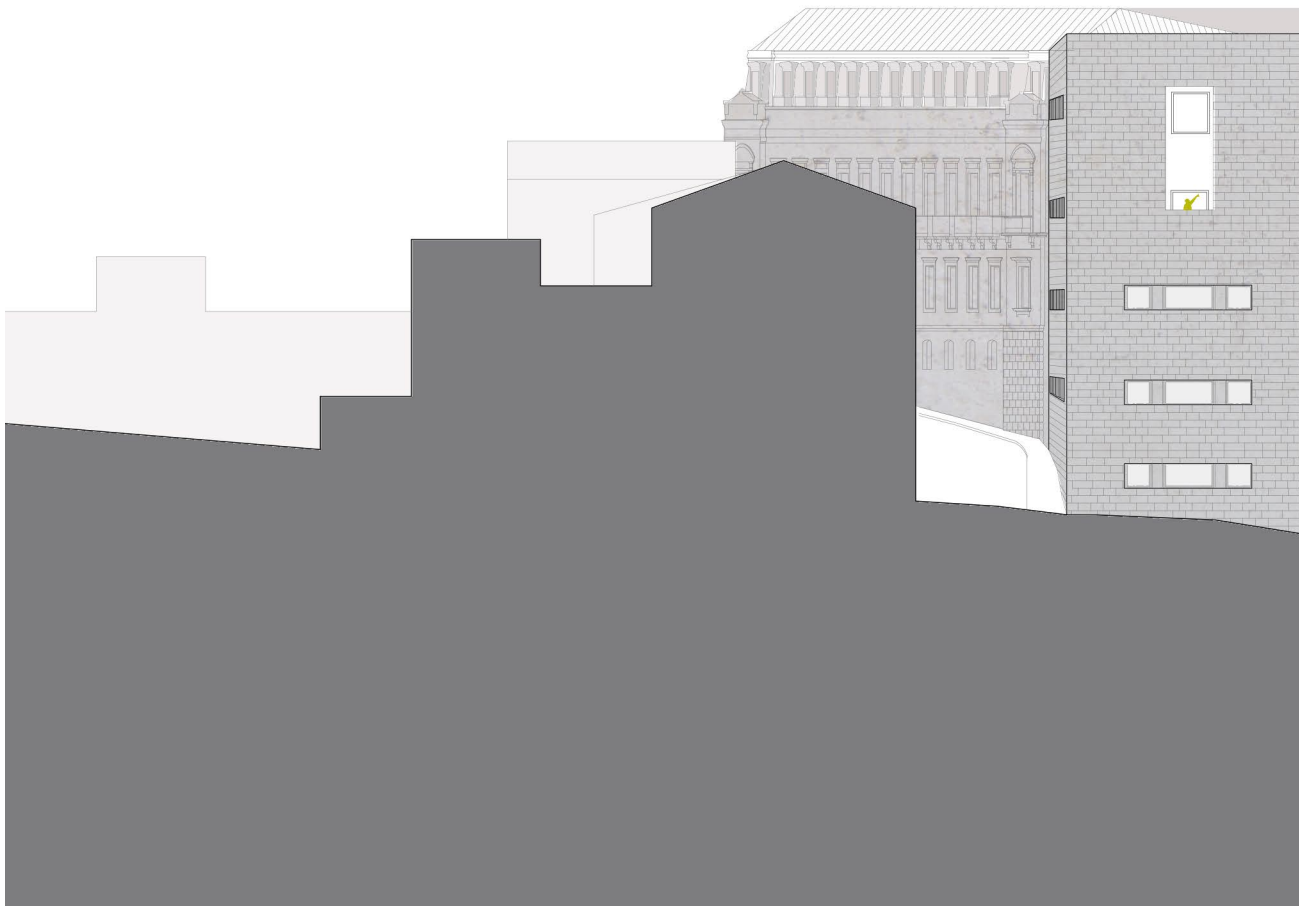
09



1- Monta-Cargas | 2- Elevador | 3- Arrumos | 4- Garagem (22 lugares) (600m²) | 5- Recepção | 6- Estúdio de Gravação (55 m²) | 7- Instalações Sanitárias | 8- Monta-Cargas

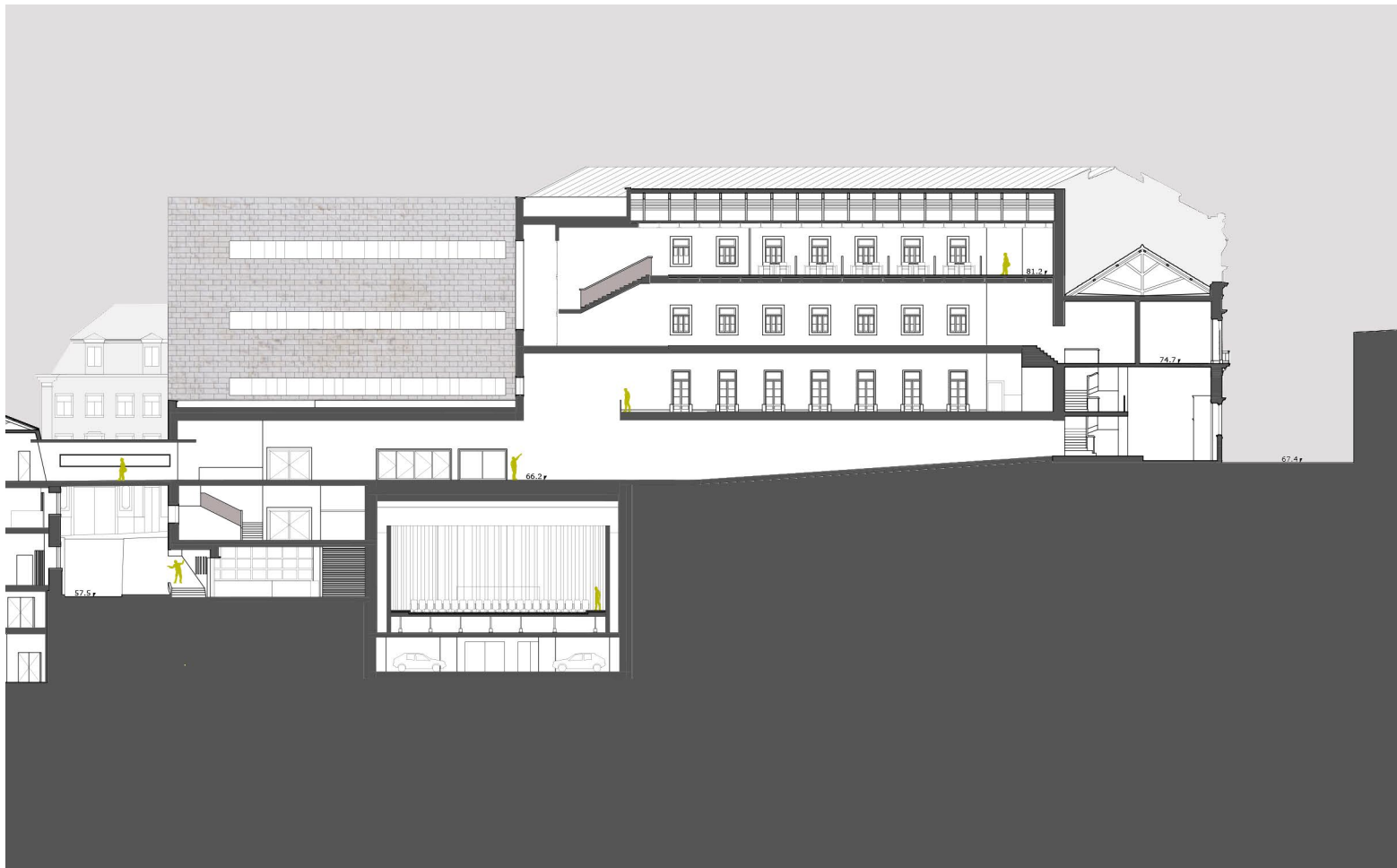




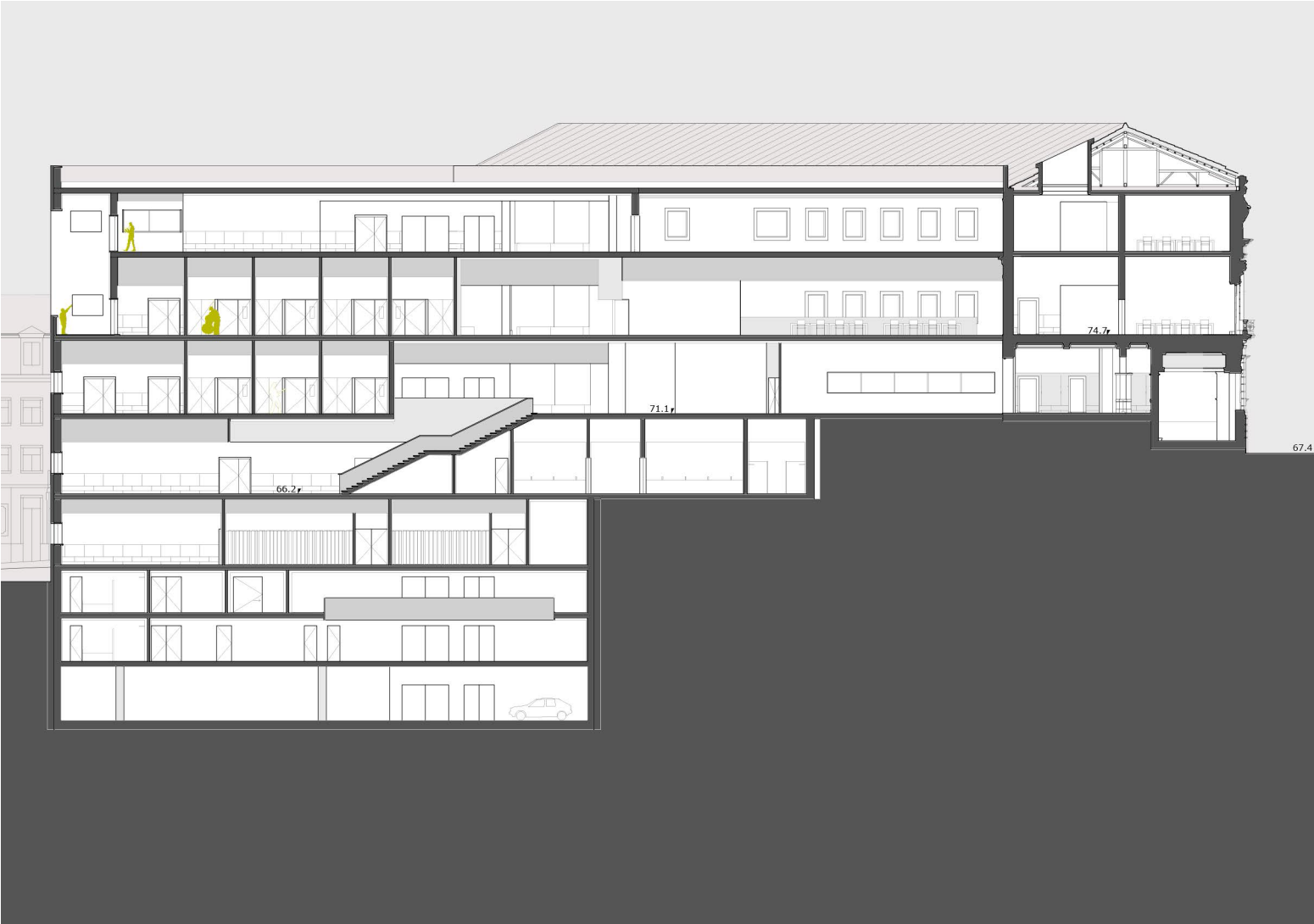


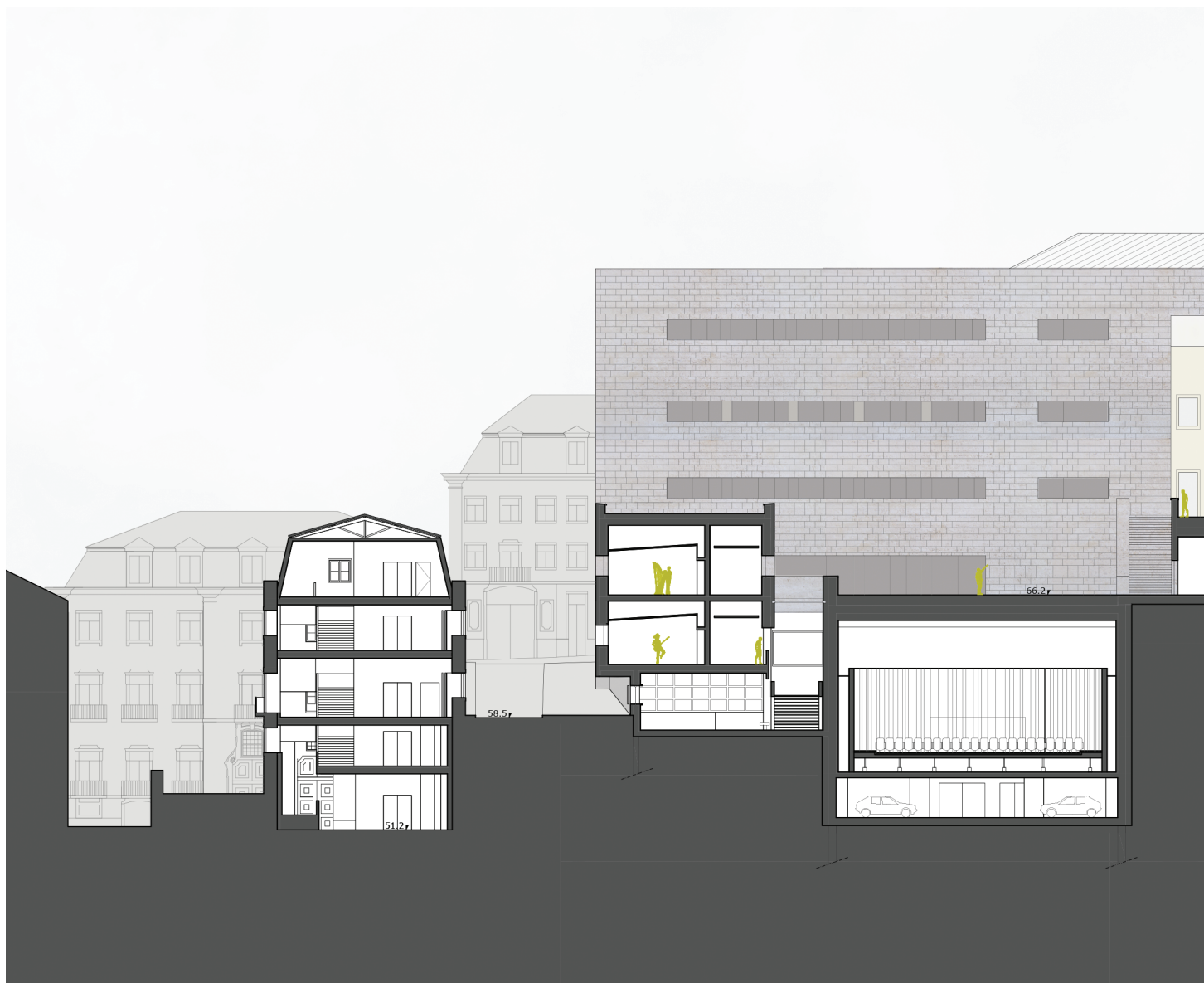






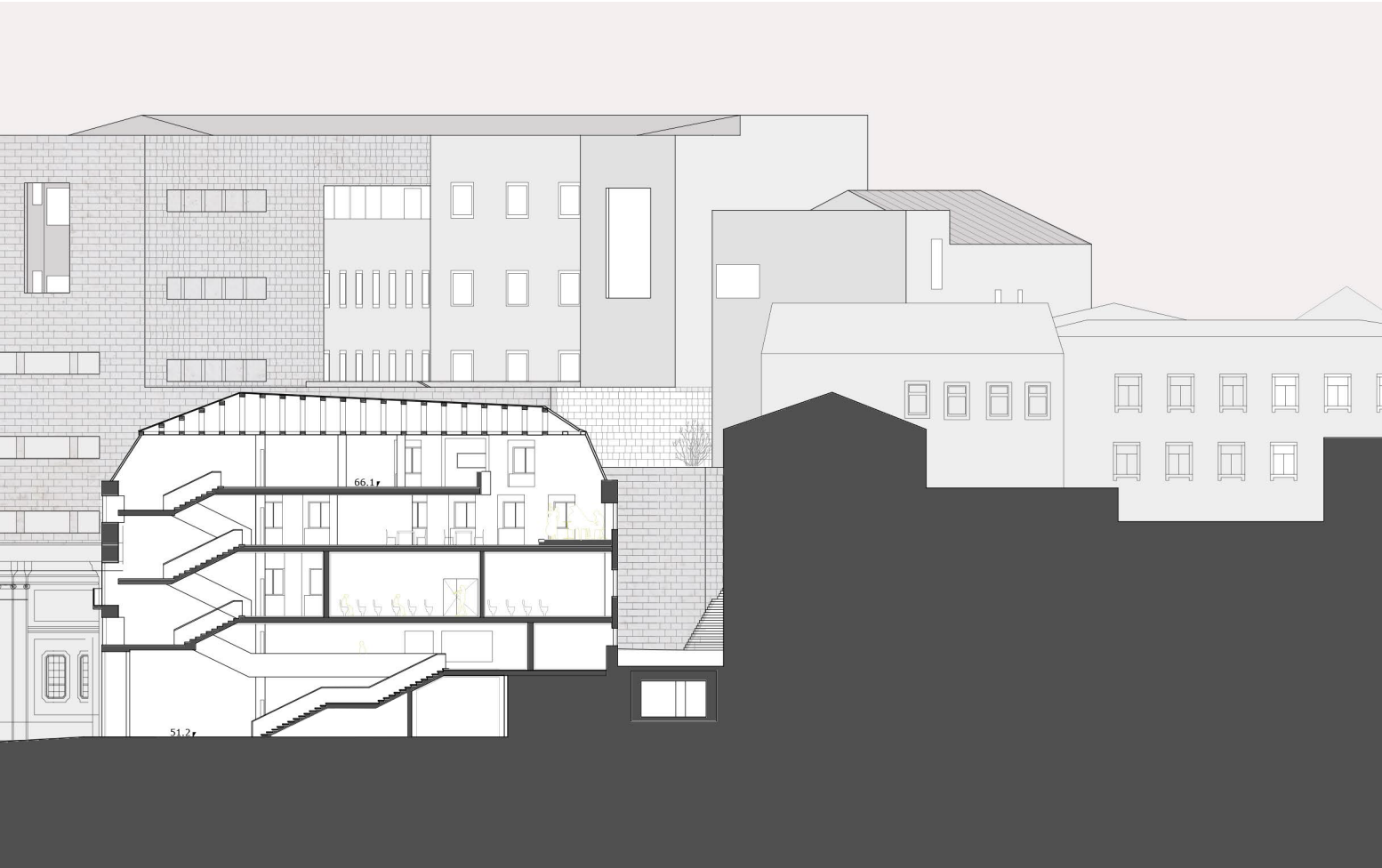


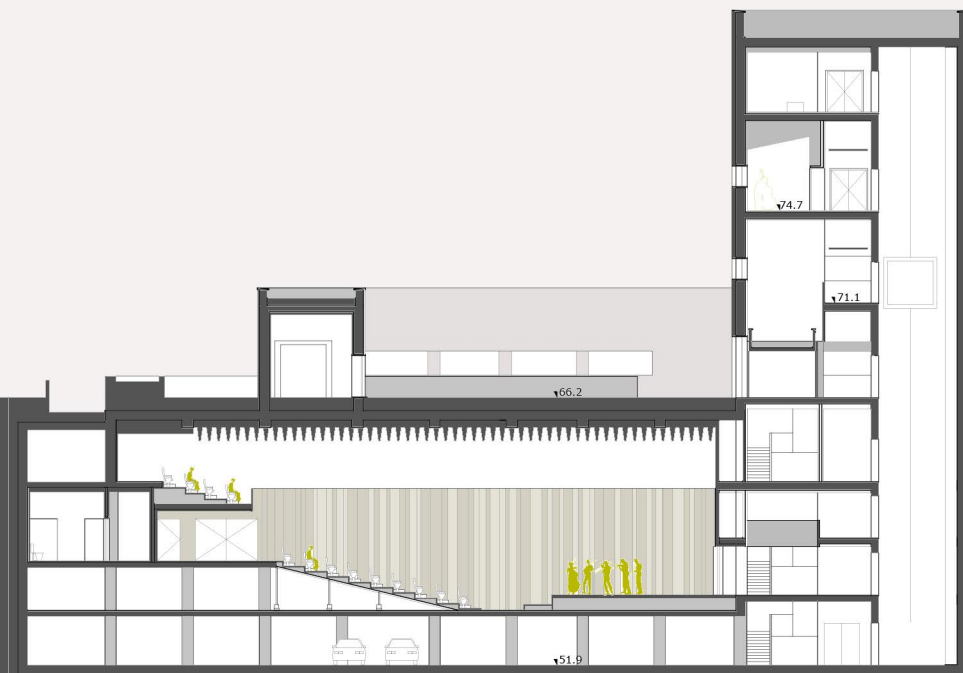














Departamento de Arquitectura e Urbanismo

A cidade (des) contínua – o debate identitário atual

O caso de Leça da Palmeira

Inês Abrantes Ferreira de Almeida Cayolla

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Arquitetura

(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador da vertente teórica:

**Professora Doutora Ana Vaz Milheiro, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL**

Tutor da vertente prática:

**Professor Doutor José Neves, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL**

Outubro 2015

Componente teórica do trabalho de projeto realizado no âmbito da unidade curricular de Projeto
Final de Arquitetura

Inês Abrantes Ferreira de Almeida Cayolla

Orientador da vertente teórica: Professora Doutora Ana Vaz Milheiro

ISCTE-IUL

A cidade (des)contínua o debate identitário actual

O caso de Leça da Palmeira

Resumo

Esta dissertação pretende-se constituir como uma interrogação sobre o território urbano contemporâneo. Além das áreas teóricas que incidem sobre a área teórica urbanística, prevê-se um entendimento de como é que a cidade explana e reage à linearidade ou ruptura temporal que a compõe. Através do Inquérito à Arquitectura Popular, realizado nos anos de 1950, a arquitectura resgata o termo da tradição e popular para uma modernidade nacional. Numa reação ao novo, a adaptação e a “continuidade” de uma tradição, emerge como algo que podemos considerar como caracterizador de “fazer cidade”. Na cidade, a Indústria e a especulação imobiliária impõe-se como uma ruptura inflexível, levando-nos à questão se ainda podemos ainda falar de uma continuidade actualmente?

No território explorado, Leça da Palmeira, convergem duas vertentes num mesmo espaço. Uma forte tradição rural e portuária, que marca o início de uma identidade de lugar. Mais recentemente, a indústria ocupa uma grande parte do território desequilibrando a dinâmica da cidade. Analisando este caso, num momento conclusivo, como um retrato limitado das mudanças sentidas em todo o território nacional nos últimos 50 anos procura-se perceber o que estamos, actualmente, a construir como definição de cidade.

Quer de cariz clandestino quer de cariz planeado, a interação e dinâmica de uma cidade com as suas temporalidades e especificidades assume-se como a construção de uma identidade urbana. Pretende-se, assim, uma ponderação relativa à questão que Alexandre Alves Costa elabora “Qual é o nosso projecto? Que espécie de identidade estaremos a construir, nós que somos, por natureza e por defesa, inventores natos de identidades?”(Alves Costa, 2013)

Palavras-chave: Tradição, Cidade, Periferia, Continuidade

Abstract

This thesis aims to establish itself as a question on the contemporary territory. Besides the theoretical studying in this area, the present study strives to understanding how the city reacts and outline the historical linearity or breakdown. In urban territory, industry and property speculation are considered a breakdown. Is it possible trying to achieve solutions of continuity in the urban fabric when there are so many inequalities between the urban elements?

The case of study, the city of Leça da Palmeira, gathers two ambivalences in the same territory. One strong religious and rural tradition, which gave rise to one urban identity. Later, the industry appears, unbalance the city dynamics. Examining this case like a restrained field of study of the dramatic changes in portuguese cities, aims the question what is our definition of a city today.

The way a city reacts to their inequalities and specific characteristics, dispite if planned or not, indicates one form of urban identity and, therefore, one urban legibility. The study focuses on the question of the autor Alexandre Alves Costa “Which is our project? What kind of identity we are creating, we, who are by nature and by defense, skilled inventors?”

Key words: Tradiçion, City, Peri-urban áreas, Continuity

Índice

040 RESUMO/ABSTRACT

041 ÍNDICE

043 INTRODUÇÃO
Metodologia

049 PARTE I - ARQUITECTURA E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE IDENTITÁRIO
A nostalgia no Romantismo
Da teoria à Arquitectura: À procura do estilo português

065 PARTE II - A CIDADE
À escala da cidade
Ruptura
Expansões
Novas Morfologias Urbanas
Porto, a cidade
Porto, a metrópole

097 PARTE III - CONTINUIDADES
O debate identitário
Leça da Palmeira
A cidade como diálogo aberto

147 NOTA CONCLUSIVA

153 BIBLIOGRAFIA

161 ANEXOS
Anexo I Breve Entrevista ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira

Esta dissertação parte de uma necessidade de compreensão dos agentes que influenciam a cidade estudada, Leça da Palmeira. O tema procura ser uma aproximação a um território na sua vertente urbana, arquitectónica e etnográfica. Numa necessidade de actualização de conceitos como identidade, tradição¹ e, especialmente, cidade. É uma pesquisa sobre um território numa decrescente aproximação de escala.

O território de Leça da Palmeira, já previamente conhecido e vivido, suscitava curiosidade pelas suas particularidades. De pré-existências e particularidades geográficas a uma ideia de “tábua rasa”, o território as confronta e cria uma concepção de periferia. É pelas diferentes dinâmicas que compõem este território que se visa uma maior abrangência no tema, num desafio de relação de conceitos que, numa última parte do estudo, o território concretiza. É nesta relação que se encontra uma especificidade e não nas partes que o compõem. Relações não só de continuidade mas também como de ruptura. Em que uma parte do território é alvo de realizações clandestinas e de cariz rural, encaradas pelo público em geral como a parte sobranceira e de limite da cidade, é nela que se assiste a uma oposição à cidade actual, embora esteja nesta, uma das suas origens.

Assim, a dissertação tem como tema a cidade como diálogo aberto, pois não se visa uma definição ou um estudo estritamente dedicado à cidade mas a compreensão das suas partes e das relações que a compõem. À cidade é subjacente uma constante modificação e evolução encarando-se, assim, como um diálogo aberto, sem um fecho e sem definição.

Na construção deste diálogo recorre-se a uma linha temporária, dividindo o presente trabalho em três partes: Arquitectura e o Debate Identitário, Cidade e Continuidade. Assim, a narração acompanha uma sequência temporal numa perspectiva de percurso entre conceitos.

1 Relativamente ao conceito de tradição o autor Shils refere: “Uma sociedade também possui continuidade através do tempo em virtude da persistência, através das gerações, de certos modos de organização da acção e crenças. Esta herança que toma a forma da tradição é acompanhada frequentemente por um traço único às sociedades humanas: o sentimento de uma continuidade com o passado. É uma ligação com o passado, a sensação de participar tanto com o passado como com o presente, e é sentida por alguns sectores significativos de praticamente todas as sociedades conhecidas.” In (Shils, 1974, p. 175)

A primeira parte explora a questão da Identidade na Arquitectura, num espaço de tempo que se compreende desde o Romantismo, com a evolução de conceitos como o de património, até a uma ideia de arquitectura como um reflexo da memória coletiva no Estado Novo. Uma consciencialização da humanização da arquitectura que terá como culminar o Inquérito à Arquitectura Portuguesa. Ao tocar na questão de identidade cultural, o termo por si só, já poderá abranger uma outra escala – a da cidade.

A segunda parte centra-se na cidade e na abertura de novos conceitos na arquitectura e no urbanismo português. Aqui são analisados os conceitos do Movimento Moderno que, como consequência da Industrialização, colidiram com os anteriores emergindo, assim, a ideia de novas centralidades, homogeneizando ou distinguindo conceitos como urbano, suburbano, rural, portuário ou industrial.

Uma terceira parte, trata da simbiose ou continuidade entre estes espaços de tempo analisando num espaço concreto a sua materialização. Trata-se da apresentação do caso de estudo. No caso de Leça da Palmeira, debruçamo-nos perante três situações – a memória coletiva de cidade (a cidade dos pescadores e balnear) através da zona histórica, a arquitectura contemporânea pensada a par desta memória e, posteriormente, a cidade perante a indústria.

45|

Pretende-se, assim, um estudo de um território periférico a uma grande área metropolitana (a Área Metropolitana do Porto). Estudo, este, ainda não realizado e marginal à bibliografia relativa ao tema. Pretende-se uma análise morfológica urbana que não descure uma análise que correlacione os conceitos analisados na primeira parte desta dissertação, primando por uma aproximação ao tema que incida na cidade periférica como um território integrante num sistema urbano de uma grande área metropolitana e como integrante num sistema cultural e referencial arquitectónico e urbano nacional. Além de um estudo, a presente dissertação, pretende explorar uma estratégia de apoio à análise sobre o urbano através de metodologias consideradas essenciais pelo autor. Traça-se, assim, um percurso essencialmente teórico, passando por uma bibliografia abrangente, que possibilite tratar a cidade contemporânea na sua ambivalência de confronto entre temporalidades.

Esta dissertação configura duas vertentes: por um lado, trata de uma inquirição sobre o tema, por outro, pretende a reunião de informação teórica e, com esta, a base do que poderá, no futuro, construir diferentes desenvolvimentos narrativos à área que esta trata. Pretende ser um mapeamento de momentos e obras no campo cultural português, que poderá conduzir a outros desenvolvimentos e conclusões, procurando consolidar uma perspectiva tida pelo autor a respeito da cidade contemporânea.

Metodologia

A metodologia da presente dissertação passa por uma aproximação decrescente ao território. Numa primeira parte, um estudo da componente teórica relativa ao tema e, posteriormente, a uma análise gráfica, teórica e presencial. Numa primeira estância, é realizada uma aproximação ao tema num esmiuçar de conceitos generalistas tal como identidade, popular e moderno e que abrange temas transversais ao século XIX e século XX, nomeadamente, a procura por um estilo português e, consequentemente, a questão da casa portuguesa que culmina no período correspondente ao Estado Novo e na realização do Inquérito à Arquitectura Popular, em 1950. Este primeiro capítulo pretende iniciar uma reflexão que as cidades obrigam - uma reflexão entre o “novo” e o “velho”. Como apoio essencial dois autores assumem um principal protagonismo nesta primeira parte da dissertação como João Leal que aborda a questão da arquitectura e da etnografia e Rui Jorge Garcia Ramos que aborda a contraposição entre modernidade e tradição em constante evolução.

Numa segunda parte são analisados os acontecimentos que confrontam com os anteriores: expansão demográfica, industrialização e periferia. Intendeu-se como de extrema importância a utilização da mesma metodologia - uma crescente aproximação ao tema - na análise ao caso de estudo. Nesta crescente aproximação à cidade de Leça da Palmeira a análise da Área Metropolitana do Porto foi tida como uma necessidade para um estudo concreto. As evoluções urbanas destas áreas não são elementos desconexos, fora entendida desde do início do século XX uma necessidade de evolução destes espaços urbanos e a sua ligação viária como imprescindível para a viabilidade de ambos os territórios. Leça da Palmeira, na qualidade de periferia e, tal como o próprio léxico indica, de ligação ao centro, torna necessária a compreensão deste mesmo. É, assim, considerado imprescindível o conhecimento historiográfico da evolução urbana

desta área para um entendimento das relações viárias, urbanas e culturais entre esta e o território explorado.

Aqui, a metodologia utilizada por Álvaro Domingues na obra *Cidade e Democracia* revela-se essencial numa primeira aproximação ao caso de estudo e a obra “Área Metropolitana do Porto: Estrutura Territorial, o presente e o futuro” pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura do Porto através de uma síntese das principais conformações urbanas da AMP e que possibilitou uma análise mais incisiva a respeito do caso de estudo. Foram utilizados no processo desta análise diversas cartas cedidas pela Câmara de Matosinhos que “descortinaram” as diferentes fases de consolidação da cidade de Leça da Palmeira e os principais agentes de expansão. Este elementos junto com o levantamento presencial constituem os principais métodos utilizados.

Numa última parte conclusiva, destaca-se o conhecimento adquirido, na qualidade de habitante da cidade em estudo, em que, com este, foi possível expor uma análise mais clara e que confronta, duma forma crítica, a vivência das diferentes conformações urbanas que a cidade reúne, a par de um suporte teórico que esta presente dissertação possibilitou.

A cidade (des)continua o debate identitário actual

A Arquitectura e a Construção do Debate Identitário

“Quando falo de paisagem lembro-me imediatamente das minhas paisagens, dos meus lugares, e interrogo-me: porque é que nunca falamos dessa condição estranha que é vivermos no nosso lugar?”

Lucinda Canelas citando Álvaro Siza Vieira¹

¹ (Canelas, 2015)

O debate identitário em Portugal, teve como alavanca a literatura na questão do que é “ser português” no movimento Romântico do século XIX. O movimento Romântico surge “(n) uma das fases mais conturbadas da história portuguesa, a implantação do regime liberal, com todas as suas transformações sociais, vicissitudes, revoltas, guerras civis e mudanças parlamentares e governamentais.” (Silva, 2014, p. 10) É neste contexto de crise ideológica e política que se sentia no País, que o Movimento Romântico ressalta a tradição e o “ser português” como que se de um património nostálgico se tratasse. Este movimento literário é o que coloca o mote, no rural, numa ligação ao território, ao que é tradicional como um argumento de individualidade que, posteriormente, se traduz para a área da arquitectura numa procura por um estilo verdadeiramente português.

Foi com Alexandre Herculano através da Revista Panorama¹, primeira revista dita romântica em que este era fundador, que se regista um desejo de documentação do passado passando pela atribuição dum valor patriótico à história. É pela primeira vez que surgem conceitos como conservação, evolução, decadência e progresso, lançando uma nova perspectiva científica sobre a arte em que a “mudança estilística resvalava rapidamente para a concepção da evolução” (Figueiredo, 2007, p. 94), realçando a ideia de uma continuidade transversal à arte e correlacionando esta aos diferentes acontecimentos históricos e ideologias culturais num tempo histórico. Verifica-se, assim, um discurso referente ao passado com um tom de nostalgia, um recordar da história pelos monumentos que esta erigiu- “admiráveis machinas de mármore e granito” (Herculano, 1838) representando uma “riqueza social” (Figueiredo, 2007, p. 320) **que deve ser valorizada através do seu estudo e conservação, que Herculano pôs em evidência nas obras “História de Portugal”(1846-1853) e na recolha documental Portugaliae Monumenta Historica (1856-1873)”** (Figueiredo, 2007, p. 320)

¹Na revista O Panorama, citando os redatores, Maria Cristina Mello refere “O Panorama tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades das tradições do belo e grandioso que enobreceu esta nossa boa terra em eras remotas.” (Mello, 1971, p. 170)

Pode-se dizer que o movimento Romântico iniciou uma generalização social da nostalgia, uma memória coletiva, que vê nos monumentos e no povo o que lhe é genuíno, não só com Alexandre Herculano mas também por autores como Almeida Garrett, Eça de Queirós, Fernando Pessoa (através do heterónimo Alberto Caeiro) e Ramalho de Ortigão.

Uma nostalgia que a par com a situação do Ultimato Britânico de 1890 suscita um pessimismo e uma ideia de decadência em relação ao País, uma finitude dos tempos de glória de Portugal. Várias obras literárias ressaltam este mesmo sentimento que se vivia no círculo intelectual nacional, obras como *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro, ou em António Nobre pelo texto *Só*, entre outras (Figueiredo, 2007, p. 114). É, assim, no fim de Oitocentos que a questão do discurso nacionalista se promulga por Teófilo Braga com a obra *O povo português e os seus costumes, crenças e tradições* numa ressurreição da glória da pátria pelo conhecimento do passado. Como Ramalho de Ortigão refere em *O culto da Arte* (1896): “O século XIX, se com a impotência de continuar a obra monumental dos séculos que o precederam, acumulasse a incapacidade de compreender e de venerar essa obra, representaria um pavoroso retrocesso na história. Não sucede assim, porque são invioláveis as leis do progresso. Ao século XIX coube patentear o estudo mais dedicado e o conhecimento mais perfeito da arte antiga.” (Ortigão, 2006, p. 7)

Da Teoria à Arquitectura: À procura do estilo português

O mote que o séc. XIX lança na procura duma identidade nacional é transversal a toda a Europa Central em que as ciências sociais procuravam, numa reconstrução de componentes, uma identidade nacional. É no século XX que a reconstrução de uma identidade é transportada, directamente, para a arquitectura em que esta é vista como a materialização de um sistema cultural, social e ideológico. Assim à interrogação do que é ser português junta-se a questão: existe um estilo português? É Joaquim de Vasconcelos, em 1884, que formaliza essa questão: «pode crear-se um estylo original portuguez na arte? – Existiu algum dia esse estylo?»²

Esta questão prende-se com o Movimento Romântico que viu no rural uma autenticidade capaz de responder ao debate de uma identidade num território. Esta possibilidade confronta-se com a inevitável modernidade e que formaliza um debate entre um Portugal romântico e ortodoxo ao Realismo que se apoia no socialismo e que procura uma abertura a uma contemporaneidade vinda da Europa. Deste confronto surgiu a Questão Coimbrã com a defesa do “Bom-senso e Bom-gosto” nomeada através da Carta³ de Antero de Quintal a António Castilho e, posteriormente, as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense em que se expressava um desejo de “Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada” (Cabral, 1871, p. 10). Numa postura de aproximação ao actual e de rejeição ao convencionalismo presente nas artes, manifesta que é necessário “deslocar o olhar do Céu para a rua” referindo que se “estabeleceira um alheamento nefasto entre o artista e a sociedade” (Mónica, 2001, p. 116).

2 Segundo Joaquim de Vasconcelos em “Da Architectura Manuelina” in (Figueiredo, 2007, p. 138)

3 Carta em que Antero de Quintal manifestava a sua descontentação por António Castilho pela sua imposição à nova corrente racionalista que emergia em Coimbra. Antero de Quintal afirma que Castilho recrimina o facto de “innovar. Ora, para as litteraturas officiaes, para as reputações estabelecidas, mais criminoso do que manchar a verdade com a baba dos sophismas, do que envenenar com o erro as fontes do espirito público, do que pensar mal, do que escrever pessimamente, peor do que isto é essa falta de querer caminhar por si, de dizer e não repetir, de inventar e não de copiar.” (Quintal, 1865, p. 31)

São estas ansiedades modernistas e identitárias que irão encontrar na arquitectura a sua síntese. Tal como Ramalho Ortigão refere, ao século XIX coube a documentação e o conhecimento “mais perfeito da arte antiga” assim cabe ao século XX a materialização de uma nova arte nacional. É aos arquitectos que recai esse papel incumbindo-lhes “(...) o papel de educadores e interpretes das idas, sentimentos e aspirações nacionais»⁴

É neste panorama que nasce o debate da Casa Portuguesa, atravessando diferentes áreas desde da literatura à arquitectura, surgindo como uma base teórica que procura uma formalização, uma transversalidade crítica à produção arquitectónica. A casa Portuguesa prolonga-se pela maior parte do século XX, até aos anos 70, através da propaganda do Estado Novo, e nesta temos como génese formal a controvérsia entre as obras de Ventura Terra (1866-1919) e Raul Lino (1878-1974).

Curiosamente as duas ideias opostas que os arquitectos defendem, reflete um debate semelhante ao que as Conferencias Democráticas do Casino Lisbonense representou: Raul Lino procura uma casa portuguesa através da **tradição** em que contrapõe arquitectura popular e erudita numa relação **romântica** de homem/natureza; Ventura Terra “ignora a questão identitária” propondo uma arquitectura que pretende progressista apoiada na **ciência** e na **técnica** (Ramos, 2015, p. 59). Apesar dos dualismos, ambos imprimem nos seus discursos e obras um desejo de modernidade: Raul Lino defende que a sua ideia de continuação ou de tradição não se apoia em historicismos e que o “tradicional (...) pode e devia sempre ser moderno” (Ramos, 2015, p. 62); Ventura Terra num seguimento moderno na adoção de novas técnicas que tentam resolver o

4 Segundo a “Sociedade dos Architectos Portuguezes” na Revista Construção Moderna in (Figueiredo, 2007, p. 211) (os itálicos são da autoria de Rute Figueiredo)

problema da habitação na cidade⁵ e nas influências parisienses e modernas para a proposta do Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris em 1900.

Estas dualidades não representam um impasse para um esclarecimento do que é ser moderno em Portugal, pelo contrário, num questionamento cíclico teórico e num sistema de hipóteses arquitectónicas, também ele cíclico, encontra-se um desdobramento de resposta formais a diferentes problemas (problema da habitação e o problema do progresso) e a diferentes posturas ao Moderno (a casa como “maquina de habitar”). Num processo constante de solução/problema entre a teoria e a solução construída. Resulta aqui o formalizar do debate do século XIX, não descurando neste mesmo a importância de críticos como D. José Pessanha que instigaram uma criação de suporte teórico “à nacionalização da nossa arquitectura domestica” (Figueiredo, 2007, p. 355) através da Revista *Arquitectura Portuguesa* e que lançou uma trajetória de discurso em relação a Raul Lino identificando não só “formas invariantes dos sistemas linguísticos e sintáticos das tipologias regionais” (Figueiredo, 2007, p. 355) nas suas obras mas novas formas de habitar que combinam o funcionalismo e o “carácter artístico nacional” (Figueiredo, 2007, p. 355).

Numa época em que ainda se falava numa plasticidade catalogada estilística e de “formulas arquitectónicas”, Raul Lino introduziu as noções de “bom gosto” e “bom senso” na arquitectura. Em obras como a *Nossa Casa*, Raul Lino refere vários princípios como constituintes de um “bom gosto”, dentro destes a questão das proporções, alertando para a utilização irracional de pormenores arquitectonicos; a honestidade de elementos – “as janelas são órgãos necessários (...) não há razão alguma para que se disfarcem” (Figueiredo, 2007, p. 362) e a veracidade dos elementos referindo ser de “péssimo gosto usar cousas fingidas quando se não podem ter as verdadeiras” (Figueiredo, 2007, p. 363).

5 Rui Jorge Garcia Ramos refere as “casas em banda Miguel Henrique dos Santos (1900) [por Ventura Terra], onde a resposta racional aos problemas da repetição modular e a redução da área habitável para valores mínimos só é possível com o domínio do projecto, através dos instrumentos próprios (plantas, cortes, alçados), e do conhecimento da arte de compartimentar” in (Ramos, 2015, p. 62)

O principal ponto que Raul Lino aborda é aquando da concepção de projecto, relativamente aos critérios do “bom senso”, Lino alerta para a questão funcional da planta antes da questão estética do exterior, e ainda, para a questão do estilo, referindo que o estilo é ditado pelo contexto estilístico da região deixando de lado as referidas “formulas arquitectónicas” e insistindo no estudo do contexto. Em conclusão, Raul Lino na obra *A Nossa Casa*, elabora como que em tom de manifesto, o voltar para o que é tradicional “com a saudade dum equilíbrio perdido: é um regresso ao bom senso, uma reacção no bom sentido após a longa época de indiferença ou insensibilidade estética.” (Figueiredo, 2007, p. 366)

A arquitectura proposta por Raul Lino, na primeira fase do debate da Casa Portuguesa, foi o culminar dum espírito nacionalista que se queria, no século XX, moderno. Como João Leal refere a casa portuguesa, em Raul Lino, “é, de facto, uma casa de campo ou, pelo menos, uma casa que, podendo ser construída na cidade, tem como objectivo trazer para dentro da cidade o campo e os valores a este associados.” (LEAL, 2000, p. 135) Numa perspectiva que nega os historicismos (neomanuelinos), que rejeita os châteaux francês e o chalet suíço e restantes estrangeirismos, Raul Lino afirma-se contra a “descaracterização desnacionalizadora da arquitectura portuguesa” (LEAL, 2000, p. 126).

A discussão dum estilo nacional assiste a uma formalização transporta para a classe burguesa numa arquitectura singular de influências inspiradas no Sul do País de tom pitoresco (LEAL, 2000, p. 131). O dualismo Raul Lino/Ventura Terra desdobra uma ideia de modernidade ligada a uma continuação tradicional, que Raul Lino defende mas em que Ventura Terra se desdobra no problema da habitação através das suas habitações em banda. Deveríamos, assim, falar da busca permanente da modernidade em Portugal como uma tensão não resolvida? Ou como um permanente debate entre procura identitária e uma tentativa de definição do moderno?

Da Teoria à Arquitectura: À procura do estilo português

Arquitectura e o Estado Novo

“(...) não é só na esfera política que devemos afirmar a nossa autonomia. É necessário também que todas as manifestações de arte nacional digam a nossa raça, o nosso temperamento, a nossa tradição, a nossa história(...)”

Raul Lino in (Figueiredo, 2007, p. 260)

A questão da Casa Portuguesa, através de um discurso patriótico, constituiu uma defesa às múltiplas influências que vieram a propósito do ecletismo contemporâneo (Figueiredo, 2007, p. 361), uma muralha que críticos ergueram numa tentativa de harmonização contraposta a uma época de importação de contemporaneidades. Mediante esta ideia de nacionalização da arquitectura, ao voltar à nossa terra, o debate da Casa Portuguesa vai ser apropriado pelo Estado Novo acentuando o seu cunho patriótico. Actualmente é indissociável a obra teórica e arquitectónica de Raul Lino ao impacto do Estado Novo na arquitectura, destacando os elementos formais utilizados e a mítica “casa de campo” que o regime militar resgata da obra do arquiteto (como, por exemplo, é observável no “Portugal dos Pequeninos” por Cassiano Branco).

O período correspondente à propaganda do Estado Novo inicia-se em 1928 com António Salazar como Ministro das Finanças e é oficialmente instalado com a sua ascensão a Primeiro-Ministro em 1932 (Fernandes, 2010, p. 58). Salazar centra a sua propaganda numa imagética do rural, numa encenação em que a imagem do camponês é ilusoriamente desprendida da sua realidade precária⁶, assentando-o em valores de simplicidade e de despreendimento de “materialidades supérfluas”.

6 É através do Inquérito à Habitação Rural, o primeiro compêndio da habitação rural portuguesa que data dos anos 30, que são descortinados os estados de miséria generalizados por todo o País. Aquando da mudança de quadro político, “o Inquérito passa a constituir um incómodo sério para o governo” e a edição do seu terceiro volume é suspensa. Não impedindo que “o Inquérito tenha continuado a ser usado pela oposição como que uma arma de arremesso contra o regime.” Citações in (LEAL, 2000, p. 159)

Uma propaganda que se apropria do nacionalismo e do idealismo do rural do século XIX, utilizando lemas como “orgulhosamente nós” (mais tarde transformada em “orgulhosamente sós”) e “pobre mas honrado”, reforçados pelos valores da moral e dos bons costumes (Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho)” (Fernandes, 2010, p. 59)

À medida que o regime se instalava no país apura-se diversas tentativas de um Portugal moderno, nestas ressalta-se o papel de Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara de Lisboa) que impulsiona, aceitando e encorajando obras⁷ que transmitem uma sensação de liberdade na adoção de novos materiais e na apropriação de novos programas. Especialmente, nos inúmeros “programas de melhoramentos urbanos, rurais e o abastecimento de águas e saneamento das povoações” (IST, s.d.). Demonstrações de um Movimento Moderno, inspiradas nos ecos modernistas que se propagavam pela Europa, no entanto, constituindo “tentativas feitas (...) para seguir o exemplo dos países que iam progredindo mais rapidamente na via da industrialização” (Mattoso, 1998, p. 56) mas que “esbarraram sempre com uma efetiva incapacidade para conseguir a modernização económica e social do País. Alguns dos progressos alcançados no século XIX e no princípio do século XX deram lugar depois à estagnação generalizada presente no regime do Estado Novo (...)” (Mattoso, 1998, p. 56)

De facto, a propaganda do Estado Novo ira se alargar para todos os campos da vida nacional, estendendo-se até à arquitectura. O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) criado em 1933, propõe varias ações contribuindo para a “emblemática folclorista da habitação popular portuguesa” (LEAL, 2000, p. 122), como são exemplos o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal (1938) e o Centro Regional da Exposição do Mundo Português

7 Obras como o “Capitólio (Cristino da Silva, 1925-29/31), o Pavilhão de Rádio do Instituto de Oncologia (Carlos Ramos, 1927/33) e o Instituto Superior Técnico (Pardal Monteiro, 1927/36)(...), o cinema Éden (Cassiano Branco, 1930/37), o Instituto Nacional de Estatística (Pardal Monteiro, 1931/35), a Casa da Moeda (Jorge Segurado e António Varela, 1932/41) e os liceus de Lisboa (Jorge Segurado, 1932), Coimbra (Carlos Ramos, 1930-36) e Beja (Cristino da Silva, 1930-34)” in (Fernandes, 2010, p. 57)

(1940). Ações que são consideradas o expoente máximo da propaganda salazarista e que desassociam o Movimento Moderno do regime. Os arquitectos são chamados, progressivamente, para junto do regime, “vão sentir a pressão, por vezes o veto para o redesenho à “estado novo”, o que ergue uma arquitectura austera e monumental, fortemente simbólica da linha governativa” (Ramos, 2015, p. 25). É por esta chamada à “linha governativa” que os arquitectos, por questão de resistência, imprimem uma estética pedida não alienando as suas perspectivas. No registo desta época não existe uma necessária homogeneidade, é possível observar um “pitoresco regionalista, o clássico monumental, até ao moderno” (Ramos, 2015, p. 25) como é observável em Cristino da Silva.

É junto deste registo nas obras públicas e pelo programa das Casas Económicas que a arquitectura do Estado é divulgada junto com os seus ideais. A obra publica quer se monumental (similar aos regimes registados ditatoriais pela Europa) e a casa é tida como “intima” padronizando os “valores da moral” que a nação (ou como é descrita “uma grande família”) deveria seguir. Assim, não se trata apenas da criação de um estilo mas além da sua matéria, a cultura espiritual que este simboliza, uma formalização de uma identidade cultural recriada pelo regime.

A afirmação de ansiedade identitária pelo Estado Novo promulga e desdobra a questão da Casa Portuguesa. Num sistema paradoxal, esta constitui uma modernidade, é verificada uma passagem progressiva para uma concepção moderna “pelo exacerbo romântico, pela “descoberta” das culturas populares, pela construção de uma história nacional, pela viagem de identificação de um território, etc.” (Ramos, 2015, p. 25) São acionados sistemas modernos de resgate à história, como o museu, a coleção, o arquivo, e traduzido em construções sensíveis a esta problemática.

Da Teoria à Arquitectura: À procura do estilo português

Entre o Popular e o Moderno

Posteriormente à II Guerra Mundial (1939-1945), o contexto político da Europa altera-se, num laivo de liberdade que se propaga por toda o continente, Portugal, por entre Países em fase de reconstrução e de prosperidade, confronta-se com a precariedade do País e com a modernidade internacional. Assim, dentro destas circunstâncias, em 1945, e como França refere “uma oposição política desenhou-se inesperadamente, com um vigor que abalou as próprias instituições cimentadas ao longo de vinte anos de ditadura” (França, 1984 (1974), p. 208). No campo artístico, várias oposições irão abalar o SPN, e em 1945, António Ferro é afastado deste, assim, a propaganda desfigura-se, anunciando-se uma decadência do Estado Novo que ira culminar em 1974 com a queda do Regime.

Neste contexto, realiza-se o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948), organizado pelo Sindicato Nacional de Arquitectos (SNA) onde se apresenta uma vontade de mudança no paradigma da arquitectura portuguesa. Neste são referidos princípios anunciados na Carta de Atenas, apelando-se por uma arquitectura moderna contra um estilo de “gosto oficial” (Leal, 2008, p. 167). Este evento e o texto “O Problema da Casa Portuguesa” (1945, e republicado em 1947 com ligeiras alterações) de Fernando Távora sugerem a elaboração do Inquérito à Arquitectura Regional.

No texto de Távora surgem três pontos principais: primeiramente questiona a forma como o nacionalismo é tido na arquitectura, afirmando: “Um estilo nasce do povo e da terra com a naturalidade duma flor, e povo e terra encontram-se presentes no estilo que criaram em muitas gerações. Que sentido poderá ter, pois, a vontade de criar numa geração um estilo português sem, para tanto, proceder a estudos integrais das nossas necessidades e das nossas condições?” (Fernandes, 2010, p. 101 e 102);

numa segunda parte intitulada como “Falsa Arquitectura” reflecte o despreendimento de elementos decorativos revivalistas aplicados como que ao acaso, resumidamente, refere “a forma depende da função e forma sem função não pode justificar-se” (Fernandes, 2010, p. 101 e 102); em conclusão, propõe um estudo de natureza analítica que incida sobre o meio português, a arquitectura portuguesa e a arquitectura moderna referindo “o Homem e a Terra” como elementos fundamentais que devem condicionar a arquitectura.

Este estudo é também proposto por Keil do Amaral em “Uma Iniciativa Necessária” e é concretizado em 1955 por coordenação do autor. Falamos, assim, do Inquérito à Arquitectura Regional publicado em 1961 com o título “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”. Deste apreende-se a intenção dos arquitectos colaboradores- uma tentativa de desmitificação da Casa Portuguesa- passando pela verificação da multiplicidade de estilos encontrados pelo Pais desacreditando, assim, a existência de apenas um estilo de casa portuguesa. Uma heterogeneidade proporcionada pela diversidade de contextos geográficos e culturais em Portugal.

Alem desta intenção, o teor do Inquérito segue um conhecimento não só analítico mas também influenciado sob os padrões modernos, como Fernando Távora refere, “a leitura que se fazia da arquitectura popular era uma leitura baseada nos padrões do chamado modernismo, que eram os padrões que nos levaram a fazer o Inquérito e a escolher determinados exemplares”⁸. Uma arquitectura depurada, funcionalista, em que a “forma segue a função” e que corresponde à “verdade dos materiais” é vista na arquitectura vernacular, sustentando uma arquitectura pós-inquérito como uma arquitectura de regresso modernista ao popular.

As habitações estudadas adquirem valores e características modernas que primam pelo

⁸ Entrevista ao Arquitecto Fernando Távora em 1996 in (Leal, 2008, p. 42)

seu funcionalismo e pureza formal consubstanciando um estudo para novas formas de habitar que a Arquitectura Contemporânea fomenta. Assim, quer no campo teórico quer na obra construída, são dadas respostas a uma postura de apropriação nacional ao Moderno na arquitectura tradicional. Retira-se do Inquérito um reconhecimento do valor intemporal da arquitectura formalizando um discurso na actualidade das formas, funcionalidade e da simbologia da Arquitectura Tradicional.

Assim o discurso do que é o nacional em contraposição com o que é moderno encontra uma formalização e uma estrutura teórica em que se ira basear a construção do que é a arquitectura nacional portuguesa actual por arquitectos como Fernando Távora, Manuel Tainha ou Teotónio Pereira.

Contudo, a cidade, actualmente, não possui a mesma linearidade de discurso. Uma descontinuidade que é motivada pelo paradoxo entre a apropriação e preservação de uma tradição nos centros da cidade ao contraste e a ruptura pelo crescimento não planeado das nossas cidades. Assim, depois de uma análise da fundamentação do que podemos considerar como uma arquitectura portuguesa, questiono o que podemos considerar como território urbano português hoje? Mediante as novas urbanizações podemos identificar uma nova formalização de cidade, em que o centro histórico e o contemporâneo coabitam, como nossa? Como é que o diálogo entre o tradicional e o novo se opera a uma escala urbana? Extrapõe-se, assim, o debate da procura do que é nacional para a cidade.

A cidade (des)continua o debate identitário actual

A cidade

“Por uma conclusão bem natural, a ideia de Civilização, para Jacinto, não se separava da imagem de Cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente. Nem este meu supercivilizado compreendia que longe (...) o homem do séc. XIX pudesse saborear, plenamente, a delícia de viver!”

Eça de Queirós, A cidade e as Serras¹

1 (Queirós, 2013, p. 30)

A Cidade

A dualidade de Cidade e Homem que Eça de Queiros expressa é um dilema que previa uma cisão do que é que era o Homem do século XIX para o do século XX. A ascensão de uma modernidade anunciada pela Industrialização desde do século XVII pela Europa inspirava novas correntes ideológicas e em Portugal ameaçava uma mudança de paradigma primeiramente, a nível literário (através da questão Coimbrã) para depois se proliferar a todos os campos.

Esta reacção à mudança é também expressa exteriormente ao panorama nacional, por personalidades como Rousseau (1712-1778), Charles Dickens, Karl Marx e de Friedrich Nietzsche. Este último refere : “Nesses pontos de viragem da história exibem-se – justapostos, (...) – um crescimento magnífico e variado (...) e, de outro lado, um poderoso impulso de destruição e autodestruição (...) que explodem e lutam por sol e luz, incapazes de encontrar qualquer limitação(...)”. (Figueiredo, 2007, p. 29). Uma perspectiva reforçada por Eça, em que refere “o Homem pensa ter na Cidade a base de toda a sua grandeza e só nela tem a fonte de toda a sua miséria. (...) Na Cidade perdeu ele a força e beleza harmoniosa do corpo, e se tornou esse ser ressequido e escanifrado” (Queirós, 2013, p. 77)

É nesta dualidade que percorre o fim do século XVIII até ao século XIX, que podemos encontrar uma atualidade - a dualidade entre homem e a cidade compreende um duelo físico entre paisagem e cidade entre o tradicional e o contemporâneo. A cidade, em Portugal, como a conhecemos hoje surge com o impacto da Revolução Industrial e com ela o crescimento das cidades no século XX. Em contraposição, temos resquícios de um Portugal rural e de um Portugal dos pescadores ainda sobrevivente.

À escala da cidade

No fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, por toda a Europa, é visível o prenúncio do que formulamos, actualmente, como cidade. Vários agentes de mudança atuaram transfigurando o paradigma urbano. Dos mais eloquentes podemos enumerar a evolução dos transportes, a democratização das cidades e uma vanguarda modernista anunciada desde dos anos 20 a par com a utilização do betão armado que propuseram uma ruptura abrupta com o passado nos sistemas construtivos e, consequentemente, na arquitectura.

No entanto, Portugal no fim da Primeira Guerra Mundial, ainda possuía a imagética bucólica a par do Regime muito presente, demoraria 30 anos a sentir estas mudanças- até aos anos 40 não se desenvolvera uma estratégia urbana moderna. Os planos urbanos ditos modernos em Portugal acontecem numa fase em que a crítica europeia se pronunciava contra as modernas urbanizações, erigidas como reconstruções pós-guerra ou consequentes da industrialização maciça da Europa. Nas cidades portuguesas, em que o pós-guerra não possuiu um impacto visível, o planeamento urbanístico moderno não é aplicado como uma ruptura mas como que uma nova possibilidade de diálogo contínuo com a cidade (Gonçalves, 2009).

A modernização das cidades portuguesas até aos anos de 1950 dar-se-ia cirurgicamente em unidades residenciais, numa relação directa com o centro da cidade através de metodologias modernas. Em Lisboa, neste registo, surgem exemplos como o Bairro das Estacas, o Bloco das Águas Livres e os blocos da Infante Santos. Nestes, os elementos referenciados na Carta de Atenas são vistos como um modelo metodológico e serão aplicados, principalmente, na hierarquização de peões e automóveis, na relação de espaços verdes com os edifícios e no zonamento.

O Movimento Moderno apesar de nunca se ter imposto como tal em Portugal, presenciou-se como uma postura moderna de integração de diferentes escalas – a cidade e o homem - num locus português. Ponderando-se, assim, sobre uma nova escala – a escala da cidade. Um exercício que consistia no avanço e no recuo, desde à unidade de habitação à avenida, do espaço público ao pormenor construtivo remetendo para uma avaliação crítica em que pressupostos modernos são aplicados ao lugar (Gonçalves, 2009).

Assim e, posteriormente, ao longo dos anos 50, reafirma-se a arquitectura moderna em Portugal, pelo chamado Estilo Internacional. Um período que corresponde, na Europa, a um período de uniformização, quer da arquitectura e quer da cidade, propagado por uma necessidade de reconstrução coletiva. Aos anos 60, na cultura ocidental, cabe a uma afirmação de individualidade marcada por uma preocupação social e ao romper duma classe média, conjunturas que encorajam novos caminhos na arquitectura .

A década de 60, em Portugal, desponta com a construção de Olivais Sul, o maior bloco de habitação social construído até à data. Uma intervenção maciça por arquitectos e urbanistas que divulga e estabelece o ideário moderno do «bloco habitacional em altura» isolado, numa implementação de influência modernista, pelos ditos da Carta de Atenas e de semelhança à ideia de garden city. O projecto constituiu uma escola de projecto coletivo habitacional para os intervenientes e ira marcar uma nova escala no planeamento urbano português (Dias, et al., 1994).

Ruptura

A 27 de Setembro de 1968, instaura-se uma nova política com Marcello Caetano, e com esta um laivo de otimismo e de liberdade. Anuncia-se uma reforma que procura uma solução para a Guerra Colonial e um fim da opressão pelo Estado Novo – é o início da chamada Primavera Marcelista. Portugal assiste a uma abertura comercial e a uma política de desenvolvimento aberta ao investimento estrangeiro, resultando num processo de enorme crescimento económico do País. Assim, na década de 60 a Industrialização chega, em pleno, a Portugal. Constrói-se estruturas “gigantes” (Figura 1) e Portugal aproxima-se da Europa, instaurando profundas mudanças no País (Ferreira, 2010).

Os modos de vida modificam-se, principalmente, pelo aumento de rendimento de vários estratos de população junto com o surgimento de novas actividades, o poder de compra aumenta e o uso do carro é generalizado, surge um Portugal, a par da Europa, que se quer homogéneo numa difusão de referências culturais. Contribuindo para uma descontinuidade tradicional e do mundo rural agora fragmentado pelo investimento imobiliário e o rasgar de acessibilidades. Duma forma progressiva os territórios rurais deixam “de ser rurais sem passarem a ser urbanos” (Brandão, 2005, p. 47) através de transformações como a “industrialização, escolarização, informação, padronização, motorização, massificação, turistificação, comercialização, modernização” (Brandão, 2005, p. 47). Como refere Nuno Grande, “Portugal passará a desenhar, no início da década de 70, as suas características contemporâneas – a bicefalia das duas metrópoles, a litorização dos grandes investimentos e dos processos de urbanização e uma crescente inacessibilidade aos tecidos difusos interiores provocada pela má infraestruturação viária fora dos grandes eixos viários”. (Grande, 2005, p. 266)

Ocorre, assim, uma mudança súbita de escala no planeamento urbano português. Uma mudança que acompanha e que é consequência das transformações culturais, políticas e



Figura 1- Anúncio de Janeiro de 1974

económicas nacionais. Assim, com estas profundas alterações que se traduziram num desequilíbrio de padrões culturais e de contrastes¹ como se pode pretender um discurso coerente e coeso na **cidade?**²

O tradicional rural desvanece-se, a referência rural em que Portugal apoiava a sua identidade também, o que ocupa o vazio? Este esvanecer indicador duma melhoria de vida representa uma ruptura com uma escala humana; a indústria, a estrada, os blocos habitacionais contrastam com a paisagem rural, ou com os centros históricos. A cidade torna-se numa coexistência paradoxal de posturas, escalas e de conceitos; como refere João Belo Rodeia, “a cidade é hoje a experiência intensa e permissiva da simultaneidade daquilo que não é simultâneo” (Rodeia, 1992, p. 143).

1 “A violência dos interesses privados provoca uma desastrosa ruptura de equilíbrio entre o impulso das forças económicas dum lado, e a fraqueza do controle administrativo e a impotente solidariedade social, do outro. (...) Nesta luta, infelizmente desigual, o interesse privado triunfa a maior parte das vezes, assegurando, em detrimento dos fracos o sucesso dos mais fortes. Mas do próprio excesso do mal sai por vezes o bem e a imensa desordem material e moral da cidade moderna terá talvez por resultado fazer enfiar este estatuto da cidade que, apoiado sobre uma forte responsabilidade administrativa, virá a instaurar as regras indispensáveis à protecção da saúde e da dignidade humana” In (Lords & Rodrigues, 1949)

2 “Tal como é, tal o homem organiza o seu espaço; a um indivíduo e a uma sociedade em equilíbrio correspondem um espaço harmónico; a um indivíduo e a uma sociedade em desequilíbrio corresponde a desarmonia do espaço organizado. A forma criada pelo homem é prolongamento dele – com as suas qualidades e com os seus defeitos.” In (Távora, 1962, p. 73)

Expansões

A cidade densificasse, a partir de vias de circulação nascem formações urbanas descontínuas entre si em que a única escala possível é o carro. Novas urbanizações, nascidas a partir destas ramificações viárias e necessárias pelo crescimento económico e, conseqüentemente, demográfico das cidades. Estas, por sua vez, incapazes de albergar todo este crescimento se expandem. Mediante isto, o subúrbio ou o suburbano³ é o extramuros, a margem dum urbano “genuíno”, “consolidado” e histórico.

Estas novas “morfologias do urbano” representam uma perca abrupta de um sistema referencial quer cultural, quer arquitectónico, quer urbano e criam um outro. As periferias crescem “à custa de uma estrutura de acessos e cadastro de matriz rural sobrecarregada pela nova pressão urbanística” (Grande, 2005, p. 266). A súbita capacidade de investimento irá produzir um período em que a construção de novos espaços urbanos parece ser mais rápida que uma ponderação sobre estes.

O boom habitacional da cidade portuguesa nunca se fez sobre uma lógica etapista de densificação e hierarquização. A cidade portuguesa nunca foi pensada como um Forde. Talvez, por isso, nos diga tanto sobre a nossa forma de habitarmos o mundo”
(Grande, 2005)

É na periferia que uma importação despreocupada da modernidade toma forma pela especulação capitalista, em muitos casos, por não possuir nenhuma restrição de pré-existências urbanas ou de planeamento. A casa, até aqui, fora estabelecida num grupo urbano já estratificado, mas na periferia dos grandes centros assume o seu carácter coletivo (casas em banda, prédios de habitação) com uma postura perante a cidade de clausura, de individualidade imponentes, e duma intensidade e extensão que rompe com a lógica estrutural das

3 Álvaro Domingues conecta estas expressões com uma visão pejorativa desta “nova morfologia do urbano” esta “(re)metida, muitas vezes para designações genéricas de «periferia», «subúrbio», isto é, «o resto» por oposição à tida como verdadeira «cidade»), atrasa(ndo) as intervenções necessárias e toda uma reflexão (...)” in (Domingues, 2005, p. 16)

idades portuguesas. O edifício é “agora um contentor que deverá interiorizar funções de relações e de equipamento que antes davam sentido às ruas” (Portas, 2005, p. 85) os passeios são vias de circulação, a pessoa na cidade tem o seu lugar totalmente estratificado e é apelidada de peão. A cidade, até no seu léxico, é agora um abstracionismo – “o da “infraestrutura”, da “zonificação”, e dos índices de “edificabilidade”, deixando para cada “zona” ou “célula” o direito a definir, de raiz, as formas dos seus elementos sem outros constrangimentos que não fossem os dos “standards” de densidade, equipamentos, m³ de construção e m² de áreas livres, sobre os efeitos dos quais, aliás pouco se sabia” (Portas, 2005, p. 82).

É através deste novas definições a respeito do urbano que se constrói o novo ideário de cidade, em que a periferia assume o seu protagonismo. Do ponto de vista morfológico, as periferias são qualificadas geograficamente da distância destas ao centro. Numa estreita dependência destas ao centro, quer do território e quer dos habitantes através do carácter de cidades-dormitório em oposição à cidade-centro onde a vida diária é possível. Sociologicamente assiste-se a um cruzar e a uma incorporação do urbano com o rural através dos emigrantes rurais ou estrangeiros que se contextualizam numa vida citadina através das periferias. No fim, o rural passa a urbano.

Assim, e pela extrapolação dos “muros” das cidades, criam-se novas dinâmicas urbanas e sociais. É o derrubar das fronteiras que redefine uma nova urbanidade, num espaço onde o que dantes era rural, quer social e quer morfológico, transforma-se em urbano. Este urbano prima por pequenas urbanizações difusas e, estendidas ao longo do tempo, com uma ausência de planos reguladores. Numa permanente sucessão de construção, numa logica de adição e não de relação entre estes. Constituem **uma**

paisagem retalhada de urbanizações por vazios descaracterizados à volta de um centro consolidado. Estes vazios sobranes, entre e dentro destas urbanizações, agem como fronteiras rasgadas por vias viárias.

A periferia, a par dos temidos “vazios”, é um debate que não se deve esgotar nas suas superficialidades e subjetividades. O que é redundante e limitado à designação de periferia existe, actualmente, com dinâmicas próprias e experiências urbanas já consolidadas (e por consolidar). Não existe apenas uma periferia, tal como não existe uma só cidade tal como, não existe apenas uma casa portuguesa. É no diálogo de circunstâncias e de oposições que se pode encontrar uma uniformidade de urbano e não na sua generalização.

Novas Morfologias do Urbano

A subjetividade da paisagem urbana actual não deverá ser estudada como uma postura de redundância numa dicotomia de centro e periferia. Actualmente, o conceito da cidade foi ampliado e permite-nos identificar novas morfologias que se ramificam a partir de um conceito de periferia. Presentemente é erróneo dizer que as periferias da Área Metropolitana do Porto e de Lisboa constituem um anel homogéneo. Nestas existem diferentes hierarquizações naturais de um tecido urbano em evolução que, em certos casos, se transformam em multipolaridades. Tal como Guy Burgel refere, “(...)a estrutura monocêntrica tradicional condena historicamente a periferia à marginalidade. A multipolaridade assegurar-lhe-á a sua legitimidade urbana”. (Domingues, 1994/5, p. 14)

Álvaro Domingues aponta para processos de estruturação e de ruptura que atuam no que apelida de “periferia espontânea”, onde é possível enquadrar algumas das periferias nacionais pós-explosão. Processos que dão e deram origem a novas morfologias urbanas anunciando novas dinâmicas de cidade em que acontece uma desmitificação da periferia. Estes passam por uma “sobreposição de uma malha rodoviária de alta qualidade àquela colagem de fragmentos que se iniciaram e evoluíram segundo outras lógicas e outras temporalidades(...)” (Domingues, 1994/5), numa estruturação de acessibilidade e numa reestruturação de hierarquizações entre cidades.

O autor, para uma segunda hipótese, infere a possibilidade de uma “nova lógica espacial dos sistemas de produção”. Neste ultimo, aponta o processo de terciarização como o “elemento mais visível dessa dinâmica, ora reforçando centralidades já existentes, ora criando novos núcleos de centralidade periférica (...), ora viabilizando um efeito de centrifugação de emprego e das actividades para margens outrora até posicionadas

fora do espaço funcional da metrópole”. Neste podemos referenciar as “novas tipologias associadas a novas formas de produção, de distribuição e de consumo (Shoppings, Parque Tecnológicos, Centros Multimodais, Parques de Actividades, Centros de Congresso e de Exposições (...))” (Domingues, 1994/5, p. 14).

O que o autor aqui referencia é algo que Alexandre Alves Costa reforça, contrariando uma subordinação de um lugar a um centro, remete para uma ideia de periferia como que se de um conjunto de fragmentos se tratasse e relativamente a esta salienta: *“Para que o conjunto do sistema mantenha a sua vitalidade, quer dizer, para que a tendência para a desordem encontre alguma resistência que impeça o seu total predomínio, será necessário criar uma tensão por meio de núcleos de organização crescente. A consolidação das estruturas fragmentárias, a sua constituição em centros com significado próprio, poderá ser a resposta construída a partir do descentramento e não contra o descentramento.”* (Costa, 2006, p. 16)

São estes os processos que antepõem, como resolução e como consequência de uma atualidade, a cidade actual com a cidade tradicional e (como diriam alguns autores) humanizada. Nesta dicotomia, a identidade tradicional desvaneceu-se para dar lugar a uma continuidade necessária. Uma continuidade que não pressupõe uma perda de costumes e de um sistema cultural apenas uma actualização deste. Transforma-se, actualmente, o urbano que transbordou a cidade, através de uma proliferação da dicotomia centro-periferia: emergem reagrupamentos funcionais e polarizações em espaços antes ditos como marginais e apenas habitacionais. O centro convive com o suburbano e com o rural, mas a uma outra escala e por novas relações. É nas ligações entre estes, no debate que o território assume e que molda, que se conclui particularidades inerentes a este. Para tal, e para que a compreensão destas mesmas ligações não seja apenas tida mas aplicada num território concreto, proce-

de-se a uma breve análise da Área Metropolitana do Porto (AMP), tida necessária para a correta análise do caso de estudo – Leça da Palmeira .

“Compreendi, definitivamente, que o argumento histórico é tão total como qualquer outro argumento; posso desenhar qualquer forma, ou compô-la ou re-arranjá-la, que ela, mesmo que “de rotura” se inscreverá, a partir daí, na ordem do existente, ela pertencerá ao passado, queira-se ou não, ela será, como qualquer majestosa porta de Michael Graves ou cobertura pneumática querida a Bruno Zevi ou proa de pedra num socalco do Minho” (Dias, 1986)

A Área Metropolitana do Porto (AMP) viu no princípio do século XX, pela década de 30, o seu despontar. Como origem tem a cidade do Porto que assistia na segunda década do século à estruturação da cidade, através da construção da Avenida dos Aliados (1916) e restantes Avenidas e de uma proliferação do comboio que fomenta e estrutura o crescimento da cidade. É nesta época que o Porto reforça a imagem de “cidade de trabalho” a partir da indústria e de “segunda capital” a partir da intensificação de ligações internacionais (principalmente, inglesas e brasileiras) e nacionais de comboio (Fernandes, 2002).

É nesta facilidade de ligações que se fórmula uma área metropolitana, uma descompressão geográfica também impulsionada pela indústria que se distancia do centro da cidade. Centro que já se encontrava esgotado por processos de loteamento para casa própria mas também de aluguer, incluindo em “ilhas”. A cidade segue o processo de crescimento através do eléctrico que facilita as deslocações diárias da população e que drasticamente desponta uma maior escala de cidade. Este aproveita as novas avenidas de Brasil-Montevidéu e Boavista, para Matosinhos, e a da República, para Santo Ovídeo, Gaia; que actualmente, configuram a cidade destacando-se, principalmente a Avenida da Boavista (concluída em 1895) que “rasga a cidade” e que liga o centro com um novo centro em crescimento – industrial, balnear e portuário (Fernandes, 2015).

Assim, no início da década de 40, a cidade do Porto alarga a sua área para além da muralha do século XIV, com o crescimento demográfico das freguesias de Bonfim e de Cedofeita, em que estas perfazem cerca de 74.938 habitantes (Fernandes, 2015). Este crescimento e um facilitismo de acesso desponta um aumento de consumo e uma proliferação do comércio. Este, de grande protagonismo, não pela quantidade mas pelo efeito de consolidação de um novo centro através das artérias-comércio de Santa Catarina e de Cedofeita.

Porto, a cidade

Figura 3 - Vias Principais do Porto com respectiva toponímia e ligações viárias principais da AMP¹

1 Esquema realizado através da cartografia digitalizada de (Sá, et al., 2000) e através da informação disponível no Google Earth. Compilado e tratado pelo autor.

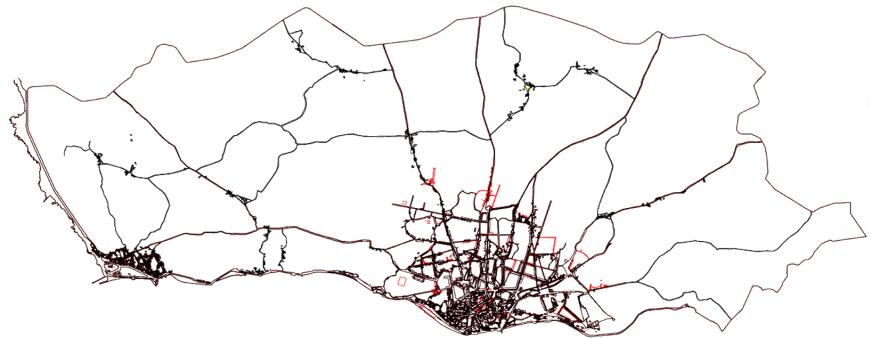


Nesta fase de crescimento da cidade é necessário salientar o papel do engenheiro Ezequiel de Campos, através do “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto” (1932), em que o autor refere: “É necessário fazer a Cidade do Porto; acabar com a ironia dos termos: o Porto, assim chamado na corografia, mas sem porto; a Cidade, no apelido dos rurais, mas apenas um agregado de aldeias ao núcleo primevo de Portucale que ainda hoje é, apesar do terremoto inicial de Elísio de Melo¹.” (Campos, 1932, p. 21)

Assim, Ezequiel de Campos, apresenta uma tese teórica que procura formalizar núcleos-satélites quer económicos, quer sociais e procura a sua inclusão na área metropolitana do Porto, no primeiro plano que trata a cidade como uma metrópole, como o autor refere “é necessário fazer a Cidade do Porto” - “Por isso o Plano da Cidade do Porto deve compreender Gaia, Matosinhos e Leça, logo também Gondomar, seguindo-se a prática universal do plano de expansão urbana adoptado em muitíssimas cidades de todo o mundo (...) fazendo o enquadramento urbano das povoações satélites, definindo zonas vastas da cidade”. (Hilário, 2014)

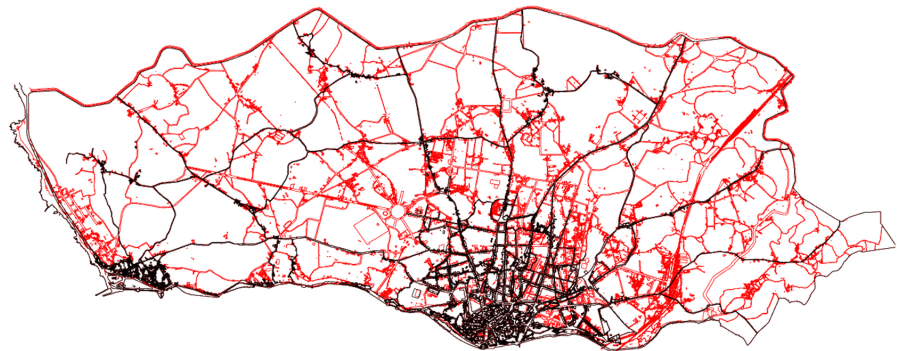
Salienta a importância da construção e modernização do Porto de Leixões, como polo dinamizador económico de toda a cidade referindo que o porto fluvial do Douro apresenta uma importância identitária mas não económica – “ Não tem porto regular no rio Douro. Como não há cais acostáveis, os navios descarregam para as barcas, tornadas em armazéns flutuantes, como na Idade Média.” (Garrett, 1974) O Porto de Leixões apenas será alvo de um grande investimento com a construção da doca nº1 em 1932 e finalizada em 1940. É Ezequiel de Campos, no mesmo texto, que salienta:

¹ Elísio de Melo, vereador do Pelouro de Obras, apresenta um “Plano de Melhoramentos da Cidade, em 1915, onde propõe o rasgar da Avenida da Ponte e da Avenida da Cidade, implicando esta a demolição dos velhos Paços do Concelho, instalados no setecentista Palácio de Monteiro Moreira, e de toda a zona urbanizada entre eles e a Trindade” in (Afonso, 2001) Propõe também, a abertura da Avenida dos Aliados, o prolongamento da Rua de Sá da Bandeira e a Modernização do Mercado do Bolhão. (Fernandes, 2015)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1839 (preto) e 1865 (vermelho)

Figura 4¹ Esquemas evolutivos da
Área Metropolitana do Porto



Sobreposição das Plantas do Porto de 1865 (preto) e 1892 (vermelho)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1892 (preto) e 1903 (vermelho)

1 Esquemas compilados pelo autor. Realizados e cedidos pelo Arquitecto Vítor Oliveira e disponível em (Oliveira, 2013)

“Não deixemos, porém, de fazer uma observação muito importante: de todas as manchas urbanas, a de traça mais urgente é Matosinhos, justamente pelo porto de Leixões que vai adiantar-se em obras. O que está planeado à volta da bacia não basta; é indispensável fazer-se já o plano de Matosinhos e de Leça de Palmeira à volta de Leixões, mas por muito mais longe, e em relacionamento com a Cidade do Porto actual. Ver-se-á então que a área agora reservada é estreita e exígua; e que os acessos, as ruas, o espaço das linhas férreas e dos armazéns, os talhões e os quarteirões até hoje marcados não se conformam com o que deve ser no conjunto da Cidade futura.” (Campos, 1932, p. 33)

É esta importância à Cidade Futura e a um pensamento urbanístico global que se ressalta o protagonismo desta obra. Esta inicia uma linha de pensamento que dará origem ao Plano Regulador de Antão de Almeida Garrett, concluído em 1947, e, consequentemente, o Plano Director de 1962 e que constituem, em grande parte, as ligações viárias do que podemos considerar como a Área Metropolitana do Porto hoje.

Porto, a cidade

Os Planos

Entre 1940 e a década de 60, António Oliveira Salazar além de conceber uma propaganda centrada na imagem bucólica nacional possui, também, como “missão a criação de uma Lisboa capital Imperial, a modernização geral do país e em particular das suas cidades através da criação de planos urbanísticos, até então inexistentes, que regulamentassem a expansão urbana e ordenassem o território” (Hilário, 2014, p. 45) Coube, assim, a Duarte Pacheco a realização desta mesma missão, através do cargo de Ministro das Obras Públicas. À cidade do Porto, de acordo com o decreto de lei de 1934, é pedido a elaboração de um Plano Geral de Urbanização, no prazo de 5 anos, até 1939 (Hilário, 2014).

Com o objectivo de realização deste Plano, inicia-se a colaboração da Câmara com urbanistas estrangeiros. Primeiramente, com Marcelo Piacentini em 1938, que após o insucesso nesta colaboração, a Câmara convida Giovanni Muzio em 1940 (Garrett, 1974). Durante três anos, Muzio colabora com a Câmara do Porto, elabora um plano regulador de inspiração classicista e de abrangência metropolitana, desenhando implantações e alinhamentos e, principalmente, uma redefinição do sistema viário assente em eixos. Numa tentativa de um desenvolvimento global elabora e ressalta a importância das áreas adjacentes à cidade do Porto e nas suas formas de crescimento². Contudo, o Plano Geral de Urbanização não é realizado³.

O Plano exigido até 1939, só vai ser posto em prática em 1962, através do Plano Regulador do Engenheiro Almeida Garrett posteriormente atualizado e aprovado pelo

2 Numa fase final, em 1942, Giovanni Muzio elabora plantas esquemáticas da Zona Industrial de Ramalde e do respectivo Bairro Operário; as plantas de Matosinhos – Leça – Senhora da Hora; de Vila Nova de Gaia e esquemas de urbanização de V.N. de Gaia, de Matosinhos-Leça-Senhora da Hora, de Campo Alegre e de Agramonte. (Garrett, 1974, p. 101)

3 “Entrou-se no ano de 1943. Recebe-se carta do Arq. Muzio datada de 29 de Abril dizendo estar à espera do que disse o Sr. Ministro, audiência que não chegou a dar-se pelo desastre que brutalmente vitimou o Eng. Duarte Pacheco. E assim terminou sem remate – que deve ter sido dado pelo Presidente- a atuação do Arq. Giovanni Muzio. Como Urbanista-Consultor junto do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto” in (Garrett, 1974, p. 96)

Porto, a cidade

85|

nome de Plano Diretor da Cidade. O autor de papel privilegiado pelo contacto com os seus antecessores italianos (Munzio e Piacentini), transpõe várias premissas referentes aos estudos de Munzio, nomeadamente, numa preocupação para a organização da cidade decompondo-a em diferentes zonamentos e escalas. Almeida Garrett no seu estudo refere:

*“Porque a desordem é total, ao lado do palacete se encontra a ilha; no meio de uma zona residencial nela se encontra a fábrica com a sua chaminé fumarenta e isto por toda a cidade; porque há um centro um centro de forte actividade comercial e muita gente que se tem de deslocar a grande distância para se prover do necessário, exige-se uma disciplina na cidade capaz de ir pouco a pouco e inflexivelmente fazendo um conveniente condicionamento da população: isto é, uma diferenciação por actividade que permita melhor viver e melhor trabalhar; pondo cada um no lugar próprio, pode muito bem pensar-se em prover esses lugares de tudo o que é julgado hoje necessário”*⁴

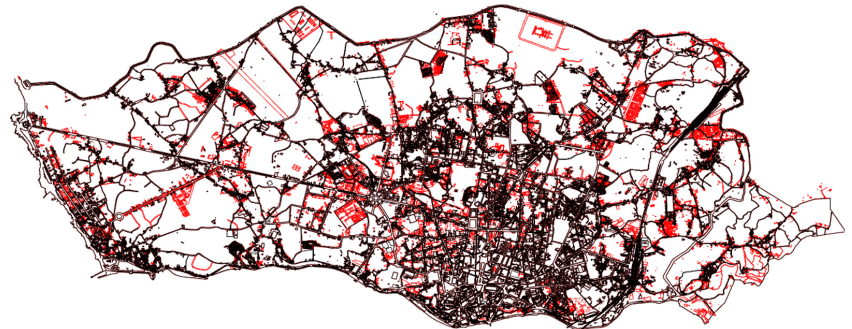
Garrett além de adotar uma metodologia de zonamento procura também uma estruturação e de ligação entre estas. Menciona a Estrada da Circunvalação como um convencionalismo na delimitação da cidade, referindo a fronteira que esta simboliza, deixando de fora centros importantes. Assim, o autor traça uma rede fundamental de comunicações assente na definição de radiais de penetração, grandes cinturas e circulares, das quais, a actual Via de Cintura Interna, a Via Norte e a Via Panorâmica. Rompe com os limites da Est. da Circunvalação estendendo a cidade através do prolongamento da Avenida Fernão Magalhães e a abertura da Via AIP. Esta última formaliza uma ligação da cidade com o Porto de Leixões (Matosinhos e Leça da Palmeira) e com o Aeroporto reforçando a importância da Avenida da Boavista e estruturando uma ligação com a periferia do Porto.

Os Planos

4 (Garrett, 1974, p. 93)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1903 (preto) e 1932 (vermelho)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1937(preto) e 1948 (vermelho)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1948(preto) e 1960 (vermelho)

Figura 5¹

¹Esquemas compilados pelo autor. Realizados e cedidos pelo Arquitecto Vitor Oliveira e disponível em (Oliveira, 2013)

O Plano Regulador da Cidade do Porto irá constituir um dos primeiros estudos nacionais em que a ligação centro-periferia é estruturada, reflectindo-se no sistema actual de organização e de hierarquização da AMP. O Plano Regulador visou a sua realização (embora não integralmente) através do Plano Director numa cidade composta na, sua maioria, por iniciativa privada e gestão urbana a curto prazo. Contudo, Garret, lamenta a actualização do Plano da sua autoria para o Plano Director da Cidade, referindo que “nos planos reguladores visou-se o futuro; no Plano Director o imediato e o económico”, concluindo que a “Cidade, que tão pouco tem visto realizado do seu Plano Director, julgará certamente arreliada com as dificuldades que vê crescer de dia para dia na vida de todos os Munícipes.”⁵

5 (Garrett, 1974, p. 98)

Porto, a Metrópole

“A fragmentação da cidade pode ler-se como um avanço da desordem. Aceite o processo de fragmentação crescente como condição irreversível, para se entender a cidade como uma globalidade será necessário considerar a relação dos fragmentos entre si e relevar as qualidades próprias de cada um.”
(Costa, 2006, p. 15)

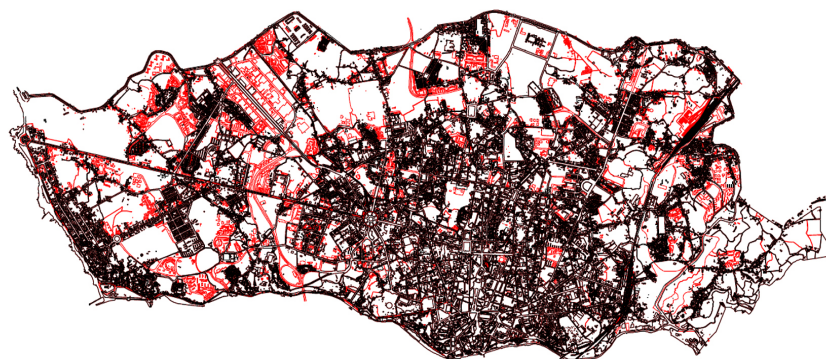
Como foi verificado, os anos de 1940, 50 e 60 foram décadas de estruturação das redes viárias consequente do aumento de automóveis, autocarros e troleicarros. Contudo, o protagonismo destas décadas deve-se, também, à construção habitacional. Uma ação do estado que compreendeu a construção de prédios unifamiliares e de bairros de vendas germinadas, procurando dar resposta à elevada procura por parte de uma classe média em ascensão. São demolidas casas de cariz precário, na sua maioria “ilhas”, e erguem-se “bairros sociais” na periferia, alojando-se o total de 30.500 pessoas num espaço de 10 anos (1955-1960), na sua maioria, a partir de uma construção em altura. É ao analisar a planta de 1978 que é possível perceber o peso da construção destes mesmos bairros correspondendo a mais de 6000 fogos. A cidade do Porto ira retomar este plano, através do PER (Plano Espacial de Realojamento) nos finais do século, ao estimular novas concentrações de famílias de baixas posses agregadas às mesmas construções dos anos 50, 60, e 70 (Fernandes, 2015).

Ainda no mesmo tema o Porto assiste, no começo do período democrático, a intervenções do processo SAAL, não tendo como alvo as construções clandestinas na periferia como se verifica em Lisboa mas no próprio centro da cidade, destas intervenções são exemplos o Conjunto Habitacional da Bouça, das Antas, da Lapa, de São Victor e de Leal. Na reminiscência deste processo surgem as cooperativas (ver subcapítulo “Cooperativas e Consolidação da Cidade”). Estas realizam construções direcionadas

89 | para uma classe media-baixa, edificando grande parte dos conjuntos habitacionais na periferia.

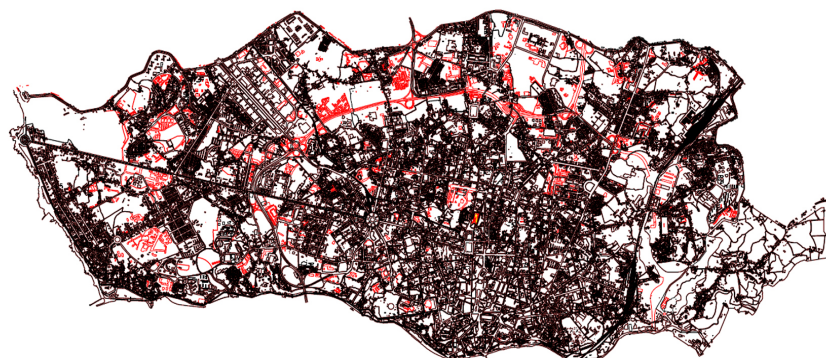
Em simultâneo, acontecem dois fenómenos impulsionadores de um “novo centro”: uma afirmação de uma classe alta junto ao mar através da Foz Velha e de uma nova Foz que, posteriormente, irá se expandir para Matosinhos (através da marginal); um melhoramento de acessibilidades do aeroporto de Pedras Rubras (abertura da Ponte de Arrábida, da Via Norte e da Via Rápida que irá formalizar uma ligação a norte). Surge um “novo centro” ou uma expansão modernizada do Porto pela Rua de Júlio Diniz e prolongando-se para ocidente pela Rua do Campo Alegre e pela Avenida da Boavista (Fernandes, 2015). Afirmam-se novos equipamentos como Serralves, estabelecimentos de comércio, “shoppings” e área industriais ao longo da Via Cintura Interna. Ao longo da Avenida AIP surgem pavilhões industriais.

O concelho do Porto é, actualmente, um entre muitos municípios. Registam-se cidades como Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar que impõem progressivamente a sua importância. Em 2001, o Porto conta com 263.131 residentes e os concelhos envolventes com 827.988. Diferentes estruturas metropolitanas divulgam a periferia: um porto, aeroporto e pavilhão de exposições (Exponor) a par de novas concentrações industriais e de novos complexos comerciais.

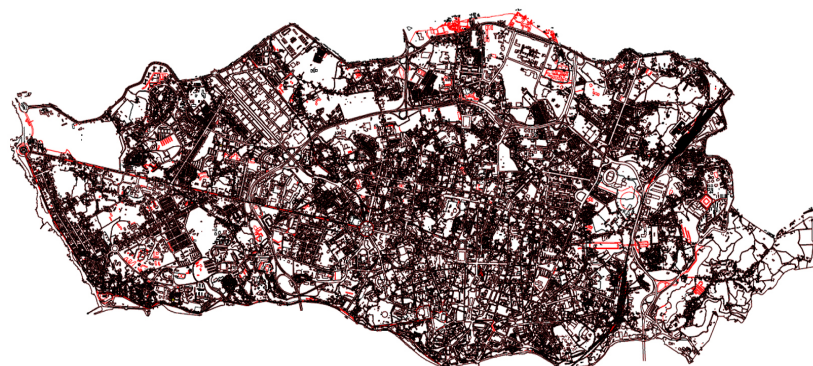


Sobreposição das Plantas do Porto de 1960 (preto) e 1978 (vermelho)

Figura 6¹



Sobreposição das Plantas do Porto de 1978 (preto) e 1992 (vermelho)



Sobreposição das Plantas do Porto de 1997 (preto) e 2003 (vermelho)

¹Esquemas compilados pelo autor. Realizados e cedidos pelo Arquitecto Vítor Oliveira e disponível em (Oliveira, 2013)

Podemos caracterizar a AMP como que constituída por duas áreas centrais terciárias (ou na união destas, apenas uma, como alguns autores referem): uma correspondente ao centro histórico do Concelho do Porto e outra, desenvolvida a partir dos anos 80 na Boavista, de cariz moderno. Assim, podemos inferir que a AMP é caracterizada por um centro terceirizado e uma periferia residencial e industrial. Contudo, é constatado uma emergência de centralidades em que podemos situar Gondomar, Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia e que desvirtuam o conceito de periferia-dormitório. Passando por estratégias de requalificação de espaços públicos e na adoção de equipamentos estruturantes, emergindo como uma urbanização compacta e estabilizada. (Sá, et al., 2000)

Num segundo padrão, podemos situar o caso de Matosinhos que evolui a partir do Porto de Leixões e das actividades associadas a este e é beneficiador das redes viárias projetadas na segunda metade do século XX. Possuindo uma imagem urbana consolidada, age como um núcleo para as freguesias envolventes.

Posteriormente situam-se os núcleos mais periféricos como Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde que emergem a partir da fixação de superfícies comerciais. Constituindo uma ruptura no crescimento tradicional da metrópole, estes criam uma nova forma de aproveitamento das da malha viária. Progressivamente agregam novos empreendimentos ao seu centro comercial, numa diversificação de funções e usos.

Estas três novas áreas emergentes obrigam a uma mudança de escala na Área Metropolitana do Porto, de cariz espontâneo e depois de consolidação, através de redes viárias e da criação de uma rede de transportes. Áreas que singularizam o processo de crescimento da AMP.

Porto, a Metrópole

Centralidades Terciárias e Estrutura do Povoamento

Porto, a Metrópole

Morfologia Urbana da AMP

A especificidade do sistema de povoamento da Área Metropolitana do Porto justifica uma aproximação a este. É pelo estudo “Área Metropolitana de Porto: Estrutura Territorial, o Presente e o Futuro”, pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura do Porto, que é possível uma análise à escala da AMP previamente a uma aproximação ao caso de estudo.

A AMP revela-se “multicêntrica e fragmentada, conformando um sistema difuso na distribuição de infraestruturas, espaços verdes, habitação e localização de actividades.” (Sá, et al., 2000, p. 28) Sistema que se caracteriza por um grau elevado de heterogeneidade divergindo do modelo tradicional da União Europeia. Através de níveis de polarização baixos, num sistema de interdependência económica e habitacional, a AMP revela consequências físicas desta situação, tais como: um processo lento de consolidação nos polos centrais, “cuja cêrcea dominante não é elevada no contexto habitacional das metrópoles” (Sá, et al., 2000, p. 28) uma forma urbana de continuidade, resultando numa extensão de vias a partir do tecido construído, desde há muito tempo, “para lugares dos municípios contíguos com formas e densidades claramente relevantes.” (Sá, et al., 2000, p. 28)

Conclui-se um crescimento “extramuros” da cidade central sem, contiguamente, se formalizar as suas próprias áreas centrais. Facto que colmata com a construção de áreas de aglomeração urbanas, de densidade relevantes, por parte dos municípios circundantes. Num modelo que diverge dum modelo de crescimento periférico urbano, mas que não deixa de associar processos de suburbanização que primam por outras dinâmicas e políticas (construção isolada de conjuntos habitacionais de baixo rendimento, entre outros).

O estudo analisado decompõe o conjunto de vias, edifícios e parcelas dentro duma área de 100 km² da AMP, correspondendo a 1/8 da sua superfície mas que integra mais de 1/3 da população, apresentando a maior concentração de infraestruturas, de construção e de cariz rural. Recorrendo a uma análise de suporte gráfico, foram seleccionados os mapas das principais vias e de tecidos.

O estudo aqui exposto apresenta uma síntese tipo-morfológica, num conjunto de combinações de vias, edifícios e parcelas em que se identifica 8 conformações de estruturas urbanas singulares. Esta categorização que se coaduna com uma aproximação ao caso de estudo irá ser posteriormente utilizada a respeito desta área. Assim, poderemos identificar:

O que no estudo se designa como **Casco**, em que se verifica vias sinuosas e curtas de pouca influência e edifícios que não possuem uma homogeneidade de usos, estatuto ou morfologia. No seu conjunto representam as áreas urbanas mais antigas da cidade.

O tecido **Linear Misto** que se particulariza por uma via sinuosa de influência distante. À semelhança do anterior, os edifícios possuem características mistas e diversificadas tal como os limites e dimensões das parcelas que são adjacentes às vias.

O tecido **Regular Misto** composto por um traçado regular reto que compreende “edifícios unifamiliares ou colectivos com frentes e cérceas diversas e com usos mistos.” (Sá, et al., 2000, p. 30)

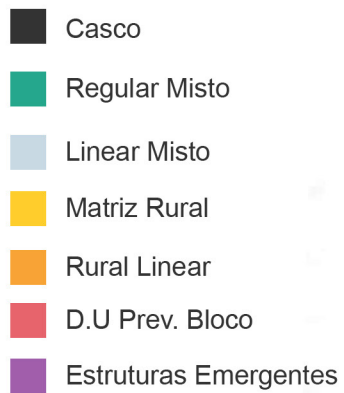
O tecido de **cariz Rural** caracteriza-se por vias sinuosas e curtas. A parcela, neste caso, possui dimensão variada e a densidade do construído é reduzida.

Porto, a Metrópole

Morfologia Urbana da AMP

Figura 3 -Conformações Urbanas da Área Metropolitana do Porto ¹

¹ Esquema realizado pelo autor da presente dissertação através da cartografia e esquemas digitalizados de (Sá, et al., 2000) e do esquema de redes viárias cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico.



Os **Desenvolvimentos Urbanos com Prevalência de Moradia** caracterizam-se como construções normalmente recuadas ao arruamento e por conjuntos de residência unifamiliar. Os D.U com Prevalência do Bloco (DUPB) autonomizam-se através de edifícios de cariz coletivo recuado relativamente ao arruamento.

O **Desenvolvimento Urbano com Outros Usos (DUOU)** não regista nenhuma actividade residencial. Não possuindo nenhum tipo de uso em comum, estes são considerados autonomamente pela sua escala de grande dimensão.

À **estrutura emergente** são considerados os tecidos ainda em formação. Geralmente, são constituídos por uma via que ainda não gerou um parcelamento ou construção.

Porto, a Metrópole

Morfologia Urbana da AMP

A cidade (des)continua o debate identitário actual

Continuidades

“Isto é o bom de estar partido: compreender de cada pessoa ou coisa deste mundo a pena que cada um tem pela sua própria incompletude. Estava inteiro e não entendia e movia-me só e incomunicável entre as dores e as feridas semeadas por todas as partes. Agora tenho uma fraternidade com todas as mutilações e faltas do mundo que antes, inteiro, não conhecia... porque beleza e sabedoria e justiça existem só em tudo o que está feito em pedaços.”

Italo Calvino, As cidades Invisíveis in (Costa, 2006, p. 23)

A abertura da arquitectura portuguesa com o contexto internacional proveu-a de diversas mutações e expressões. Esta diversidade impossibilita a identificação de características comuns que categorizem determinada escola ou influência. Podemos, porém, inferir uma possibilidade onde a multiplicidade de propostas e a globalizações de expressões se mesclam com apropriações de caracteres e manifestações de identidade. Ressalta-se a capacidade de “absorver, incorporar e aglutinar modelos técnicos e artísticos exteriores e produzir, com estes, novas expressões arquitectónicas” (Fernandes & Cannatà, 2006, p. 4). Aqui, uma constatação por parte do sociólogo Shils é necessária:

“(Uma sociedade) É uma enorme massa, irregular, que se derrama constantemente para além das suas fronteiras, recebendo também ideias, trabalho e pessoas vindas do seu exterior, porem tudo o que penetra no interior dessas fronteiras é mudado pelo simples facto de lá se encontrar.” (Shils, 1974, p. 8)

Ao conceito de identidade (já por si vasto) associa-se, a partir do período romântico e através dos nacionalismos emergentes do século XX, uma “reinterpretação da territorialidade, de mera localização territorial como aspecto significativo da vida social, de acordo com o qual os indivíduos definem a extensão das suas obrigações e a identidade deles próprios e dos outros.” (Shils, 1974, p. 86) Uma associação de uma identidade social a um lugar, que podemos identificar na imagética bucólica exacerbada pelo Estado Novo ou, actualmente, na valorização duma correspondência entre o suporte geográfico e do contexto paisagístico a uma “urbanidade, natureza artificial do homem” (Costa, 2006, p. 23).

Contudo, o salto de escala urbana de uma cidade para a concepção de um centro e de uma periferia, suscitou uma incompreensão que além de um surgimento de adjectivações negativas levou a um sentimento de perda. Um sentimento adjectivado de “desterritorialização” que se interpreta como uma sensação de perda de identidade. Assim, o tema da identidade, tratado ao longo da presente dissertação é agora confrontado com o urbano assumindo uma incerteza e descrença associada à mudança de conceito de cidade. A respeito deste, Alexandre Alves Costa, questiona-nos: “Que espécie de identidade estaremos a construir?” (Alves Costa, 2013) Não se pretende, nesta dissertação, uma resposta a esta questão mas sim uma reflexão. Para isso, além do estudo já realizado, será necessário um desdobramento do conceito de identidade urbana.

Para uma nova definição de identidade urbana

A identidade urbana associa um território urbano (na qualidade de produto e condicionante) a uma sociedade, e de acordo com esta, revela-se polarizada e segmentada. A um período de globalização o conceito de identidade urbana é de difícil ponderação. O território urbano já não se prende nas dicotomias “lugar/não lugar” e “cheio/vazio” tal como uma ideia de identidade já não se apoia na questão da ruralidade e de tradições. A realidade urbana actualmente é extensa, fora da escala do Homem, em que os atributos de proximidade, contiguidade, já não são aplicáveis.

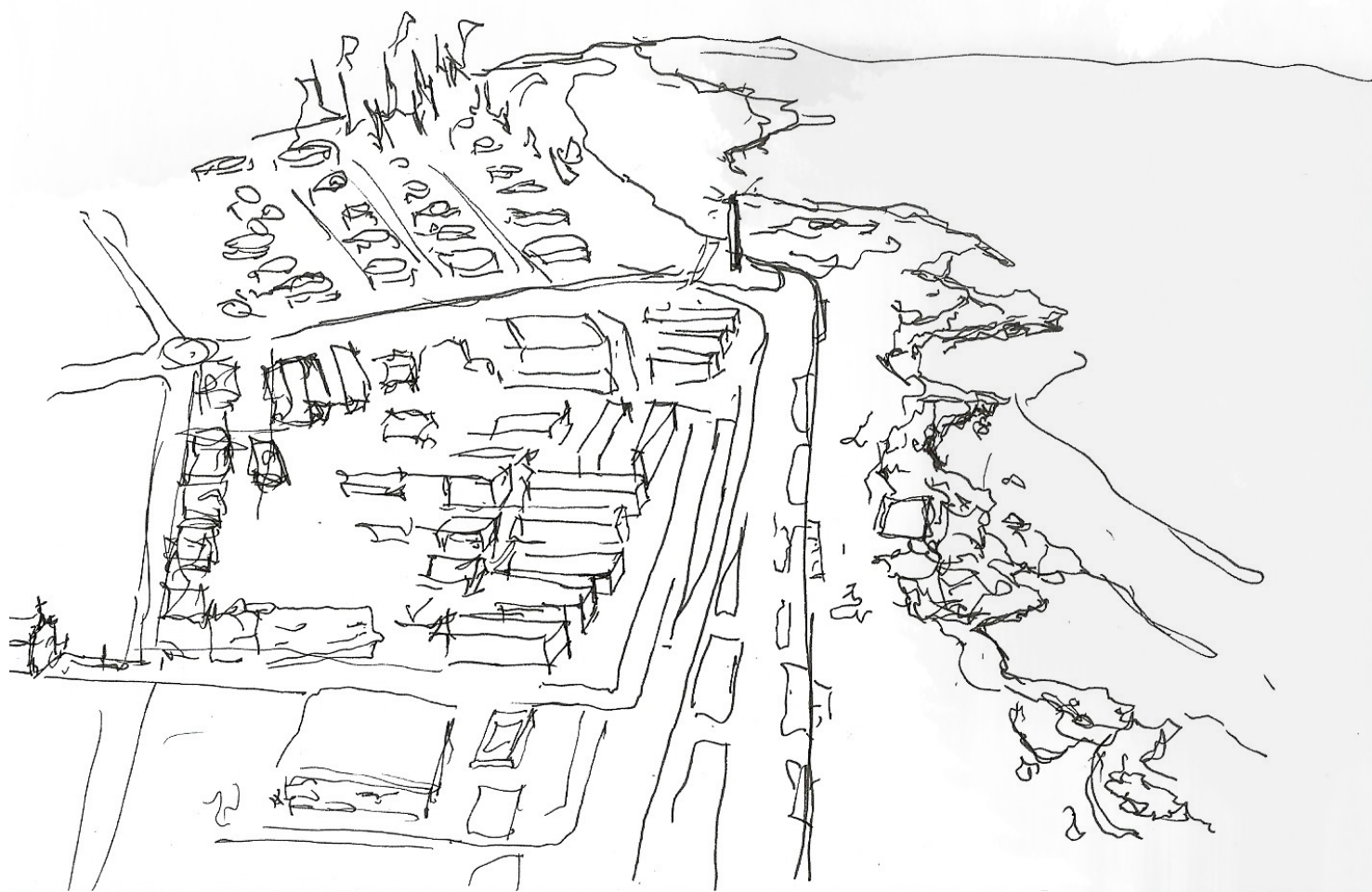
O Homem encontra-se vocacionado nos espaços públicos, e nas ruas é apenas observador. A cidade, em mapas mentais, revela-se segmentada, variando da escala macro ao micro que parecem desconexas entre si. A cidade já não se define por proximidades mas sim na relação entre fragmentos, por trajetos. A identidade urbana já não é observável é percorrida, esta nas ligações entre descontinuidades, na adaptabilidade duma tradição para a contemporaneidade, e na associação do que aparentemente não é associável. É a partir destas conclusões que nos debruçamos sobre a cidade de Leça da Palmeira.

Apresentação do Caso de Estudo

Leça da Palmeira

Figura 1- Perspectiva relativa à marginal de Leça da Palmeira¹

¹Figura realizada pelo autor da presente dissertação.



Pretende-se, através do caso de estudo, uma análise aproximada a um território urbano português, que decompõe e aglomera os conceitos e caracterizações até agora estudados e referidos. Para tal, o estudo incide sobre a cidade de Leça da Palmeira, que se situa na periferia do Concelho do Porto e que é freguesia integrante da Área Metropolitana do Porto.

A escassos 10 km da Cidade do Porto, Leça da Palmeira junto com Matosinhos, compreende o Porto de Leixões, estando estas freguesias separadas pelo Rio Leça e conectadas por uma ponte pedonal e viária móvel e outra apenas viária. É a partir do carácter portuário e balnear, que ambas as freguesias se desenvolvem na primeira década do século XX. Resultando, principalmente, em Leça da Palmeira, num aumento exponencial demográfico a partir de 1940 aos anos 80, através da oferta do mercado imobiliário e do surgimento de áreas indústrias. Leça da Palmeira, na sua origem, tem uma vocação rural e balnear. Através da construção do Porto de Leixões, a cidade vê os seus primeiros traçados lineares marcados por uma preocupação higienista, de influências Modernas, já visíveis na cartografia de 1925.

Até essa data, Leça da Palmeira poderia ser descrita como “(...)uma vilinha marítima, cheia de luz, de casas brancas, postas de um lado, num areal de oiro, de outro, um rio azul, (...). Pequeninina, num labirinto de ruas estreitas, quebradas silenciosas.” (Figueiredo, 1912, p. 295). Uma vila, que desde a sua origem, é profundamente ligada ao mar através de actividades piscatórias e de construção naval. Desde do século XVIII, Leça é dividida em dois bairros distintos: o urbano e o rural. O rural, no interior da cidade, em que se promulga os terrenos baldios, e o urbano, junto à margem do Rio Leça, onde habitava uma população conectada com o naval: Pilotos, Mestres de Navios e Marinheiros. Junto ao rio e ao mar, é onde se situa a principal vivência da cidade, no interior pequenos aldeamentos tomam forma (alguns, actualmente, ainda presentes).

Leça da Palmeira

Figura 2¹

¹Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e Ortofoto disponível no Google Maps



Leça da Palmeira tendo, assim, origem numa aldeia piscatória de estrutura urbana medieval, tem como principal motor de urbanidade o Porto de Leixões no fim do século XIX, que a caracteriza como cidade portuária. Após este primeiro “momento” de urbanização, o segundo é registado pelos acessos viários, nos anos 60, e pela construção da Refinaria da Petrogal que prolonga a cidade e que promulga a sua condição de “charneira” entre Matosinhos e Porto (centros urbanos) com uma periferia de cariz fortemente rural (Perafita, Lavra, e Leça do Balio). De modo a perceber estas mesmas expansões do tecido urbano prossegue-se uma análise gráfica evolutiva e uma breve análise desta.



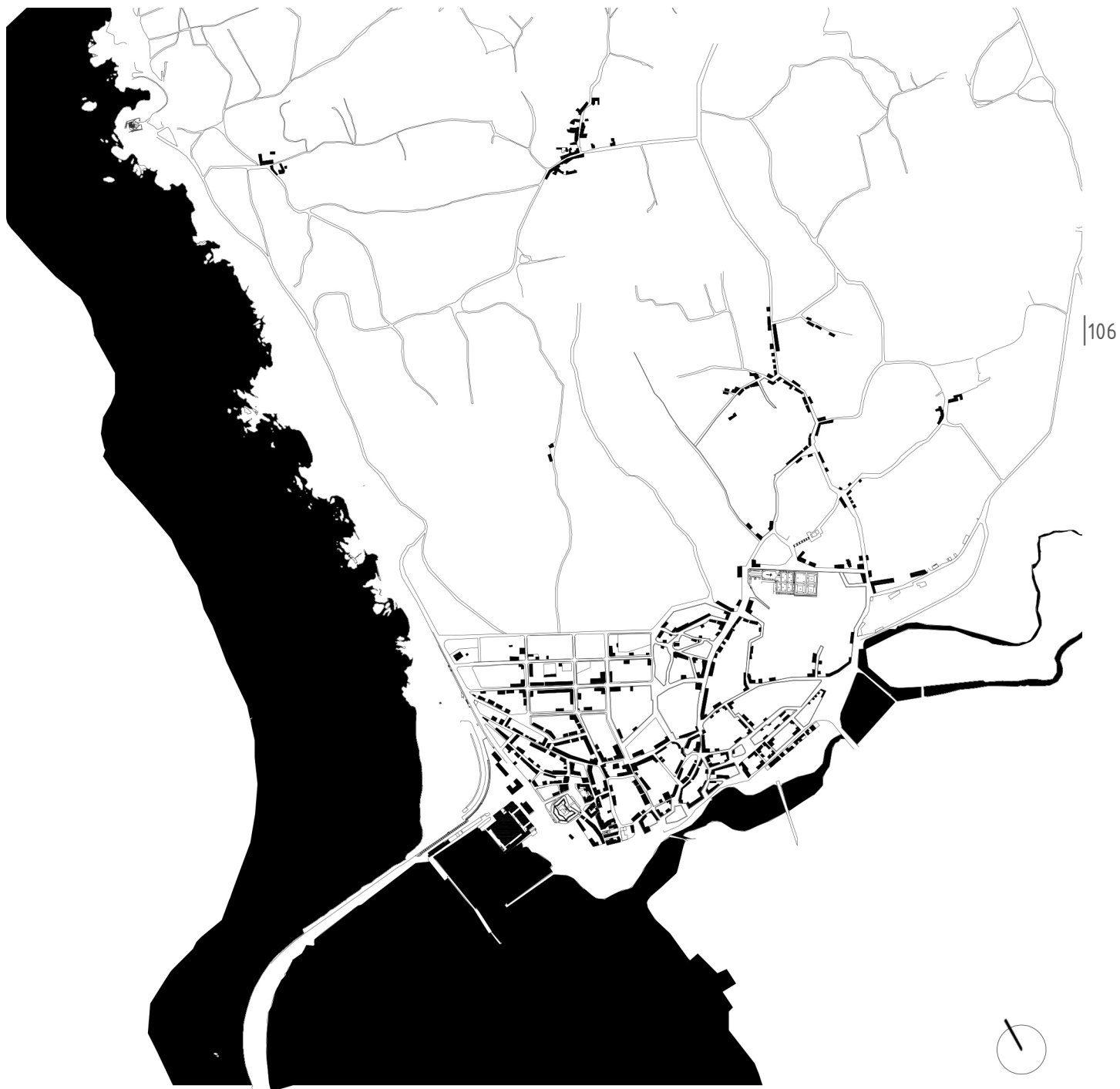
Leça da Palmeira

Figura 8 (à direita)- Esquema relativo à cartografia do ano de 1925 na cidade de Leça da Palmeira¹

Figura 9 (à esquerda)- Toponímia das principais ruas e pontos notáveis²

1 Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico

2 Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e da informação disponível no Google Maps e levantamento presencial.



“O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânea conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matiz de gente e fazendo sentir Toda ela, o ritmo acelerado do seu trabalho” In (Ribeiro, 1945, p. 15)

Em 1925, Leça da Palmeira, é composta por pequenos aglomerados rurais num tecido urbano quase inexistente em que se promulga a existência de terrenos agrícolas. Na foz do rio Leça, é observável uma malha de arruamentos irregular, que delimita pequenos parcelamentos e de construções de cércea reduzida, formando o centro histórico da cidade.

Através dos problemas tidos na cidade do Porto no século XIX (aumento das ilhas de operários e débeis condições de higiene na cidade), as áreas costeiras portuenses verificam um aumento demográfico por parte da burguesia inglesa. O que irá resultar num desenvolvimento económico destas áreas. Assim, na planta de 1925, novos arruamentos surgem ligando o litoral piscatório e balnear com o interior rural. A malha de arruamentos com cerca de 12 metros de largura, forma quarteirões de diferentes dimensões que pretende uma adaptação e continuidade com os arruamentos do núcleo original. As construções são diversificadas, não recuadas, e predominantemente de habitação. O estrato social para que estas são vocacionadas é heterogéneo, abrangendo pescadores a burguesia. Esta última, principalmente, pela “moda dos banhos” que atrai população para a costa da Área Metropolitana do Porto, da Foz a Leça.

Leça da Palmeira

Evolução do Tecido Urbano

Figura 9- Sobreposição das plantas de 1925 e 1944¹

¹ Esquema realizado pelo autor através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico.



Em 1934, é requisitado à cidade do Porto pelo Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, um Plano Geral de Urbanização. Incumbido desta tarefa, é o Engenheiro Almeida Garrett que elabora o Plano Regional do Porto e que, posteriormente, é formalizado através do Plano Director do Porto. Em 1944, com o Antepiano de Moreira da Silva para Matosinhos e Leça da Palmeira, é recusado, pelo autor, uma harmonização com os estudos do Engenheiro Almeida Garrett no seu plano, negando uma “designação de satélite da cidade vizinha e repudia[ndo] a eventual integração administrativa na grande urbe (...)” (Santos, 2013, p. 96). Contudo, é aceite por Moreira da Silva, a expansão reticulada de Leça da Palmeira proposta por Garrett, à semelhança do que Giovanni Muzio teria proposto para esta área. Porém, esta expansão geométrica, ao longo da costa, é reinterpretada pelo autor de forma a integrar as preexistências, assumindo um traçado de grande influência e “ondulado”.

Apesar de este plano não se realizar, é de salientar esta negação de Matosinhos e de Leça da Palmeira a condição de cidade-satélite do Porto, procurando uma solução que se coadune com a cidade, num plano que rejeita uma demolição de preexistências da cidade.

Na cartografia de 1963 já é possível observar uma expansão para Norte, através da Avenida Dr. Fernando Aroso, edificada na década de 50, que se desenvolve a partir de traçados rectilínios definindo quarteirões geometrizados, mas de dimensões diversas. As construções, maioritariamente, de habitação, não ultrapassam os dois pisos.

Além desta expansão, é de salientar a destruição da antiga ribeira para a construção da grande infraestrutura que é o porto de Leixões, que tem em 1932, finalizado o seu cais acostável e em 1940 finalizado o Cais 1 (Cleto, 1998). Junto com esta construção, é traçada uma avenida que formaliza a marginal e que é nomeada como Avenida dos Centenários, ligando o Farol da Boa Nova com o cais.

Leça da Palmeira

Evolução do Tecido Urbano: Acessos

Figura 10 - Sobreposição das plantas de 1944 e 1944¹

1 Esquema realizado pelo autor através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico.



Começara, assim, uma construção de vias que pretendem uniformizar a cidade. Posteriormente, é traçada a estrada A28, de ligação ao Aeroporto, que demarca uma expansão para esta área da cidade mas que, simultaneamente, delimita o tecido urbano. Chegando, inclusive, a interromper um dos núcleos rurais da cidade.

Na saída da estrada para a cidade destaca –se o nó de ligação com esta e que dá origem ao percurso viário e pedonal que margina o Porto de Leixões da autoria do Arquitecto Fernando Távora e Francisco Figueiredo. Esta constitui uma nova peça viária delimitadora da cidade, procurando uma integração da estrada com a escala da cidade. Surge, também, a ponte Móvel de Leixões e com esta a via que liga a Igreja à marginal (1947) e as pracetas na saída da ponte para Leça da Palmeira.

Leça da Palmeira

Evolução do Tecido Urbano: Marginal e Zonas Indústriais

Através da progressiva consolidação do tecido urbano para o interior da cidade pela Avenida Afonso Aroso, que liga a Ponte Móvel à Igreja (posteriormente, à área industrial) e da Avenida Combatentes da Grande Guerra que liga a Marginal ao interior da cidade; é questionado o tecido, ainda rural, da frente marítima.

Vários planos foram sugeridos para esta área, entre dos quais o “Plano Regional do Noroeste Português”, de Antão de Almeida Garrett, em 1964, que propunha uma zona urbana-rural, de linha verde, em que entre as unidades residências, se definisse parcelas destinadas à horticultura, bosques e parques de campismo. Procurando uma boa estruturação que pudesse impedir uma urbanização desregulada futura. Este plano, contudo, não chegou a ser realizado mas deixa uma ideia fundamental que é resgatada aquando da edificação da primeira linha urbana marginal, em que são construídos blocos habitacionais em que entre estes, são previstas áreas de “desafoço” verde e/ou de lazer.

Um outro plano, este do arquitecto Arménio Losa prevê zonas de valorização da zona costeira. Estando, neste incluído, a valorização da Capela da Boa Nova (século XIV), a edificação da Casa de Chá (1963) e da Piscina de Marés (1966), equipamentos considerados de carácter fundamental para o ordenamento da zona. Para a zona marginal, o Arquitecto Álvaro Siza Vieira¹ propõe um plano, em 1974, em que pretende a valorização dos percursos pedonais e motorizados a par da preservação das características naturais do território, numa linearidade com a via que margina o Porto de Leixões do arquitecto Fernando Távora e do arquitecto Francisco Figueiredo.

1 “Naquele momento (após o plano da Piscina Municipal de Leça da Palmeira), começava a tornar-se evidente a necessidade de coordenar as intervenções na zona, a fim de que esta relação e o carácter do lugar não se perdessem. Elaborei então um plano já em 1974, que contudo nunca foi levado para adiante.” In (Vieira, 2000, p. 29)

É nos anos 60, que se assiste a um grande desenvolvimento industrial na cidade, desde pequenas indústrias a indústrias que impõem grande presença na cidade. Nesta categoria, surge a FACAR – Fabrica Nacional de Tubos Metálicos, localizada na contiguidade da A28 e a construção do Complexo Industrial da Refinaria da Petrogal em 1966 que compreende uma área de 400 hectares.

É a partir das instalações da refinaria, particularmente, na via nascente-poente adjacente, que é realizada uma ligação com as freguesias a nascente, e que possibilita novas frentes de construção, essencialmente de cariz industrial e de serviços. A nascente desta e até à A28, desenvolvem-se zonas de construção clandestina que se fundem com um tecido rural já pré-existente.

Contiguamente à A28 é construído o complexo da Exponor, recinto de congressos e feiras, onde dantes se situavam terrenos de exploração agrícola. Esta construção influencia toda a área que delinea a A28 surgindo, posteriormente, grandes áreas comerciais em torno desta, reforçando a dicotomia entre grandes superfícies e o carácter rural e clandestino desta zona da cidade.

Figura 11 - Sobreposição das Plantas de 1963 e 1983¹

1 Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico. Vetorizado e tratado pelo autor.



A par das edificações industriais, uma das partes constituintes da cidade, de maior dimensão, são as habitações de promoção cooperativa². Surgindo, no final da década de 70 e na década de 80, estas são referidas como uma “herança do processo SAAL”, na medida em que, “se verifica um certo nível de discussão das soluções com os interessados, desde a escolha do terreno, ao programa, ao projecto e, naturalmente, aos critérios de distribuição” (Fernandes, 2010, p. 509), um processo de corporação entre arquitectos e moradores (muito mais ténue), que se vocaciona, na maioria dos casos, para outras classes com maior poder de compra, em oposição, ao que era vocacionado o processo SAAL.

Nestas são utilizadas alguns dos experimentalismos linguísticos e soluções tipológicas do SAAL-Norte, constituindo-se por conjuntos habitacionais que rejeitam a construção em altura, em blocos coletivos com sobreposição de fogos que não ultrapassam uma cêrcea de 3 andares, com “acesso por galeria ou bandas contínuas de casas geminadas com ou sem logradouro.” (Fernandes, 2010, p. 511).

Estas cooperativas em Leça da Palmeira expressam uma hipótese de habitação económica que rejeita a construção em altura. Dentro desta tipologia, podemos considerar a actividade da cooperativa Coheamato³ que além da sua principal atividade se centrar na habitação, constrói também diversos equipamentos comerciais e desportivos, incluindo um Centro Social, Centro de Convívio e um parque infantil. Este conjunto projectado pelos arquitectos Jor-

2 Associações de carácter coletivo que têm como propósito a realização de aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais da comunidade que esta formaliza. É considerada uma empresa coletiva e democrática.

3 “No folheto policopiado a que tivemos acesso refere-se a data da sua fundação (1976) e um resumo das suas actividades: iniciou em 1982 a construção de um primeiro conjunto (cem habitações T3, sessenta e quatro da quais unifamiliares), entre 1987 e 1989 concluiu um segundo (quatro blocos com dezoito T3 e quatro T2) e, entre 1990 e 1993, um terceiro (quatro blocos com cinquenta e seis T3, vinte e oito T2 e quatro T4); refere-se ainda na mesma fonte a intenção de construção de uma nova fase (com cento e quatro T3, quarenta e quatro T2 e oito T4)” in (Fernandes, 2010, p. 521)

Leça da Palmeira

Evolução do Tecido Urbano: Cooperativas e Consolidação da Cidade

Figura 12 - Sobreposição das Plantas de 1983 e 2012¹

1 Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico. Vetorizado e tratado pelo autor.



ge Gigante, Francisco Melo e Pedro Mendo, não se limita assim, à construção habitacional, abre vias, formaliza praças e equipamentos, através de elementos urbanos “tradicionais”, aqui, a praça, a praceta, são elementos integrantes e conciliadores do tecido da cidade.

É num segundo registo de habitação coletiva, através da Cooperativa “O Lar do Trabalhador”, localizada nos limites da referida urbanização Cooperativa Cohemato, que se divide em duas tipologias: a habitação unifamiliar, em banda ou isolada, e a habitação multifamiliar que não ultrapassa os 4 andares. Uma ideia de diluição entre espaço público/privado a favor de um conceito de bairro, verificável na urbanização anterior, é sobreposta ao desejo de uma classe media-alta à privacidade. Uma clara distinção de espaço privado e espaço público é formalizada: desenham-se vias principais e, a partir destas, vias secundárias de acesso às urbanizações de forma a não produzir ruas sem acesso ou espaços sobranceiros, as vias estão sempre em contacto com o resto do tecido urbano. Contudo, a utilização de galerias exteriores não é descartada tal como alguns elementos característicos utilizados no SAAL como os remates laterais e o formato dos vãos. Estas cooperativas irão, assim, consolidar o tecido urbano numa forma regular e dotada de espaços públicos. Integram tecidos rurais ainda presentes, e constituem um espaço de transição entre as urbanizações ao longo da marginal e o “interior” da cidade.

Mais recentemente, a partir de 2003, e nos terrenos da antiga fábrica FACAR, surgem novos complexos habitacionais. De forma regular, decompõem-se em 6 blocos habitacionais, em que dois destes, atingem um cerceio dispar do resto da cidade (21 andares). Implementados numa zona histórica e rural, estes, dentro do conceito de condomínio fechado, procuram um impulsionamento desta parte da cidade como zona habitacional contrapondo-a com a área industrial e comercial próxima.

A área comercial é consolidada através de uma grande superfície comercial, um “shopping”, tendo até aqui, se restringido a pequenos armazéns e ao centro expositivo Exponor. Localizado nas imediações da estrada A28 que formaliza dois núcleos: o “shopping” e as habitações sociais.

Leça da Palmeira

Conformações do Tecido Urbano

Figura 13 - Esquema representante do edificado¹

1 Esquema realizado através da cartografia cedida pela Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete de Desenvolvimento Estratégico. Vetorizado e tratado pelo autor.



Leça da Palmeira

Conformações do Tecido Urbano

121|

É de difícil realização uma síntese dos referentes estáveis a um crescimento urbano. Não apenas pela brevidade do presente estudo mas, também, pela diversidade de conformações urbanas presentes. Neste presente capítulo, pretende-se uma observação analítica dos tecidos urbanos e das respectivas morfologias, identificando uma forma (ou formas) de expansão junto com a caracterização das conformidades urbanas identificadas. Numa evolução urbana é necessário decompor os indicadores que veiculam uma mudança, nestes podemos identificar a via, a parcela e o edifício. Para tal, o tecido urbano é o resultado de processos entre estes indicadores.

Nos núcleos originais da cidade, a via é pensada posteriormente, sendo por isso, delineada, aquando da sua realização, junto ao edifício pré-existente. Normalmente, esta via, através do seu processo de origem, não poderá ser regular, esta é adaptável e “serpenteia” entre os edifícios (não podendo, neste caso, se referir uma parcela dada a sua rara existência). Este facto é tido quer no centro histórico de Leça, quer nos núcleos rurais no interior, onde se concentram as zonas de **Casco Histórico**. Assim, por este processo, o tecido urbano desta conformação é irregular, ondulado e a via de pouca influência. As construções não ultrapassam os dois pisos e são exclusivamente de residência verificando-se casos pontuais de comércio à face da via. Os interiores dos quarteirões constituem jardins ou espaços de hortas.

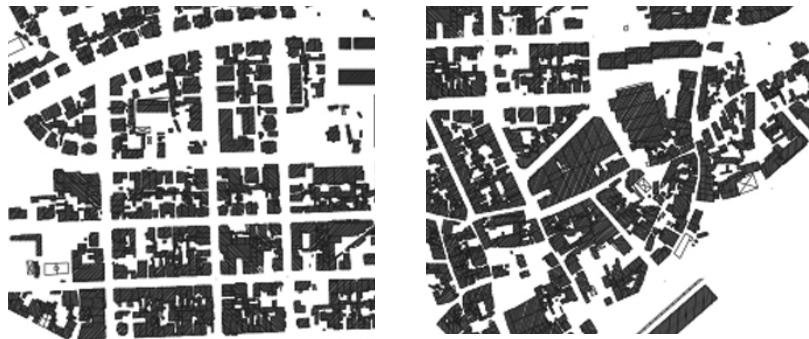
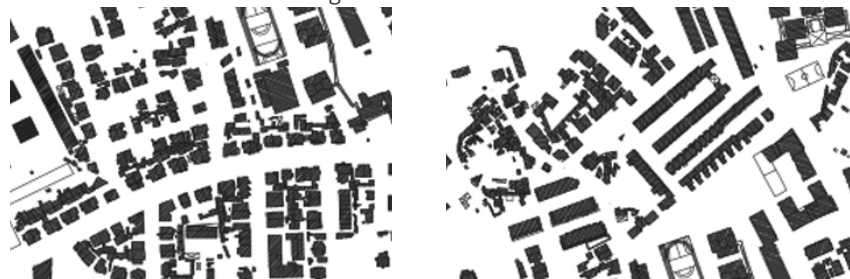


Figura 13- Esquema da morfologia urbana da zona identificada como Regular Misto (esquerda) e zona de Casco Antigo (direita)

Figura 14- Esquema da morfologia urbana da zona identificada como D.U com prevalência de moradia (esquerda) e zona compreendida entre áreas identificadas como de Matriz Rural e D.U com prevalência de Bloco (direita)



Um dos processos de crescimento de extrema importância na cidade acontece nas primeiras décadas do século XX. A partir da área de casco antigo delineiam-se vias e formulam-se parcelamentos extremamente regulares. Este “novo traçado” prolonga as vias pré-existentes e formaliza uma conformação **regular misto** à semelhança das urbanizações adjacentes à Avenida Afonso Aroso que se prolonga para dentro da cidade. Estes tecidos correspondem a construções de quarteirões fechados de cantos chanfrados e de dimensões regulares.

Adjacentes a estes, e delineando a Avenida Combatentes da Grande Guerra, que liga a Igreja à marginal, registam-se moradias germinadas (**Desenvolvimento Urbano com Prevalência de Moradia**) fronteirando esta via de ligação com o centro histórico. É de salientar este rasgo da avenida que estrutura o tecido urbano da cidade e que permite uma permeabilidade entre a marginal e o interior da cidade. É na zona adjacente à marginal que um traçado, também regular, mais recente, se regista. Este destaca-se pela grande prevalência de **bloco habitacional multifamiliar** em que, excepto os edifícios adjacentes à marginal, são de promoção cooperativa (Cooperativa Lar do Trabalhador e Cooperativa Coheamato). Caracterizados pela consolidação que produziram

Leça da Palmeira

Conformações do Tecido Urbano

123

na cidade a partir do traçado de vias permeáveis entre estes e pela adição de equipamentos urbanos à cidade (pracetos, praças, espaços verdes), e que colmatam uma área em que se regista algumas das urbanizações de **Matriz Rural**, anteriormente estritamente rural. A estas aglomerações rurais, salientam-se ainda, as adjacentes à Exponor e a estrada A28. Conglomerações que apresentam características de antigas casas de lavoura, contrastando, com as grandes infraestruturas comerciais e viárias próximas a estes.

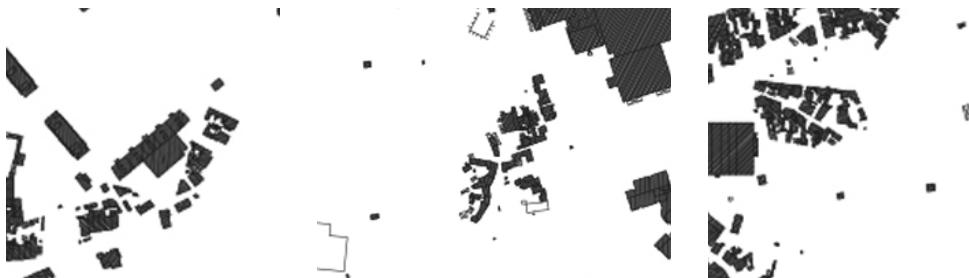


Figura 15- Esquema da morfologia urbana das zonas identificadas como de Matriz Rural

É nesta área, que o tecido regular dá lugar a um traçado linear e sinuoso e de carácter misto onde uma cêrcea bastante irregular toma presença, e onde a habitação é prominente. A forte presença da conformação **Linear Misto** “desagua” em pequenas aglomerações rurais ou (em casos excepcionais, de habitação precária). Adjacente às grandes **superfícies comerciais** e à **indústria** ressaltam-se o carácter espontâneo e não planeado da cidade. Numa variedade de tecidos- moradias são adjacentes a terrenos baldios (onde prevalecem hortas urbanas), habitações precárias ou ilegais tomam presença junto com armazéns e fábricas de conservas – onde grandes infraestruturas formaram remanescências de tecidos e onde a escala humana e uma forte apropriação da população pelo lugar é tida, mas de forma desregular. Aqui, as grandes infraestruturas, agem como limites formalizando uma ruptura do tecido urbano.

Figura 16- Área que compreende zonas identificadas como de Linear Misto, Bairros Sociais, D.U com prevalência de moradia e de bloco, Industrial e de Grandes superfícies comerciais



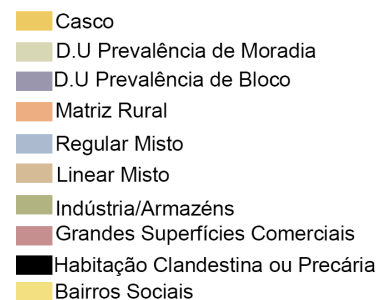
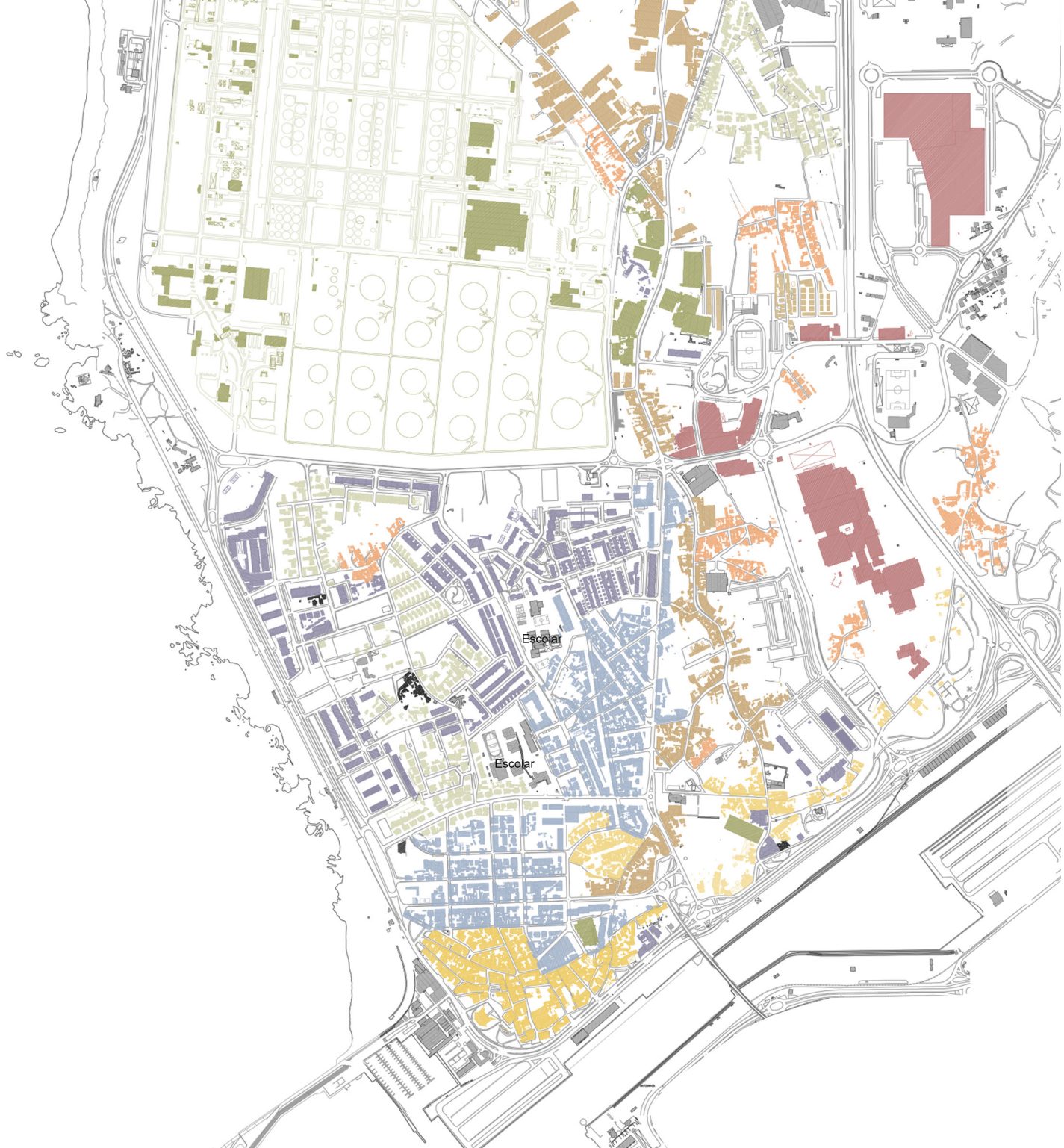


Figura 17- Esquema das con-
formações urbanas de Leça da
Palmeira ¹

1 Esquema realizado através
de estudos e de levantamento
presencial do autor. Base
cartográfica cedida pela Câmara
Municipal de Matosinhos,
Gabinete de Desenvolvimento
Estratégico.



A Cidade como Diálogo Aberto

Figura 1- Perspectiva relativa à marginal de
Leça da Palmeira¹

¹Figura realizada pelo autor da presente
dissertação.



A Cidade Como Diálogo Aberto

Após uma análise morfológica do caso de estudo e uma ponderação, neste último capítulo, sobre o termo identidade urbana, pretende-se uma exposição integradora destas duas ambivalências. Esta passara por uma explanação da cidade através de uma nota conclusiva já referida:

A cidade, actualmente, não se define por proximidades mas sim na relação entre fragmentos, por trajetos. A identidade urbana já não é observável é percorrida, esta nas ligações entre descontinuidades, na adaptabilidade duma tradição para a contemporaneidade, e na associação do que aparentemente não é associável.

Assim, não se pretende uma linearidade cronológica relativa à área de estudo, procura-se a sua decomposição em partes: os seus limites e a sua área central. Dá-se a conhecer, a partir de um levantamento fotográfico, como é que os factores analisados tomam forma no espaço físico. A memória da cidade é relevada por o que decompõe, actualmente, o espaço urbano. O percurso deste levantamento é definido pelas principais vias que associam o que “aparentemente não é associável”. Procede-se, assim, a uma divisão em duas partes:

1. A **Frente Planeada** equivalente à frente marítima e portuária. Esta associa o conjunto urbano antigo da cidade com o que podemos considerar o mais contemporâneo.
2. A **Frente Não Planeada**, correspondente à saída da via A28 com a Zona Industrial, constitui-se por uma zona em que se aglomeram diversas conformações de tecidos urbanos contrastantes: tecido industrial e rural e/ou precário.

A Cidade Como Diálogo Aberto

A Frente Planeada

131|

“Todo o homem cria formas, todo o homem organiza o espaço e se as formas são condicionadas pela circunstância, elas criam igualmente circunstância”

in Da Organização do Espaço, Fernando Távora (Távora, 1962, p. 85)

A circunstância tida no território é o Porto de Leixões e a frente marítima, arquitectos como Fernando Távora e Siza Vieira edificaram percursos de contacto directo com estes. Neste formalizar, impõe-se a cidade já estabelecida anteriormente. O percurso aqui tido delineia o centro histórico e os blocos habitacionais contemporâneos. Neste confrontam-se as características do lugar com o novo, através da nova frente que margina o Porto de Leixões em contacto com o casco antigo e através da frente marítima em contacto com os recentes blocos habitacionais. É este contraste entre o pré-existente e o contemporâneo que se criou outra circunstância.

Nestes, nomeio-os como planeados, por contraste com o interior da cidade e pelo desenho planeado da via. O ex-libris da cidade poderia se dizer tratar-se neste percurso, contudo, não é aqui que se vive a cidade, identificando-se como um percurso de lazer. Assim, é também tratado, no registo fotográfico, os núcleos urbanos que este percurso liga, muitas vezes delimitando-os ou, por outras vezes, interrompendo-os.

A cidade (des)contínua o debate identitário actual



A cidade (des)continua o debate identitário actual

**A Cidade Como Diálogo
Aberto**

A Frente Planeada

133 |





A cidade (des)continua o debate identitário actual

A Cidade Como Diálogo
Aberto

A Frente Planeada

135 |





A cidade (des)continua o debate identitário actual

137|

A Cidade Como Diálogo
Aberto

A Frente Planeada





A Cidade Como Diálogo Aberto

A respeito de uma identidade de lugar – do centro histórico ao contemporâneo

139|

A uma identidade, quer urbana quer social, é-lhe intrínseco um valor salvaguardado por um processo de historicização. O tempo legitima e qualifica; por oposição, o que é contemporâneo não é, comumente, associado a uma memória e por isso não constituinte ou representativo de uma identidade. No percurso delineado é possível confrontar estas mesmas situações.

O confronto do contemporâneo sobre o histórico ou, noutros casos que não este, a inexistência do último poderá antever uma impossibilidade de manutenção ou permanência de identidades. Contudo, o autor José Aguiar infere o exemplo das oposições do Movimento Romântico à cidade expansionista de Oitocentos que, actualmente, é exaltada como um dos expoentes da civilização urbana. Aqui salienta-se o carácter evolutivo do que é urbano, e se uma identidade é associada a este, uma identidade urbana também é evolutiva.

No termo evolutivo apreende-se uma necessidade de origem, de permanência, onde, a partir deste, evolua – a uma identidade urbana associa-se uma memória coletiva não estagnada e, como consequência desta, um carácter de permanente mudança em que a própria memória, tradição, particularidades morfológicas do assentamento correspondem a essa mesma raiz. Aqui, por uma particularidade morfológica do território se constrói e construiu essa mesma raiz, a marginal, é actualmente reapropriada por o que é contemporâneo.

A estas mudanças, são agora, numa perspectiva reactiva, associadas a uma reapropriação de valores por cada geração e, raramente, a uma ruptura cultural. A inexistência de um centro histórico, mediante estes pressupostos, não é uma razão descaracterizadora de um sistema urbano. Através do estudo das particularidades de um centro histórico, no impacto de um sistema social, é possível um desdobramento do conceito de identidade urbana na sua

qualidade de “âncora” social e urbana e de apropriação, numa procura por um sistema de referência para um urbanismo “humanizado”. Foi também a partir de um sistema referencial, o do Inquerito à Arquitectura Popular, que se manifestou e se manifesta uma arquitectura portuguesa contemporânea. Uma arquitectura que tem como processo um estudo de particularidades geográficas e sociais, seguindo um registo contemporâneo de diálogo com o tradicional ou numa procura de uma “nova tradição”. Uma “continuidade tradicional” que se procura no urbano.

Ressalta-se, assim, o carácter evolutivo da cidade e da própria identidade em que a um conceito de evolução não lhe é subentendido o de ruptura- “importará sempre manter os elementos básicos de uma continuidade que se referenciam numa identidade inalienável dos lugares” (Aguilar, 2002, p. 127) e ao que de histórico não lhe é subentendido de permanência. Pelo percurso exposto, é possível a explanação de este mesmo carácter evolutivo que a cidade lineariza- da origem ao contemporâneo. O centro histórico não constitui uma barreira e a frente contemporânea não o refuta. As vias são ancoradas às vias históricas e uma frente marítima as obriga a um permanente diálogo.

A Cidade Como Diálogo Aberto

A Frente Não Planeada A indústria e a Autoestrada

141 |

*“Um novo conceito de cidade deve ser pensado. (...)devemos partir do princípio de que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema: uma não pode viver sem a outra.
A cidade pontual deu origem à cidade região. (...) Nela já não há fronteiras definidas entre os espaços urbano e rural. (...) O homem do futuro, do século XXI (que está próximo...) não será rural nem urbano: será as duas coisas ao mesmo tempo sem as confundir. (...) Uma cidade/região, onde a ruralidade e a urbanidade estejam interligadas é fundamental(...)”*

in “Um novo conceito de Cidade: a Paisagem Global” de Ribeiro Telles (Telles, 1996, p. 31)

A frente não planeada da cidade, é a que fronteira com a indústria e a autoestrada, nela possibilitou-se um desenho espontâneo onde a matriz rural prevalece. Esta frente, encarada pelos habitantes, como a parte sobranceira e de limite da cidade, é nela que se assiste a uma oposição à cidade actual, embora esteja nesta, uma das suas origens.

Adjacente à Refinaria a cidade é dispersa pontuada de habitações de casco antigo e clandestino. A autoestrada interrompe uma das formações urbanas de origem da cidade. Aqui, a cidade é feita de divergências entre si, a casa de lavoura e a via rápida, a indústria e as hortas urbanas.











Nota Conclusiva

Nota Conclusiva

Nesta dissertação, face à abrangência dos conceitos em que esta toca procurou-se estabelecer uma linearidade através de uma linha cronológica. Procurou-se que esta linearidade fosse transmitida na explanação do caso de estudo. Ressaltando as sucessivas adições constituintes da cidade mas que uma temporalidade, em conclusão, cria uma linearidade. Assim, tendo como mote de uma curiosidade, a presente dissertação, incide-se na cidade e a procura “ler” como se de um conjunto esta se tratasse. Prendendo – se na ideia de que as disparidades entre esta, as suas rupturas, poderiam, no seu conjunto constituir uma singularidade capaz de uma ponderação sobre a questão que Alexandre Alves Costa coloca:.

“E podemos perguntar se a cidade se deve desenvolver como uma mancha de óleo no território, antes rural, sem soluções de continuidade, sem dentro nem fora. Será que pelo contrário deve diminuir e desedificar se dentro dos distritos limites desmultiplicando centralidades como lugares no território. Existem ainda soluções de continuidade ente cidade e campo, existe diferença entre vivência rural entre o urbano e rural?”

A cidade estudada é um caso deste “desmultiplicar centralidades”, assumindo-se como uma periferia, que não vai de encontro ao sentido pejorativo da palavra, cria a sua centralidade a partir de características do lugar. Essa centralidade, não homogeneiza a cidade, esta segue um crescimento por adição de diferentes planos e caracterizações de usos. À medida que seguimos para o interior, afastamo-nos de uma cidade ligada ao mar e ao porto, revelando um carácter mais espontâneo onde o rural toma presença.

Neste território, a “diferença entre vivência rural entre o urbano e o rural” é ténue, este último, surge por iniciativa privada onde lhe era possível instalar-se, muitas vezes, de forma clandestina ou, noutros casos, se impunha desde da origem da cidade. Esta convivência de usos num mesmo território é possível por a cidade não ter sido sobrecarregada pela existência de uma especulação imobiliária forte e, também, pela ação camararia na gestão do desenho urbano. Pode-se assim falar de uma continuidade no caso analisado não descurando a clara distinção de tecidos entre um de origem planeada e outro espontâneo entre grandes infraestruturas. Nesta continuidade ressalta-se a importância da via pedonal e viária além da pequena dimensão da cidade que obriga a uma interação entre conformações urbanas.

A respeito de uma procura por uma transversalidade unificadora na cidade incidiu-se, ao longo do presente trabalho, na questão do tempo e numa procura de uma definição do que poderia ser uma identidade urbana e de como esta se reflecte na cidade. Vários componentes podem ser identificáveis na construção de uma identidade ou especificidades, destacando-se o protagonismo dos espaços públicos. Aqui é importante subentender a cidade como habitat construído que permite integrar um indivíduo numa comunidade, e esta através de um processo evolutivo exteriorizar-se através do urbano. Os espaços públicos são entendidos como estruturadores de interações e coesão entre o urbano ou entre urbanos que devem ser considerados como “elementos primários, tanto na criação de uma identidade colectiva como na sua percepção.” (Aguilar, 2002, p. 123) Uma relativa importância que oferece uma coesão e que valida uma “concepção” de imagem da cidade. Em Leça da Palmeira, esta coesão é parcialmente oferecida através das características do lugar, o mar e o porto, que criam a marginal e onde a cidade a valida como espaço público contínuo ao limite desta.

Ressalta-se nesta dissertação um objectivo ingénuo de estudar a cidade como obra arquitectónica se tratasse. Analisando-a, numa abordagem figurativa, em que é possível um percurso espacial controlado. Esta, pela sua qualidade de somatório e de simbiose de circunstâncias e de temporalidades, apresenta, em si, uma infinidade de posturas a esta, uma infinidade proporcional a quantos lhe percorrem ou habitam que impossibilita o objectivo inicial da dissertação. Ao tratar do tema de identidade urbana, é difícil apreender uma interpretação coletiva do urbano, esta procura uma homogeneidade coletiva num território heterogéneo.

“Siza compreende a impossibilidade (ou a inutilidade) de grandes sínteses unitárias, à imagem da tradição dos assentamentos portugueses, que procuram sempre a cidade possível e não a cidade ideal. A cidade constroi-se agora por sucessivos acrescentos, como um palimpsesto, reconhecendo e valorizando de forma crítica todos os sinais pré-existentes, mas sempre com a consciência que muito existe a melhorar. A coerência atinge-se na resposta adequada das novas peças às narrativas urbanas, explorando todas as possibilidades de relação permanentemente abertas pela arquitectura, quando confrontada com outras arquitecturas. Cidade como relação de arquitecturas. Diálogo aberto, em permanência.”¹

Assim, e face à impossibilidade “de grandes sínteses unitárias”, põe-se a hipótese da tensão entre diversos elementos ser o resultado vitalizante das cidades e a sua legibilidade ser proporcional às exigências do próprio contexto. A cidade procura diversificação e não uma repetição ou homogeneidade.

As cidades portuguesas são a associação do que aparentemente não é associável, as vilas de casas protagonizadas no Inquérito à Arquitectura Popular figuram, actualmente, junto do prédio de habitação coletiva, ou da autoestrada ou da indústria. Fenómenos que podemos considerar de aculturação mas que oferecem uma outra leitura, que obrigam a um questionamento e a uma reinterpretação de valores. Uma especificidade é encontrada, assim, nesta mesma adaptação do “novo” para o “velho” e vice-versa e na sua transposição para uma realidade nacional ou, apenas, no diálogo incoerente entre estes e no questionamento a que este obriga para um novo traçado urbano informado.

Afonso, J. F., 2001. *Marques da Silva, a Avenida dos Aliados e a cidade “flamenga”*. [Online]
Available at: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/marques-da-silva-a-avenida-dos-aliados-e-a-cidade-flamenga-164026>
[Accessed Junho 2015].

Aguiar, J., 2002. *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP.

Alves Costa, A., 2013. *Ciclo de Conferências e Conversas Públicas sobre Regeneração Urbana*. Porto: s.n.

Anon., 1994. *Anos 60. Anos de Ruptura. Arquitectura Portuguesa nos anos sessenta.* Lisboa, Livros Horizonte.

Brandão, P., 2005. O eclipse da arquitectura sem arquitectos . In: *Antologia 1981-2004, Jornal Arquitectos*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, pp. 46-51.

Cabral, A. S., 1871. A Revolução de Setembro. In: *O Realismo – Época de Queirós e “Os Maias”*. s.l.:Ed. Sebenta, pp. 9-10.

Calvino, I., 2008. *As Cidades Invisíveis*. 2 ed. Lisboa: Teorema .

Campos, E. d., 1932. *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. s.l.:s.n.

Canelas, L., 2015. *Público*. [Online]
Available at: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-arquitectura-lida-sempre-com-memoria-porque-um-lugar-nunca-e-de-um-tempo-so-1694616>
[Acedido em 2014].

Cleto, J., 1998. *APDL - Administração dos Portos do Douro e de Leixões*. [Online]
Available at: <http://www.apdl.pt/historia>
[Accessed Junho 2015].

Costa, A. A., 2006. O Heroísmo da Vida Moderna. In: *11 Cidades, Projectos 1995-2005*. Porto: Livraria Civilização Editora .

Dias, M. G., 1986. Por uma vanguarda popular. In: *Antologia 1981-2004, Jornal Arquitectos - publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, pp. 64-67.

Dias, M. G., n.d. *Formas Arquitectónicas Populares e Urbanas (Vernáculas?) Em Portugal (Sem se saber bem porquê e 49 legendas)*. [Online]
Available at: <http://www.oj.acidi.gov.pt/docs/Col Percursos Intercultura/1 PI Cap6.pdf>
[Accessed Junho 2015].

Domingues, Á., 1994/5. (Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação de conceitos. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*.

Domingues, Á., 2005. *A Cidade e a Democracia: 30 anos de Transformação Urbana em Portugal*. 1ª Edição ed. Lisboa: Argumentum .

Fernandes, E. J. C. d. S., 2010. *A Escola do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Minho: Tese de Doutoramento em Arquitectura.

Fernandes, F. & Cannatà, M., 2006. A Cidade Visível de Graça Dias e Egas Vieira. In: *11 Cidades* . Porto: Livraria Civilização Editora , p. 4.

Fernandes, J. A. R., 2002. *Porto: Um Percurso Urbano*. [Online]
Available at: <http://www.campoaberto.pt/wp-content/uploads/2010/03/Porto-percurso-urbano.pdf>
[Accessed Maio 2015].

Fernandes, J. A. R., 2015. A cidade do último século. *O Tripeiro*, Janeiro, p. 2.

Fernandes, J. A. R., 2015. A cidade do último século: As grandes transformações no Porto de novecentos. *O Tripeiro*, Janeiro.

Ferreira, B. M., 2010. *[IN]FORMAR A CIDADE CONTEMPORÂNEA: a criação de uma imagem/mo-
delo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva, Dissertação de Mestrado*, Lisboa: Depar-
tamento de Arquitectura e Urbanismo, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Figueiredo, A. d., 1912. *Jornadas em Portugal*. 2ª Edição ed. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand.

Figueiredo, R., 2007. *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893 - 1918)*. Lisboa: Edições Colibri.

Figueiredo, R., n.d. *Do Porto e Não Só*. [Online]
Available at: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>
[Accessed Junho 2015].

França, J.-A., 1984 (1974). *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. Lisboa: Bertrand.

Garrett, A. d. A., 1974. *História da Evolução dos Planos Gerais da Urbanização do Porto*. Policopia-
do do Original ed. Porto: Secção de Planeamento Urbanístico; Centro de Estudos de Engenharia

Civil - I.A.C Faculdade de Engenharia - Universidade do Porto.

Gonçalves, J. F. d. C., 2009. *A miragem da cidade moderna na arquitectura portuguesa do pós-guerra, 8º Seminário Docomomo*. [Online]
Available at: www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/019.pdf
[Accessed Maio 2015].

Grande, N., 2005. A cidade como um ford. *Antologia 1981-2004, Jornal Architectos nº 218-219*, pp. 264-266.

Herculano, A., 1838. Monumentos II. *Panorama*, Volume II, p. 276.

Hilário, M. T., 2014. *Giovanni Muzio e Fernando Távora: Projectos para a Avenida da Ponte e para o Campo Alegre*, Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra..

IST, A. D., n.d. *Duarte José Pacheco*. [Online]
Available at: <http://narq.tecnico.ulisboa.pt/narq-on-line/acervo-documental/duarte-jose-pacheco-djp/>
[Accessed 25 Maio 2015].

LEAL, J., 2000. *Etnografias Portuguesa (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*. 1ª Edição ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Leal, J., 2008. *Architectos, Engenheiros e Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no século XX português*. Porto, Fundação Instituto Marques da Silva.

Lordes, M. d. & Rodrigues, F., 1949. A carta de Atenas. *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº30, Abril/Maio.

Mattoso, J., 1998. *A Identidade Nacional*. [Online]

Available at: <https://civilizacaoiberica.files.wordpress.com/2010/08/jose-mattoso-a-identidade-nacional-pdfrev.pdf>

[Accessed Maio 2015].

Mello, M. C., 1971. *O Panorama (1837-1844)*. [Online]

Available at: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20141002-201405_imprensaxix_jlourival.pdf

[Accessed Maio 2015].

Mónica, M. F., 2001. O Senhor Ávila e os conferencista do Casino. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Volume XXXV, p. 1016.

Montenegro, M., 2012. *Álvaro Siza e a cidade como arquitectura*. Porto: Edições UP.

Oliveira, V., 2013. *A evolução das formas urbanas de Lisboa e Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Edições UP.

Ortigão, R., 2006. *O Culto da Arte*. 1ª Edição ed. Campo Grande: ESFERA DO CAOS EDITORES LDA.

Portas, N., 2005. Conceitos de desenvolvimento urbano. In: *Antologia 1981-2004, Jornal Arquitectos*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, pp. 79-86.

Queirós, E. d., 2013. *A cidade e as serras*. 3ª Edição ed. Alfragide: Leya, SA.

Quintal, A. d., 1865. *Carta ao Excelentíssimo Senhor António Feliciano de Castilho por Anthero do Quintal*. [Online]
Available at: bit.ly/xw1DcZ
[Accessed Maio 2015].

Ramos, R. J. G., 2015. *Modernidade Inquieta*. 1ª edição ed. Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, O., 1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra : Coimbra Editora .

Rodeia, J. B., 1992. Metrópolis e as asas do desenho. In: *Antologia 1981-2004, Jornal Arquitectos - publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos* . Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos , pp. 141-143.

Sá, M. F. d., Domingues, Á., Silva, H. C. & Silva, L. P., 2000. *Área Metropolitana do Porto: Estrutura Territorial, o presente e o futuro*. Porto: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto .

Santos, F. J. R. d., 2013. *Morfologia Urbana de Leça da Palmeira: Análise e factos de uma evolução entre o século XVIII e os nossos dias*. Dissertação conducente à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura do Mestrado Integrado em Arquitectura. ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Shils, E., 1974. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel Difusão Editorial.

Silva, J. O. e. S., 2014. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira*. Covilhã: Livros LabCom.

Távora, F., 1962. *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações.

Telles, G. R., 1996. *Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global*. Matosinhos: Contemporânea Editora Ld.^a.

Vieira, Á. S., 2000. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70.

Anexos

1. Em Leça da Palmeira, possui umas das suas obras mais emblemáticas (Casa de Chá, Piscina das Mares e Piscina da Quinta da Conceição) salientando-se a integração e adequação destes projectos ao território. Nestes projectos, descortina-se a intenção de estes não se imporem na imagem da cidade. Foi algo ponderado ou instintivo? Actualmente, pensaria nestes projectos de uma diferente perspectiva?

ASV: Essa intenção decorre do contexto em que se inserem a Casa de Chá e as piscinas. Em ambos os casos a beleza da paisagem é referência fundamental do projecto. No caso da piscina de Leça a manutenção e utilização de rochas na organização do espaço está na base da caracterização do projecto.

2. Analisando algumas das suas obras em que assume uma postura à cidade, como pelas características de implantação (Piscinas) quer pela preservação duma história e identidade (Armazéns do Chiado), é da opinião que cabe ao Arquitecto um exercício de ligação, de leitura de circunstâncias, num território, para uma legibilidade da cidade?

ASV: Essa leitura constitui para mim condição essencial de qualquer projecto.

3. A cidade de Leça da Palmeira, intuitivamente, atribui uma associação identitária e caracterizadora à marginal. À medida que a cidade se desenvolve para o interior e se vê confrontada com a indústria e superfícies comerciais, cria-se, duma forma espontânea, uma outra ideia de cidade. Pensa que a perda de referência a um centro que resulta numa cidade descaracterizada aquando do afastamento a este, é o eterno dilema das cidades? Poderá ainda se falar em continuidade nesses casos que são totalmente desprovidos de “âncoras” como uma marginal, um centro histórico, etc? A arquitectura poderá assumir esse papel?

ASV: A Arquitectura deverá assumir esse papel, tomando em consideração os núcleos existentes e projectados de estruturação da cidade. No caso de Leça é lamentável a intervenção posterior ao longo da marginal, bem como o abandono do plano que realizei nos anos 70, considerando os terrenos da marginal e a planificação do pequeno mas interessante centro histórico de Leça.